

DR. SERRAS E SILVA

A Ciência Social na Educação e na História



COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS
DA «COIMBRA EDITORA, L.^{DA}»
— AVENIDA DO ARNADO (EDIFÍCIO
PRÓPRIO) — COIMBRA, 1926

Sala 1
Est. 3
Tab. 6
N.º 3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA
E DA TÉCNICA

CAPITULO I

1925

SCIÊNCIA SOCIAL

Est. 6 Tab. 7 N.º 169

I.º — O MÉTODO DE OBSERVAÇÃO NA SOCIOLOGIA



SE exceptuarmos a matemática e a metafísica, nenhuma ciência póde constituir-se fóra da observação e da experiência; e mesmo nestas há reservas a fazer (1).

Querer fazer química pelo raciocínio é uma coisa tão tola como pretender descobrir pela razão pura as leis que regem a evolução dos povos. Sem observação a ciência social é impossível. Mas não basta afirmar os direitos de observação, é preciso o método de observar. Não se observa em astronomia da mesma maneira que se observa em química ou bacteriologia. A descoberta dos métodos precede sempre a constituição da ciência respectiva. Em química há a observação experimental — aplicação dos processos de análise, decomposição dos corpos, e sua síntese; em astronomia há a simples observação dos astros em pontos diversos da sua órbita para estabelecer as leis do movimento, ou seja a astronomia de posição, ou a observação dos acidentes à superfície dos planetas e do sol, pelo telescópio ou ainda a sua luz pelo espectroscópio — astronomia física. Nenhuma iniciativa humana, nenhuma intervenção, é possível sôbre estes fenómenos; — a observação dos corpos celestes é puramente



RC
MUSEU
37
SIL

(1) Stanley Jevons e Poincaré reconhecem na matemática um aspecto objectivo, experimental.

passiva. Na bacteriologia há como na química a observação experimental, mas com método próprio embora nesta ciência haja, como na primeira, um desígnio idêntico, o de separação ou análise. Os processos analíticos são diversos porque a natureza do objecto é diferente — o micróbio é um ser vivo que não poderia ser separado dos seus semelhantes pelos processos violentos da química; aqui a separação obtem-se pela cultura. Uma vêz separados os germes pelos processos de cultura em meios apropriados e variáveis com as espécies microbianas, faz-se o estudo individual de cada espécie, por processos particulares—químicos, óticos, culturas, mas sobretudo de inoculação que é dalguma maneira a síntese das suas propriedades patogénicas.

Objecto diferente, método diferente.

Enquanto os métodos não foram encontrados estas sciências não puderam constituir-se. Todas as tentativas racionais foram infrutuosas. O raciocínio aplicado arbitrariamente aos fenómenos deu somente produtos monstruosos: foi a alquimia com os seus sonhos da pedra filosofal; foi a feitiçaria, com as suas operações cabalísticas e ridículas que a ignorância das leis naturais erigiu em meios eficazes de atrair, repelir e destruir as pessoas e os bens; credices, aberrações, pelo que tanto sofreu a humanidade desde a prisão até o suplício da fogueira. Ao que conduz a tentativa temerária e orgulhosa de construir as sciências da natureza sobre o terreno movediço e inconsistente da razão pura!

O génio ainda o mais extraordinário, não póde nada, ou quase nada sem o método. Descoberto porém o método, adquirido o instrumento apropriado, qualquer pessoa de talento mediano e até medíocre pode fazer avançar a sciência. Ninguém por melhor que seja a sua vista consegue ver os satélites de Júpiter; descoberta a luneta, todas as pessoas de vista regular os podem observar. O instrumento multiplica o poder das nossas faculdades. É assim o método.

As grandes descobertas são sempre o apanágio do génio, mas sem o método o génio seria impotente. Os grandes homens são também os inventores dos métodos—teem a intuição, visão a distância, teem o engenho e o dom da observação.

Este dom da observação é fundamental; um fenómeno vulgar que milhões de pessoas teem presenciado, sem lhe

atribuir alcance, adquire para o homem de talento e observador um significado, que póde ser o ponto de partida duma descoberta. Os sacristãos de Pisa tinham muitas vezes, antes de Galileu, visto oscilar as lâmpadas da formosa catedral, mas nenhum se lembrou de medir a duração das oscilações. Foi um rapaz de menos de vinte anos que teve essa idéa porque possuía o dom de ver. Pareceu-lhe que a duração era igual qualquer que fôsse a amplitude (menos de 4 grãos).

Mas para verificar a sua hipótese Galileu não tinha um relógio (ao tempo não havia relógios de bolso). Foi preciso inventar o meio de contar o tempo — contou pelo pulso. É o engenho que supre a falta do instrumento. Intuição, engenho, observação, tais são os dotes essenciais dos inventores. A intuição é de certo a faculdade dominante — ver a distância, ou ver relações onde ninguém as suspeita — mas esta faculdade é inoperante ou parcialmente estéril quando desacompanhada do engenho e da observação que fabricam o método. Para descobrir é necessário paciência aliada aos outros dotes. Sem dotes de observação é impossível fazer sciência — sagacidade na pesquisa dos fenómenos e atenção na sua marcha e encadeamento.

Em sociologia a observação é tão indispensável como em qualquer outra sciência. Mas observar é monótono e fatigante; é preciso um esforço para vêr, para inquirir e para comparar. São operações menos simples e menos brilhantes que o raciocínio *à priori*. Para certos espíritos inteligentes estas divagações *à priori* teem o ar dum desporto: é o prazer de voar nas asas dum avião. A terra com as suas misérias fica cá em baixo; os espíritos positivos que a ela estão presos, vistos lá de cima, parecem desprezíveis criaturas. Mas o avião se não se alimentar da essência que a terra produz depressa o espera o naufrágio.

Para voar nas regiões superiores da intelligência humana é preciso meter combustível colhido na terrea observação; doutra maneira é certo o desastre. No seu gabinete Leverrier, sem observar o céu, pôde descobrir um novo astro; porque os factos observados por outros e submetidos por êle ao cálculo, permitiram a descoberta dum novo planeta.

Alguns elementos geográficos enviados por Levingstone juntamente com a carta geológica de Bain, permitiram a

Murchison descobrir a verdadeira fôrma do continente africano (1).

Não houve aqui descobertas do feliz e cómodo *à priori* que seduz naturalmente a nossa preguiça; houve descobertas racionais, mas feitas *à posteriori*. De factos observados por outros tiraram aqueles homens de génio as suas conclusões. A observação é sempre precisa (2).

Há verdades claras, de simples bom senso, que nenhuma discussão póde valorizar ou desvalorizar. A sociologia tem destas verdades simples que existem em todas as sciências e que são mais abundantes numas do que noutras; mas quantas coisas passam por verdades assentes que não estão assentes e que mesmo não são verdades. O que parece de bom senso elementar é por vezes um erro.

Na sua última obra Paulo Bureau cita alguns exemplos dos tais erros de senso comum.

A observação mostra que «a harmonia dos esposos está mais bem assegurada nos países onde o divórcio não existe ou é pouco praticado».

A observação mostra ainda «que nas sociedades ocidentais o algarismo relativamente elevado dos ilegítimos é um sinal de moralidade».

«A liberdade assegura-se pela disciplina e regulamentação».

(1) Qual não foi a minha surpresa, escreve Levingstone, quando soube que o meu amigo Sir Roderik Murchison tinha, no seu gabinete, descoberto antes de mim, que vivia nos próprios lugares, a verdadeira forma do continente africano... e êle levava a sua segurança até o ponto de me mandar a sua opinião como uma coisa certa. Era impossível ter ilusões, estava escrito. Tranquilamente instalado no seu *fauteuil*, tinha em relação a mim três anos de prioridade, enquanto eu me debatia com a febre no meio dos pântanos, acariciando a idéa de ser o primeiro a emitir a hipótese de que o interior da África era um planalto húmido, cuja elevação é menor que a das montanhas de que o continente é flanqueado.

(2) Demolines escreveu: 1.º O método dos teóricos — desdenham os factos e constróem teorias e sistemas pelo raciocínio puro; 2.º método dos eruditos — desdenham o raciocínio teórico e procedem pela acumulação de factos; 3.º método dos sábios — não procedem pelo sistema *à priori* dos primeiros nem pela acumulação de factos dos segundos; o seu processo resume-se em raciocinar a fundo sôbre um pequeno número de factos até apanhar o encadeamento e determinar a classificação.

«Nos mercados de concorrência internacional, são os países de salários elevados e com duração curta do trabalho diário que suplantam os outros».

«A inflação monetária por emissão de papel moeda trás logo a rarefação da moeda, conduz à alta do juro e arruina o tesouro, parecendo enriquecê-lo».

Estes e outros dados da observação são contrários ao senso comum e estão bem longe das conclusões teóricas de palpite em que são exímios os ideólogos. Se a observação não tivesse mostrado que as coisas se passam assim a ciência do *à priori* não o teria adivinhado.

Mas o exemplo mais notável e mais expressivo da diferença que existe entre senso comum (observação vulgar) e a observação científica, é o que se passa com o movimento diurno da terra.

A terra é o centro do Universo, tal é o senso comum; tal é a observação vulgar. Quando Galileu veio dizer que a terra girava e não o sol, a surpresa foi grande, como grande foi também a indignação. E contudo era Galileu que tinha razão, contra todas as aparências e contra a doutrina estabelecida (1).

2.º — A SCIÊNCIA SOCIAL

A possibilidade duma ciência dos grupos humanos pôde parecer contestável, dada a complexidade dos fenómenos sociais, ainda agravada pela liberdade ou livre arbítrio, de maneira que uma ciência de leis seria impossível senão absurda. A complexidade é uma causa de dificuldades sérias. A biologia é uma ciência difícil, de previsões incertas; é

(1) Quem fala em nome dos factos scientificamente observados tem menos probabilidades de errar que quem fala em nome do senso comum ou em nome duma doutrina *à priori*. Não se julgue porém que a opposição às afirmações de Galileu era irracional ou irreflectida. Galileu não trouxe nenhuma prova directa do movimento da terra. Com a luneta da sua invenção descobriu os satélites de Jupiter e concluiu que a terra não era centro do Universo. As fases de Marte e Venus mostraram que estes dois planetas giravam em volta do sol.

O movimento da terra era uma indução.

por isso que a medicina, ciência de aplicação, está infelizmente cheia de obscuridades e de erros. Se ao lado desta complexidade colocarmos as influências morais, em que entra a vontade humana, a rede parece inextricável. A dificuldade em determinar as leis causais pôde ser provisória; a meteorologia, por exemplo é seguramente uma ciência de leis ainda por descobrir. Ninguém pôs ainda a mão sobre o fenómeno dominante, inicial, donde as leis possam decorrer. Os diversos postos meteorológicos não deixam por isso de registar factos, na expectativa de que um dia as leis sejam encontradas e as previsões sejam possíveis.

Em sociologia, a liberdade humana cria dificuldades novas e tão grandes que pôde perguntar-se se a sociologia será na realidade uma ciência de leis. Não pôde haver leis na marcha e evolução dos grupos humanos, porque a lei supõe um determinismo necessário; o livre arbítrio, elemento perturbador, não consente leis, não permite previsões. A ciência da sociedade terá de ser uma ciência descritiva, de tipos, como a botânica e um pouco também como a medicina. A fórmula matemática, que liga o futuro ao presente, não se descobrirá talvez nunca pelas dificuldades inerentes à complexidade dos fenómenos sociais; mas não será mesmo possível a sua existência porque a isso se opõe a liberdade humana. O futuro não está todo contido no presente.

Isto parece indiscutível; mas se o futuro não está todo, está com certeza em parte. Também um sêr não está todo contido no embrião e entretanto ninguém duvida das leis da hereditariedade.

A aquisição accidental de qualidades novas que a educação e o meio introduzem não destrói o fundo ancestral.

Êste fundo subsiste mais ou menos modificado, recoberto e latente conforme as circunstâncias. Em medicina com as espécies clínicas acontece o mesmo: não há doenças, há doentes. Quer dizer, as entidades mórbidas são criações do nosso espírito, que se não encontram realizadas completamente, variando dum caso a outro; mas existe um fundo, um esquema. Estas variações são dalguma maneira «*broderies sur un canevas commun*».

A liberdade formará certamente muito destes bordados, mas como o homem procede por motivos conscientes uns,

inconscientes outros, é possível numa certa medida fazer previsões calculadas sobre estes motivos. O homem é livre de aceitar tais ou tais motivos, mas a experiência prova que aceita, em determinadas condições, uns de preferência a outros. Certamente que a liberdade não pôde ser entalada nas pontas dum silogismo, mas os motivos podem ser pesados e avaliados scientificamente. O livre arbítrio não obedece a leis, mas os motivos obedecem.

Por outro lado se o homem é livre de praticar certos actos, uma vez praticados, não lhe é permitido impedir as suas conseqüências. Sobre as repercussões dos actos, sobre as conseqüências destes actos, é que pôde estabelecer-se uma sciência de leis. A dificuldade principal não deriva da liberdade, a dificuldade mais importante resulta da complexidade; mas a complexidade não basta para denegar à sociologia a qualidade de sciência; também a medicina sofre da mesma enfermidade e entretanto ninguém lhe nega o valor duma sciência, imperfeita, muito imperfeita ainda, mas comtudo uma sciência.

Em sociologia como em medicina há duas espécies de leis: leis causais ou leis de factos, e leis de coexistência.

Na sociedade simples das estepes ricas (Mongolia) é fácil de descobrir as leis que se estabeleceram desde séculos entre os três elementos — lugar, trabalho e família. Esta sociedade, como a sociedade simples dos caçadores, resolve-se facilmente em leis.

Mas aí mesmo nem tudo pôde entrar nas leis causais — a autoridade do patriarca e a alta natalidade não entram nestas leis. Ficam fóra. É preciso tomá-las como dados primários, necessidades da natureza humana, independente do lugar e do trabalho e portanto incluí-las nas leis de coexistência ⁽¹⁾. Nas sociedades complicadas, as leis causais são mais difíceis de encontrar, por isso o sociólogo se limita muitas vezes a registar concordâncias de factos, concomitâncias, leis de coexistência. Estas leis de coexistência teem em medicina um grande papel. É a experiência clínica, é o empirismo.

(1) O carnívoro tem o tubo digestivo e os dentes duma maneira diferente dos herbívoros; a pata em garra, etc. São qualidades que lhe aproveitam mas cuja causa a sciência ignora (leis de coexistência).

Presta serviços provisoriamente enquanto se espera pela lei causal, a única que permite uma terapêutica racional.

O objecto da sciência social é o grupo social, todos os grupos de que a sociedade se compõe. A sciência social será a sciência que estuda os grupos; será como as outras sciências: uma sciência de análise e de classificação. Decompôr pela análise cada grupo nos seus elementos, determinar a sua função, comparar entre si estes elementos, verificar as repercussões e classificar. Teremos assim uma sciência de lei e de tipos.

Esta conquista da lei, este conhecimento das repercussões, que os factos teem uns sôbre os outros, não fica sciência pura; é susceptível de utilização prática. O conhecimento das leis que regem a fisiologia do corpo humano serve de base à medicina e à hygiene; o conhecimento das leis sociais servirá também para uma terapêutica e uma hygiene social. Saber para prevêr a fim de precavêr.

É um juízo de valor que se emite quando se prefere um estado social a um outro, mas este juízo é possível sem sairmos do domínio da sciência. É elementar que o estado de saúde é preferível ao estado de doença; ora a sciência determina as leis do estado de saúde, que são as do bem estar e da prosperidade.

Mas o que é a *prosperidade social*?

O que é uma sociedade próspera?

A saúde individual é mais fácil de definir que a saúde do corpo social; superioridade e prosperidade individuais são mais simples que superioridade e prosperidade sociais.

Tourville dizia que um tipo social era próspero quando se desenvolvia segundo as leis da sua natureza; mas para determinar as leis da natureza era preciso recorrer a um tipo próspero. Fica assim uma equação com duas incógnitas; insolúvel portanto.

A fisiologia demonstra a solidariedade dos diversos órgãos e aparelhos com tal evidência que Cl. Bernard escreveu: «o fisiologista, contrariamente ao químico e ao físico, é levado a admitir *uma finalidade harmónica e prèestabelecida no corpo organizado*, onde todas as acções parciais são solidárias e geradoras umas das outras».

Esta interdependência das funções, reveladora dum plano, encontra no suporte material — o organismo, disposições

harmónicas nos instrumentos da vida que são os órgãos e aparelhos.

Um organismo será próspero quando desempenhar facilmente e plenamente a função que lhe compete na harmonia do conjunto. Aqui a noção de harmonia, de finalidade, não é um conceito *apriorístico*, filosófico; é um dado de observação e experiência. O estomago que não digere bem ou que o faz laboriosamente não está próspero; da mesma maneira o rim que não purgar o sangue de certos elementos, ou que o fizer com dificuldade não é um rim são.

Um corpo é são e próspero quando todos os órgãos executam completamente, regularmente e facilmente as funções que lhes pertencem na harmonia do conjunto. Um aparelho também não deve desenvolver-se com prejuízo dos outros ou em desproporção com as vantagens do conjunto; doutra forma haveria desequilíbrio e alteração da finalidade necessária. Haveria sofrimento.

Estas noções elementares facilitam a compreensão da prosperidade social, sem sair do campo da observação (1).

A observação mais rudimentar demonstra que os homens não se agrupam ao acaso, mas com um fim determinado.

Há na constituição dos grupos humanos uma finalidade, um desígnio a realizar. A ciência póde descobrir este desígnio, embora as dificuldades sejam por vezes muito grandes. Também não é sem esforço, sem laboriosas e engenhosas experiências que os sábios descobriram as funções das glândulas salivares no trabalho digestivo, ou a função glicogénica-antitóxica do figado. Qual é a função legítima do Estado? A função do sindicato? E a função da família?

Os tempos e os lugares fazem variar o papel natural destes diversos grupos sociais. Não é uma questão de filosofia *a priori*, meramente racional, a determinação destas

(1) A ciência social é uma ciência como a medicina, de observação de fenómenos que se dão no corpo social. Todas as pessoas que têm a formação naturalista são facilmente conquistadas pelo método de Leplay; pelo contrário a formação abstrata, o contacto puro com as idéas, desacompanhado do exame dos factos naturais, afasta da ciência social pelo método de observação.

Acostumados a manuziar idéas não se adaptam às exigências duma observação concreta, positiva e fastidiosa.

funções; é uma questão que só uma observação metódica-mente conduzida pôde resolver.

A função fundamental da família foi já entrevista por Leplay, embora êste profundo observador tivesse algumas ilusões sôbre o valor da transmissão dos bens; mas para Leplay a função da família era a educação.

Em 1894 um espírito fino e ao mesmo tempo observador consumado, Roberto Pinot, escrevia: «a função essencial da família, a causa da constituição da família, é a educação das novas gerações. Todos os dias a sociedade sofre uma terrível invasão; uma multidão de pequenos bárbaros nascem de todos os lados. Bem depressa perturbariam tudo se os não metessem na ordem. A educação não é só necessária para ensinar as crianças a gozar do *modo de existência*, para as colocar em condições de comer e de se vestirem sós; o seu fim é de as preparar para procurarem os *meios de existência* e para viverem em sociedade».

Não é uma educação para fazer do indivíduo «o cidadão do universo», como pretendem certas cabeças ocas de ideólogos, é para «o fazer entrar e o fazer actuar dentro dos organismos sociais que existem em volta dêle. É a família que os torna capazes de fazerem parte dêstes grupos de *trabalho*, de *propriedade*, de *religião*, de *vida pública*, que os *meios de existência* e as *influências morais* constituem duma maneira particular em cada região. É a educação que dá a cada família, e portanto a cada sociedade, a sua fisionomia particular».

A função da família, observa por sua vez Champault, consiste na procriação e na educação. Ninguém é capaz de desempenhar a função educadora como ela; é ver como em Esparta a educação do Estado fez soldados, mas atrofiou as outras qualidades que o homem deve ter.

Determinada a função vejâmos de que condições depende o exercício regular e próspero desta função.

Estas condições são as seguintes segundo a observação:

1.º União monogâmica e indissolúvel; 2.º autoridade marital, paterna; 3.º respeito da lei moral; 4.º recursos materiais suficientes; 5.º Conhecimento e inteligência dos tempos. Estas condições não são estabelecidas pelo simples raciocínio; são dadas pela observação; sem elas a família

não é próspera. Sem monogamia, sem autoridade, sem lei moral, sem recursos, sem adaptação às circunstâncias de tempo e de lugar, a família sofrerá (1). A família patriarcal da estepe a despeito da sua mediocre organização, satisfaz aquelas condições; — a sua mediocridade é um fenómeno de adaptação.

No ocidente esta família estaria deslocada; desadaptada seria uma família doente.

Temos naqueles cinco elementos os meios necessários à prosperidade da família, isto é, o indispensável para ela se desempenhar da sua dupla missão procriadora e educadora. A determinação da função da família habilitou-nos a descobrir os elementos da sua prosperidade. Mas como a função tem duas partes — procriadora e educadora — deve haver harmonia entre elas, de modo que uma não prejudique a outra. A harmonia é ainda uma condição a juntar às precedentes. Esta harmonia é igualmente precisa com os outros grupos de que a família recebe influência. Harmonia interna e externa. Esta harmonia externa pôde considerar-se incluída na lei moral (3.º) e na inteligência dos tempos (5.º).

Como se vê, nos elementos ou condições de prosperidade, entram duas espécies de elementos — uns que resultam da sua organização (1.º, 2.º, 3.º e 5.º), outros que são exteriores como são os recursos, os meios de existência. Nêste 2.º grupo (externos) devemos incluir ainda um novo factor que ali não apontámos e que é essencial para o desempenho da função, — é a robustez, a saúde dos indivíduos. Podemos agora generalizar e dizer que, determinada a função dum grupo social, é possível pela observação estabelecer as condições da sua prosperidade. A determinação da função, ou antes das funções normais dum grupo social, oferece às vezes sérias dificuldades.

São difíceis de determinar as funções normais do Estado, por exemplo, porque variam conforme circunstâncias dependentes da formação social e do tempo. Muitos têm ensaiado delimitar as funções do Estado pelo raciocínio, partindo de idéas fundamentais. Não é processo científico;

(1) Vid. Melin, *Prospérité et supériorité sociales*, 1908.

não podem as suas conclusões ser discutidas em ciência social (1).

Uma vez de posse dos elementos de prosperidade, podemos emitir juízos de valor e dizer que tal ou tal tipo de família se acha em boas ou más condições de organização e de recursos para o desempenho das suas funções. Podemos igualmente dizer se uma sociedade é ou não superior a outra. Esta questão de superioridade social dá lugar a juízos, por parte dos campeões da *idéa*, que surpreendem os observadores das coisas sociais.

Estes filosofos tomam arbitrariamente para critério da superioridade social um determinado facto, sem indagar nem querer saber se esse facto é fundamental na vida dos povos.

É assim que por vezes se ouve afirmar à ligeira que os latinos são superiores aos saxões.

Por intuição Spencer tinha visto que a prosperidade social é baseada na prosperidade da família. Por estudos e observações que seria longo expôr aqui, a escola de Leplay concluiu duma maneira idêntica (2).

O grupo fundamental, a célula, de que são feitos os tecidos e os órgãos do corpo social, é a família. Não é por tanto do confronto dêste ou daquele elemento que se deduz a superioridade dum povo sôbre outro; é do confronto do grupo família.

A comparação feita no — ideal, patriotismo, valor militar, ou espiritualidade — é uma comparação insuficiente para deduzir a superioridade social.

«A família é a célula social; é, segundo a expressão de Tourville, a oficina onde se elaboram e donde saem todos os seres humanos; é por isso que a família determina pela base toda a fôrma de sociedade. Consequentemente é o grupo familiar, antes de qualquer outro, que é preciso considerar.

(1) Há verdades de intuição e há verdades que escapam à compreensão apriorística até dos homens de talento. O génio de S. Agostinho não podia conceber a existência dos antipodas, porque lhe repugnava admitir que descendentes de Adam andassem de pernas para o ar.

(2) A afirmação de Herbert Spencer é verdadeira. Verdade de intuição, simples hipótese portanto. Mas hoje, depois das investigações metódicas da Ciência Social, esta verdade passou do campo da hipótese para o domínio da ciência.

Em tal sociedade é próspera a família? Realiza ela integralmente e vitalmente as funções que lhe são próprias? São os filhos numerosos e são educados, formados, como convém ao tempo e ao lugar em que são chamados a viver? Neste caso toda a hesitação deve cessar; pôde afirmar-se decididamente que esta sociedade é próspera, porque é próspera no seu organismo essencial, fundamental. De facto, a observação contemporânea e retròspectiva mostra suficientemente que são sempre as sociedades em que a família é mais solidamente constituída, que são as mais fortes, as mais resistentes, ao passo que as sociedades de família desorganizada são na realidade fracas, entorpecidas, sem vigor, apesar das aparências contrárias, mas enganadoras, que podem dar-lhes o brilho das artes, das letras ou a victória das armas. Terá a superioridade social o povo em que a família estiver melhor organizada, isto é, aquele em que ela realizar melhor, mais energicamente, e com mais vitalidade, as funções principais — propagação da raça e educação dos filhos. Os outros grupos poderão ser mais ou menos bem constituídos; e, por exemplo, os grupos da vida pública, da vida política, poderão ser mediócras. Pouco importa; não constituem o facto essencial. O essencial numa sociedade é a vida privada, a vida da família, a família.

Quando esta estiver bem, tudo o mais marchará, apesar das inevitáveis imperfeições» (1).

Com êste critério, scientificamente estabelecido, podemos emitir juízos de valor, e poderíamos dizer, depois de estudar as respectivas famílias, se os saxões e os noruegueses são superiores ou inferiores aos latinos. Fóra disto é a noite e o cáos.

Armados do método, com um instrumento de análise, podemos decompôr uma sociedade, ou antes os grupos que a constituem, nos seus diversos elementos de modo a compreender a forma e a estrutura e ao mesmo tempo a sua fôrça e o seu valor.

(1) Melin, loc. cit. pág. 50. Certamente o conhecimento da família não dá o conhecimento da sociedade inteira; mas dá as linhas gerais e fundamentais. Para conhecer toda a sociedade é preciso estudar cada um dos outros grupos.

A função pôde determinar-se antes de conhecer a natureza do órgão; mas a função só pôde ser bem compreendida quando a estrutura do órgão fôr determinada.

A ciência social possui um instrumento de disseção próprio para analisar a família em qualquer país. Êste instrumento é delicado, sensível, e dum emprêgo um tanto difícil. Para estudar os fenómenos sociais existe uma técnica; como para estudar os fenómenos biológicos existe uma técnica mais ou menos complicada e sempre em aperfeiçoamento. Quem não puder ou não quiser empregar essa técnica não pôde estudar scientificamente a sociedade. Seria inconcebível que todas as sciências da natureza tivessem a sua técnica e só a ciência das sociedades (a mais complexa) a dispensasse e pudesse constituir-se sòmente de palpites e raciocínios.

A intuição, o bom senso, o talento, podem descobrir certas verdades, mas nós já sabemos que consistência e que valor possuem tais verdades, incapazes de resistir a um exame científico. Lembremo-nos do que aconteceu com o movimento da terra.

Mesmo atacados pelos métodos scientificos os problemas não se resolvem sempre a contento de toda a gente. Tudo o que é humano é falível. Nas sciências naturais, a despeito do carácter rigoroso do seu método, o acôrdo está longe de ser completo em todas as questões. O encadeamento lógico dos factos não pôde sempre estabelecer-se sem lacunas e estas são preenchidas por suposições, por hipóteses, que são prováveis para uns e incertas para outros. Cadeias com élos quebrados que estas hipóteses suprem, estabelecendo-se ligações muitas vezes arbitrárias. Não admira que a ciência social, da mesma índole que as sciências naturais, padeça dos mesmos defeitos.

Os progressos da ciência estão sempre na dependência dos progressos da técnica; mas pelo que toca à ciência social o que falta é menos a técnica que os investigadores.

A Nomenclatura de Tourville permite o estudo completo da família, em si, e em relação com os outros grupos sociais. Depois do estudo da família, é possível atacar o estudo de outros agrupamentos mais vastos, no mesmo espirito de observação, e assim marcar o sentido em que a sociedade se desenvolve. Como se pôde ser reformador, homem de Es-

tado, unicamente apoiado no raciocínio, sem o auxílio duma observação metódica? Que valeria o médico que receitasse sem conhecer os sintomas do doente e sem ter a noção mais ou menos perfeita do diagnóstico?

Por instinto ou pelo senso político, certos homens foram notáveis em certas épocas críticas, porque, vendo claramente as causas momentâneas da crise, (como de resto muitos dos contemporâneos) tiveram a coragem de se apoderar do poder e de o colocar ao serviço da ordem. Foram úteis, fazendo uma terapêutica sintomática, de urgência, e não uma terapêutica racional, isto é, causal.

Estas crises são crises de ordem susceptíveis de ser conjuradas por uma autoridade firme que põe disciplina nos espíritos e regularidade nas finanças. Êstes homens providenciais, verdadeiros salvadores em tempos difíceis, são pela maior parte incapazes de fazer nada útil em tempo ordinário, faltos de conhecimento das leis sociais, da inteligência das necessidades e capacidades do povo e ainda do sentido da evolução. Um homem mesmo perfeitamente honesto e inteligente, sem conhecimento científico das coisas sociais, vale em política o mesmo que um *empírico* em medicina.

Quantas vezes o médico não é vencido por um charlatão que os ignorantes ordinariamente preferem, porque êste lhes fala uma linguagem de sedução e de impostura.

Em política estamos ainda na fase dos empíricos... e dos charlatães, mas esperamos que a humanidade vencerá a *étapa* como em medicina a venceu há muito tempo, nos meios cultos e civilizados ⁽¹⁾. Uma política científica tem de ser fundada na observação, isto é, no conhecimento do carácter dos povos, das suas aptidões e das suas necessidades.

Conservando-nos sempre com os pés no terreno firme da observação, sempre em contacto com os factos, podemos ficar acanhados ou mesmo não compreender, mas o que não acontece é cair em divagações ou perder-nos nas nuvens.

(1) O govêrno dos homens instruídos na técnica social é útil; o dos filósofos é desastroso. Frederico da Prússia dizia que se quisesse castigar uma província a mandaria governar por um filósofo.

A ciência não tem senão um caminho — o que seguiu Pasteur e Claude Bernard — o que seguem todos os sábios: pequeno número de factos meditados a fundo. Só assim é possível descobrir as leis dos fenómenos, classificar, comparar e descobrir os tipos. A erudição simples não favorece a compreensão e não conduz a nada. A sociedade, produto natural, não pode ser adivinhada pela filosofia, nem compreendida pela erudição (1).

Mas não tenhamos ilusões: a política não é a arte suprema de fazer os povos felizes. Cada época tem para seu uso um mito, composto em harmonia com as idéas fundamentais. Em Portugal encontramos hoje dominados pelo mito do poder público, efeito da educação comunitária e da tradição romana, particularmente reforçada pela influência dos juristas.

O Estado não tem funções especiais, tem todas as funções. É o Estado do chanceler Portalis — que não será nada quando não fôr tudo. Mas a observação científica demonstra que vamos enganados nesta esperança de obter a regeneração social pelo poder público. Rousiers ao concluir o seu longo inquérito sobre os Estados Unidos — inquérito que é até hoje o mais notável e o mais científico que se tem feito sobre a grande república — diz: «um dos caracteres mais frisantes da sociedade americana é a sua maravilhosa aptidão para vencer as crises. Este carácter é devido à energia individual dos seus membros, para os quais o desânimo é desconhecido; é pela energia dos indivíduos que a sociedade americana se constitue e se sustenta. O mundo parece hoje (isto foi escrito há mais de 30 anos) dividido em dois grupos distintos: um coloca a sua esperança no esforço individual, une as suas forças somente quando a necessidade o exige e afecta formas variáveis segundo as necessidades do momento; espera tudo da iniciativa privada e teme os entraves; — o outro põe ao contrário a sua confiança no esforço colectivo, no agrupa-

(1) A filosofia na compreensão dos fenómenos da natureza só vale quando estes fenómenos são seriados e postos por ordem — é o método. Entregue a si mesma a filosofia deu na astronomia a extravagância. O movimento dos astros seria circular porque sendo os astros incorruptíveis deveriam ter o movimento mais perfeito que seria o movimento circular.

mento administrativo permanente, difícil de transformar; espera tudo da regulamentação, e teme particularmente os desvios da vontade individual. A qual destes grupos pertence o futuro?» A resposta a esta pergunta do notável observador já os acontecimentos a deram depois da grande guerra. Esta guerra demonstra cabalmente, o que vale a formação anglo-saxónia e qual é a sua fôrça de resistência.

Esta superioridade não é devida à vigorosa constituição dos seus governos; os Estados Unidos oferecem bastantes exemplos de corrupção política e administrativa. Boutmy, que conhece bem a psicologia política norte-americana, diz que a América «se resigna sem grande esforço aos abusos dum govêrno que a Europa consideraria o peor dos males». E porquê? Porque aquela vigorosa democracia teme mais os obstáculos e os embargos administrativos do que os desperdícios do poder. É o contrário do que se passa dêste lado do Atlântico abaixo do paralelo 50.º É uma herança da sua pátria de origem. O cidadão inglês tem o horror das intervenções estranhas na sua vida privada; o domínio do seu *home* é absoluto. Pitt dizia um dia na câmara dos comuns, — «a casa do cidadão inglês desafia todos; pôde ser uma mansarda, escalavrada, com o tecto esburacado; entrar lá a chuva, entrar lá o vento, mas o rei da Inglaterra não entra lá».

Os latinos, ao contrário, chamam constantemente o Estado em seu auxílio. Em Liverpool a grêve dos caminhos de ferro ocasionou, há anos, graves perturbações. As fôrças do Estado assistiram de braços cruzados aos motins, mas não podiam intervir sem chamamento da municipalidade. A policia de Liverpool era insufficiente, mas a municipalidade preferia recorrer à policia de Bermingham a servir-se das fôrças do Estado. Bermingham fica a mais de cem quilómetros e as tropas do govêrno achavam-se na cidade; pois antes quis pagar as despesas dos transportes que aproveitar o auxílio do Estado. Esta mentalidade está no pólo oposto ao nosso.

Nem a Inglaterra, nem os Estados Unidos devem a sua prosperidade à acção dos seus govêrnos. Os govêrnos da Gran-Bretanha têm sido cooperadores, mas não os principais motores da prosperidade daquele país. Pelo seu lado a

América foi feita não pela acção benéfica do poder central, mas contra a acção dêste poder (1). O primeiro século de colonização americana foi um século de lutas em que a metrópole (pela guerra com o rei índio chamado rei Felipe) não gastou uma libra e nem forneceu um soldado. Pelo contrário a metrópole procurou impedir todo o progresso industrial para colocar na colónia os seus produtos. Foi da reacção contra tais violências que saíu a independência americana.

Não é o govêrno que faz a prosperidade dos povos; é a educação, sobretudo a educação dada nas famílias.

3.º — MONOGRAFIA DA FAMÍLIA

A criação da monografia operária como meio de análise social é devida a Leplay. Antes dêle muitos tinham procurado em vão a ponta do fio da miada: uns tinham imaginado a preponderância do poder público; o Estado seria o principal organizador. Nesta orientação as leis dariam a explicação da sociedade. Outros pensaram que a sociedade se organizava em volta das crenças religiosas e procuraram no culto dos antepassados a chave da cidade antiga. Houve ainda quem assemelhasse a sociedade a um organismo e tirasse á civilização contemporânea pedaços para construir o organismo embrionário de que partiria a evolução. Todos erraram porque todos partiram da concepção *à priori* (2).

A descoberta de Leplay é em parte filha do génio e em parte filha da observação. As suas viajens como engenheiro-

(1) Áqueles que julgam a brilhante democracia americana apenas como um povo de argentários, cegos pelos lucros, e dominados até à imbecilidade pela paixão do dolar, aconselhamos a leitura do livro de Ferrero — *Génio latino e mundo moderno* —.

A pág. 193 «tive de me convencer de que nenhum país da Europa gasta tanto dinheiro, nem faz tantos esforços para fundar museus, escolas, universidades e novas religiões ou para fazer progredir no meio da civilização das máquinas (em pleno reinado da quantidade) — as artes, o espírito religioso, as sciências desinteressadas...»

(2) Pinot, *Science Sociale*, 1908.

consultor poseram-no em condições de observar as famílias operárias em vários pontos da Europa e dos confins da Ásia. A sua missão era estabelecer as condições económicas da família operária, para deduzir quanto o operário pesava no preço do custo do fabrico industrial. O autor inventou um meio de análise adequado ao seu objecto—estudou o orçamento da família operária, as receitas e despesas. Êste estudo era minucioso. Depois de estudar muitas famílias ocorreu-lhe (é aqui que está o ráio do génio) que a família operária devia ser o elemento simples de toda a construção social.

Razões teóricas não faltam em abono desta concepção.

As famílias operárias eram as mais numerosas; elas constituem a grande massa em todos os povos; são elas que elaboram os meios de existência, etc. Em geral a família operária é o laboratório donde saiem os homens que os outros grupos sociais utilizam. O grupo social, ponto de partida dos outros grupos, é, de toda a evidência, a família, pois que os outros grupos empregam os materiais elaborados pela família, bons, ou maus conforme a preparação que eles recebeu da família. Mas Leplay não indicou qualquer família como o ponto de partida da análise social, apontava somente a família operária.

Tendo observado a família semi-nómada dos Bakirs nos confins da Sibéria, teve a visão duma sociedade embrionária.

Observando em seguida a família nos Balkans, na Rússia e na Europa, pôde registar um facto da mais alta importância para justificar a sua tese da família operária—ponto de partida da construção social—êste facto foi *a existência duma modalidade imposta aos outros grupos, em virtude da constituição do seu grupo primordial, a família operária.*

Nas sciências naturais quando a observação mostra que as alterações dum dos atributos do sêr arrastam modificações profundas nos outros caracteres do mesmo individuo, êste atributo é dominante. Foi assim que se fez a classificação das plantas pelos órgãos florais e a dos animais pelo sistema nervoso, pelo esqueleto, etc.—as alterações dêstes órgãos arrastam consigo modificações profundas nos individuos. Era uma verificação análoga que Leplay fazia nas sociedades

humanas — a modificações profundas da família operária correspondiam modalidades diversas da constituição social ⁽¹⁾.

Estavam assim descobertos dois princípios: 1.º *toda a observação social deve começar pela observação das famílias operárias que fazem parte da sociedade;*

2.º *há uma modalidade imposta aos agrupamentos de que se compõe a sociedade, em virtude da constituição da família operária.*

A segunda proposição mostra o bem fundado da primeira, e esta segunda é um resultado da observação.

«É na casa do operário, do camponês, que é necessário entrar, é nas suas oficinas, nos seus campos que é preciso vê-los, para conhecer as indústrias que alimentam a região em que elles vivem; é lá que se terá conhecimento das condições que o clima e o trabalho impõem à natureza e ao regime de alimentação, de habitação, de hygiene e de vestuário. Tradições e organização da família, sistema de educação e de instrução, acção de autoridade privada ou pública, crenças e práticas religiosas, acção do comércio, influencia das classes superiores, divertimentos, artes nacionais, tudo se encontra no lar do operário, tudo ali termina *nas formas mais simples* e pela acção a mais profunda. Para compreender a efficácia dêste processo basta opôr-lhe o processo contrário: quem iria a Versailles, ao palácio dos reis, para estudar as condições da habitação em França; quem iria sentar-se à mesa dum lord para inquirir da alimentação do povo inglês?» Estas linhas de Pinot justificam o ponto de partida dos estudos sociais, affirmado por Leplay, se depois da 2.ª proposição, êste ponto de partida ainda carecesse de justificação.

Mas as famílias operárias são muito desiguais; a massa da classe trabalhadora não é homogénea. Como se não po-

(1) A noção de factos dominantes e factos subordinados é fecunda em sciências naturais. Permite a descoberta de leis de coexistência e leis causais. Na medicina, para fazer o diagnóstico, o clínico não carece de averiguar todos os sintomas do doente; bastam os patognomónicos, ou um conjunto especificador; os outros pouco importam. Em história em regra os historiadores não têm êste critério; apontam ao acaso das suas simpatias os factos, sem pensar que há factos *dominantes*, principais, donde derivam outros segundo leis de coexistência ou de causalidade. Os factos não são todos igualmente reveladores, nem em medicina nem em história, nem em sciência nenhuma. Mas como fazer a diferenciação, a escolha?

dem estudar todas as famílias, é necessário escolher, e esta escolha não pôde sêr arbitrária. O geólogo para conhecer a constituição da crosta terrestre não faz um número infinito de sondagens, não opera também ao acaso; é preciso escolher os pontos a perfurar para se dar conta das disposições e constituições das camadas. Assim tem de proceder o observador das coisas sociais.

As famílias a monografar têm de ser famílias prósperas (não doentes socialmente) e representativas das principais actividades da região; família próspera e pertencendo a profissões *dominantes* na região, (dominantes pelo seu valor material). Nós sabemos já quais são as condições em que é próspera a família, não as repetiremos aqui.

Como estudar então a família operária escolhida?

Leploy cometeu vários êrros tanto sôbre a maneira de estudar a família operária, como em relação ao alcance dêste estudo. Supôs que bastaria o estudo das famílias operárias para conhecer a sociedade inteira. E' um êrro. A sociedade é constituída por vários grupos; cada um tem a sua função e a sua estrutura apropriada. A família é um grupo como qualquer outro, embora duma simplicidade e duma importância superior.

Para conhecer inteiramente uma sociedade carece-se de a estudar nos seus diferentes grupos, como para conhecer o corpo humano, não basta estudar tal ou tal aparelho, embora no organismo humano haja como no corpo social aparelhos e órgãos dominantes.

A família operária impõe um modo de ser particular à sociedade, mas não explica toda a sociedade. Assim (e nós o mostraremos) as qualidades de educação que se encontram nas famílias vão encontrar-se noutras grupos sociais. Virtudes e defeitos da família são virtudes e defeitos dos outros grupos; mas os outros grupos têm uma organização própria que pôde ser mais ou menos feliz, mais ou menos defeituosa, que não pôde conhecer-se através das virtudes e defeitos da família; é necessário estudar essa organização directamente.

Leploy exagerou pois o alcance da monografia operária, mas viu bem quanto a tomá-la para ponto de partida.

Êste sagaz observador cometeu outro êrro quanto à forma de analisar: supôs que o instrumento mais apropriado para

fazer o estudo da família, seria o orçamento. Receita e despesa acompanhadas de várias anotações (1).

Um discípulo de Leplay, Henri Tourville, descobriu a forma científica de analisar a família—é a *Nomenclatura* dos factos sociais. A família operária é posta em face das diversas classes de fenómenos desta nomenclatura, como um corpo, para a análise química, é posto em presença dos respectivos reagentes, e da maneira como êle se comporta em face dêste reagente assim é definido o grupo a que pertence. Os factos estão dispostos nesta nomenclatura, segundo a ordem crescente da complicação. A Nomenclatura compreende os diversos factos sociais, susceptíveis de influenciar a família e de ser influenciados por ela.

O Lugar, o Trabalho, a Propriedade, a Vezinhança, o Patronato, a Escola, Município, Estado, Religião, etc. tudo ali se acha indicado e especificado.

Todo o inquérito visa a estabelecer se a família cumpre bem ou mal a sua função procriadora e educadora. Destas duas funções a que verdadeiramente especifica a família é a educação, a outra póde dispensar (e por vezes dispensa) a família.

Vimos que as condições de que dependia a prosperidade eram cinco—união monogâmica, autoridade, recursos, lei moral, inteligência dos tempos; êstes elementos são necessários, mas não bastam. São elementos permissivos, não são efectivos, isto é, necessariamente operantes. Sobre êstes elementos deve actuar uma mentalidade e operar-se a função. Não podemos estabelecer *à priori* em que consiste a mentalidade conveniente ao bom exercício da função educadora. Será *a posteriori*, isto é, pelo exame dos resultados. São os filhos capazes de vencer por si, sem apoio, as dificuldades da vida, duma maneira fácil e completa, em harmonia com os lugares e os tempos e de acôrdo com a lei moral? Se assim acontece a educação é boa. Será inferior na medida em que os resultados se afastam dêste ideal.

(1) Esta análise pelo orçamento era eficaz no ponto de vista em que se achava Leplay—o ponto de vista económico, para contar no preço do custo do produto industrial quanto pesava o operário.

Este meio não era próprio para determinar o valor social da família—valor que não é revelado pelo orçamento, mas sim pela maneira como ela desempenha a função educadora.

Todo o inquérito tem em vista os resultados da educação..

Champault indica um processo sumário que dispensa as longas investigações da Nomenclatura, para se chegar a fazer uma idéa clara e suficiente dos resultados da educação— que é afinal uma preparação para a vida.

O inquérito completo seria moroso, necessitaria muitos exames, muitos interrogatórios, e poucas pessoas terão o tempo e sobretudo a paciência para se entregarem a tão largas indagações.

O autor aconselha os observadores a interrogarem tudo que diz respeito às *fases da existência* que são os elementos mais reveladores da espécie da educação dada na família; e depois num inquérito suplementar e complementar investigar o que diz respeito ao *modo de existência*.

As *fases de existência* contêm os factos de ordem crítica, como são os que dizem respeito ao estabelecimento dos filhos; à custa dos pais ou por seu próprio esforço? em que idade começam a viver do seu trabalho? onde vão estabelecer-se, junto dos pais ou ao longe? emigram, para onde? para que profissões? emigração temporária ou definitiva? sucesso ou insucesso na emigração?

As profissões são remuneradas, exigem esforço ou são parasitárias?

Há liberdade testamentária e é usada? Resistência às crises de doença, sinistros, etc.

Como investigação complementar e ampliação, vem o *modo de existência*:—emprego dos recursos, teor da vida, instrução moral, religião. Os meios de existência, o trabalho, são ainda, no entender de Champault, uma investigação complementar de valor. Num inquérito mais completo seria necessário estudar o pessoal da família e ir até ao avô.

A nomenclatura de Tourville sôbre a rubrica Família estuda o pessoal desde os pais até aos criados.

E' interessante e fundamental a nota sôbre a autoridade no lar que no estudo, segundo a fórmula abreviada de Champault, fica muito no escuro. A autoridade é indispensável para haver educação. A ordem em todo o grupo social só pôde sêr assegurada pela autoridade. A forma desta autoridade é variável e os efeitos são diferentes também. «A autoridade pôde sêr impulsiva ou razoável, suave ou brutal,

intermitente ou contínua, baseada sôbre o terror, ou capaz de se impôr por si ao respeito. Póde sêr muito forte no princípio para abrandar gradualmente ou ainda não incidir senão em certos pontos» (1). Importa muito que o inquiridor examine a natureza da autoridade no lar.

Um outro ponto é—o de filhos casados a viver com a família (comunidade). O fim do exame da família é determinar os laços estabelecidos entre o seu pessoal e o sentido em que eles atuam: *¿desenvolvem a responsabilidade e incitam à independência, à emancipação, ou tendem a inclinar as pessoas a aproximar-se umas das outras, a formar uma comunidade?*

A observação mostrará em que sentido é entendida a educação: se no sentido de enquadrar o indivíduo fortemente no grupo, tornado mais ou menos impessoal, passivo, incapaz de actuar sem apoio da colectividade na qual se funda, ou pelo contrário no de formar individualidades capazes, aspirando à independência e sem temor do esforço necessário para conquistar esta independência.

Em toda a educação há um pouco destas tendências, mas nos casos extremos constituem dois tipos reconhecidos desde muito na Escola da Ciência Social. O primeiro é comunitário, que póde não viver em comunidade, mas que vive dela e por ela. O espírito de dependência, de insuficiência, prepara o indivíduo para viver num molde, num quadro em que se apoia, ou seja a família ou seja o clan.

O outro extremo dá indivíduos com amor da independência, capazes de resolverem por si os problemas da vida—é o particularista.

Entre êstes dois tipos tomam lugar numerosas variantes em que predomina ora o espírito comunitário ora o espírito particularista. Os diferentes tipos de família armam para a vida muito diferentemente; diversamente aparelhados, o resultado é muito diferente. Êste resultado favorável não póde obter-se de qualquer maneira, arbitrariamente; só póde obter-se nas seguintes condições: «elevação moral e mate-

(1) «Há uma diferença profunda entre a liberdade anárquica que deriva de fraca autoridade no lar, e a autonomia organizada com o concurso dum poder forte». Descamps, *Science Sociale*, 1914.

rial do indivíduo; educação progressiva das crianças suficientemente numerosas; contribuição efectiva ao melhoramento moral e material dos outros» (1). O triunfo da família naqueles termos, naquelas três condições, é especificador do tipo da família.

A família portuguesa deriva do primeiro tipo, comunitário, mas hoje profundamente desorganizado (fase de transição). Esta desorganização cria um tipo de família chamado *família instável* em que aparece uma aspiração à independência, mais por indisciplina, por insubordinação, do que por capacidade para resolver por si os problemas de existência.

A educação não é uniforme em todo o país, mas em todas as almas se acha arreigada a aspiração comunitária.

Há regiões onde a vida é dura e onde as crianças são adestradas ao trabalho intenso e dispostas a ganhar a vida desde cedo — certas regiões da Beira, e montanhosas de cultura no vale do Douro, — mas mesmo nesses em que se esboça o particularismo, a família é uma comunidade em que os salários são propriedade comum até ao casamento dos membros. A família particularista não existe em Portugal; há tendências particularistas mais ou menos acentuadas, filhas de circunstâncias do lugar e não preparadas por uma educação voluntária.

Para fazer uma idéa da educação não basta examinar como ela se dá na família, é preciso vêr como se comportam a escola e a oficina. A *Nomenclatura* de Tourville põe a família em face de cada agrupamento e esclarece portanto tudo o que diz respeito à educação.

Para fazer o estudo completo duma sociedade é necessário proceder à análise dos seus diversos grupos; a mesma *Nomenclatura* póde servir de guia, embora a sua inteira suficiência seja contestável neste papel.

As luzes obtidas na análise da família facilitam êste estudo de todos os grupos sociais. Quando a autoridade é fraca na família, o investigador vai encontrá-la fraca na escola, no municipio, no sindicato, no Estado.

A família é realmente o ponto de partida da análise dos grupos sociais de que se compõe uma sociedade.

(1) Champault, *Science Sociale*, 1910, cit.

TIPOS DE FAMÍLIA

Segundo o valor educa
e subsidiariamente segundo a

DOIS GRUPOS

Segundo o valor da natalidade, consequência do modo de estabelecimento no lar.

Dois ou mais casais na mesma família.

Lar estável com permanência da autoridade paterna.

Muito favorável à natalidade.

Um só casal.

Lar instável com autoridade paterna precária.

Desfavorável à natalidade.

COMUNITARIOS

Preparados para solucionar as dificuldades da vida não por si, mas pelo recurso a uma colectividade-providência (família, classe, Estado, etc.).

A emigração é estranha à orientação do tipo, é por isso rara ou bastante freqüente nos *comunitários em simples casal*; composto de elementos desclassificados ou pouco laboriosos.

Não é próspera; tende a evitar o esforço; temporária ou definitiva, faz viver mas não eleva. Habitualmente conduz a situações inferiores ou passivas nas cidades.

Quási sempre mal sucedida em país estrangeiro.

COMUNITÁRIOS PATRIARCAIS

Lugar mais freqüente: estepes ricas.

Poder transmitido de irmão a irmão na geração mais antiga.

Emigração quási desconhecida: enxame ou migração.

COMUNITÁRIOS POSTPATRIARCAIS

Lugar planícies culturais de estepes pobres.

Poder do pai ao filho mais velho ou mais capaz.

Emigração rara, enxame.

COMUNITÁRIOS DE SIMPLES CASAL

Lugar cidades e planícies culturais em que a luta pela vida se acentua.

Poder paterno temporário não se transmite mas renasce.

Emigração bastante freqüente.

POSTCOMUNITÁRIOS

(tipos derivados)

Elementos de *elite* que se orientam no sentido particularista sob a influência da luta pela vida.

TRES CLASSES

tivo na ordem natural ou formação para triunfo pelo esforço individual manifestação mais aparente, a aptidão à emigração isolada ou propriamente dita

SEMI-PARTICULARISTAS

Formados para solucionar ainda as dificuldades da vida em certos casos pelos grupos feitos, particularmente a famílias, mas noutros casos resolvendo por si próprios ou recorrendo a grupos de fim especializado.

A emigração é próspera; imposta pelo lugar antes de o ser pelo tipo; freqüentemente composta de elementos empreendedores e industriais. Periódica e prolongada, conduzindo muitas vezes ao retorno, com a condição melhorada, à vida isolada e independente de vale cultural estreito; e freqüentemente ainda ao estabelecimento definitivo em situações comerciais urbanas constituindo uma elevação apreciável.

Bem sucedido no estrangeiro.

SEMI-PARTICULARISTAS DE FORMA POSTPATRIARCAL

Arte pastoril tingida de cultura

Cultura misturada com arte pastoril

Cultura misturada com colheita

Cultura já forte

Cultura forte em ravinas

Poder transmitido pelo pai ao filho mais capaz.

Emigração periódica e a curta distância.

Poder transmitido pelo pai ao filho associado.

Emigração prolongada a grande distância.

SEMI-PARTICULARISTAS EM CASAL ÚNICO

Lugar, género como acima.

Poder paternal temporário não se transmite, mas renasce.

O movimento de emigração exalta-se bem como as qualidades próprias da classe quando se constitui na montanha um domínio rural independente e quasi isolado.

Para os três grupos estas qualidades parecem perpetuar-se na planície quando esta se acha vaga.

SEMI-PARTICULARIZADOS (tipos derivados)

Com ou sem direito do mais velho: numerosas regiões subjacentes às montanhas e por vezes afastadas.

Em território ocupado as qualidades do tipo duram ao menos por algumas gerações.

PARTICULARISTAS

Formados para solucionar pelas suas próprias forças quasi todas as dificuldades da vida ou criar sobretudo nos meios complicados grupos especiais formando feixes de iniciativas individuais disciplinadas para esforço determinado.

Imposta pela formação originária e pela educação que se lhe segue; emigração muito freqüente e muito honrada visa a independência em todos e a riqueza na maior parte. Definitiva sem preliminar e cedo para o interior ou para o estrangeiro para toda a parte onde haja uma situação lucrativa, urbana ou rural. Os elementos superiores estabelecem-se muitas vezes na cultura isolada em terras novas com métodos progressivos. Representa para a raça (esta emigração) uma força de expansão considerável.

PARTICULARISTAS DE HERDEIRO ASSOCIADO

Lugar: ravinas abruptas culturais dos fjords noruegueses (montanhas imergidas).

Poder transmitido do pai ao filho associado.

Emigração temporária desconhecida.

PARTICULARISTAS DUM SÓ CASAL

Lugar { com direito do mais velho — Inglaterra
com partilha igual — Estados Unidos.

Poder paterno temporário não se transmite mas renasce.

Emigração intensificada pelos progressos modernos, em todos os pontos de vista.

As qualidades próprias da classe são naturalmente persistentes quando a instalação se faz em terra vaga na cultura por métodos progressivos.

PARTICULARIZADOS (tipos derivados)

Com herdeiro associado: Canadá.

Com ou sem direito do mais velho: numerosas regiões do N. O. da Europa.

Em território ocupado de qualidades próprias duram pelo menos algumas gerações (em França vestígios ao norte do Sena).



O quadro anterior é um ensaio de classificação das famílias, tentada por Champault. O autor era um erudito e conhecia a fundo os trabalhos da *Sciência Social*. O quadro resume as reflexões que lhe sugeriram as suas leituras de tudo o que publicou a Escola de Leplay (1).

É certamente uma classificação muito imperfeita mas mesmo assim presta serviços a quem principia o estudo da *Sciência Social*. Há no quadro três classes de Famílias, segundo a educação que ministram: Comunitária; Semi-particularista e Particularista. Cada uma destas designações domina uma coluna que intercepta duas linhas horizontais; a primeira horizontal corresponde a um grupo de Famílias em que há casais múltiplos; a segunda horizontal diz respeito a um só casal. Tomemos a primeira coluna «Classe comunitária»; o seu encontro com a linha horizontal mostra que no caso da Família de casais múltiplos há por exemplo «emigração quasi desconhecida». O encontro com a segunda linha horizontal dá «emigração freqüente». Quer dizer a educação nos seus resultados depende da instalação do lar (2).

No fundo da primeira coluna aparece como tipo derivado «Postpatriarcais» — elementos orientados para o particularismo mais pela dificuldade da vida do que pela educação.

Em Portugal há numerosos exemplos dêste tipo.

Quanto aos Semi-particularistas e aos Particularizados a classificação é muito difficil na prática. O autor dá poucos exemplos, o que torna o quadro menos proveitoso.

Os normandos da história podem ser classificados ora nos Particularizados, ora nos Semi-particularizados e até mesmo nos Comunitários como a *truste* guerreira de Guilherme o *Conquistador*. E os romanos?

Incompleto como está o quadro merece comtudo um quarto de hora de meditação sobretudo aos principiantes.

(1) *Science Sociale*, n.º 76 de 1910.

(2) Não é só a educação que é influenciada pela instalação do lar; os efeitos dos transportes modernos divergem também — a sua acção é destrutiva nos comunitários em casais múltiplos e é pelo contrário indiferente nos comunitários em casal simples.



CAPITULO II

EDUCAÇÃO

1.º— DIVERSAS FORMAS DE EDUCAÇÃO



EDUCAR é preparar para a vida, para resolver os diversos problemas que cada um encontra ao longo do caminho da vida. Esta preparação faz-se de duas maneiras: formando a mentalidade (pensar e representar a vida) e formando o carácter (acção). As idéas fundamentais ancoradas no espírito, directrizes do pensamento, da *representação* da vida, isto é, a idéa que se faz do seu emprêgo da vida, do seu valor, do seu fim, constituem a mentalidade. Estas idéas não são muito numerosas, mas devem ser claras, bem delimitadas no espírito. O carácter é a faculdade de actuar, mais ou menos decidida e mais ou menos firme, consoante a vontade.

Idéas claras e bem ancoradas no espírito (as idéas superficiais não valem nada) juntamente com uma vontade forte formam a educação, que será bôa ou má conforme a mentalidade estiver bem ou mal formada.

A educação deve mostrar onde está a felicidade e ao mesmo tempo fornecer os meios de a atingir. A felicidade neste mundo consiste na satisfação das necessidades — materiais e espirituais — de todas as necessidades da natureza humana, e não só dalgumas com prejuízo das outras. Satisfação integral e harmónica.

O estudo da natureza humana dá-nos o conhecimento das necessidades reais. A satisfação duma necessidade é sempre acompanhada de prazer, mas êste prazer é um meio

de que a natureza se serve para garantir a satisfação da necessidade, não é um fim. É por isso que a felicidade não pode consistir no gozo, no prazer.

Acontece porém que as necessidades crescem à medida que se progride, de modo que a satisfação completa e definitiva das necessidades nunca é possível. A felicidade perfeita não pôde portanto atingir-se; é uma quimera. Este aumento das necessidades, com o progresso, é uma lei da natureza humana; esta lei chama-se «a extensibilidade das necessidades». A educação tem de a tomar em conta.

A educação tem em vista três coisas: 1.º a aprendizagem duma técnica; 2.º a lei moral; 3.º a extensibilidade das necessidades (1). A técnica é precisa para ganhar a vida; é o ofício e é a arte de viver em sociedade. A lei moral é o conjunto de regras directrizes da conduta. Pinot ao tratar da *religião* como auxiliar do *patronato* no seu curso de *método de ciência social*, escreveu: «a sociedade arruinar-se hia pela base e seria incapaz de satisfazer as suas necessidades materiais se não curvasse o homem desde pequeno ao respeito da lei divina». A preparação à extensibilidade das necessidades, supõe o progresso, a mudança, com a respectiva adaptação.

É dum conjunto de qualidades morais que deriva esta adaptação. É preciso uma certa representação da vida, um certo ideal, e é ao mesmo tempo necessário um conjunto de virtudes, de qualidades pessoais, para vencer as dificuldades do meio e as repugnâncias da adaptação.

A observação mostra que há três espécies de educação: 1.ª aquela que dá apenas uma técnica para obter os meios de existência; 2.ª a que dá esta técnica e ensina a lei moral; 3.ª a que dá ao mesmo tempo a técnica, a lei moral e prepara à extensibilidade das necessidades.

A 1.ª é ineducação, isto é, a ausência de educação; a 2.ª a educação estática; a 3.ª a educação dinâmica. É pelo encontro destas duas últimas que aparece a educação mista.

A classe dos *não educados* compreende os selvagens e os vadios das nossas grandes cidades. Estes aprendem uma técnica rudimentar para adquirir os meios de existência, que é a caça, a simples colheita ou um esboço de cultura nos

(1) Ver Descamps, *Les trois formes de l'Education*, 1906.

selvagens e que nos vagabundos é a esmola ou o roubo. Não têm lei moral (1).

Estes selvagens são sempre desgraçados. O século XVIII porém desvaneceu-se diante da felicidade de certos povos selvagens da Polinesia, que não careciam de trabalhar: a árvore do pão e uma pesca fácil davam os alimentos e o clima benigno não exigia esforços para o vestuário. Era um paraíso... pela ausência do esforço.

Esta ventura dos polinésios não deve ser estranha à concepção do *Emilio* de Rousseau. A inexistência da regra moral tornava-os infelizes porque se entregavam aos vícios mais absurdos e mais dissolventes da energia. A despeito das aparências de robustez as suas constituições eram débeis. O contacto com a civilização aniquilou-os.

A educação estática. Esta compreende os povos pastores, os caravaneiros do deserto, e os agricultores orientais.

Nas estepes ricas do planalto central da Ásia, os rebanhos fornecem tudo o que é necessário à vida, porque a vida é simples. A família ocorre a tudo, satisfaz todas as necessidades que são forçosamente limitadas. Os desvios individuais, o afastamento do grupo, é punido pela natureza: ninguém poderia manter-se isolado, porque o rebanho, fonte de todo o haver, é propriedade do grupo. Saír da família seria a morte. É a sanção natural e esta é bastante para manter unido o grupo; as sanções artificiais não são necessárias para o fim de evitar a fragmentação da família. É a família patriarcal, composta dum número imenso de casais (*ménages*). Aqui toda a educação consiste 1.º na aprendizagem duma técnica simples que respeita ao aproveitamento do leite e das peles dos animais, ao fabrico doméstico de artigos grosseiros, etc.; 2.º a regra moral, o culto das tradições, a obediência, etc. O grupo é simples; à família pertencem todas as funções civis e religiosas na pessoa do patriarca.

Neste grupo de nómadas, as funções civis e religiosas não

(1) Não parece possível que um grupo humano possa subsistir sem alguns princípios de moral. Um bando de malfeitores não tem moral em relação aos estranhos, mas, em relação ao grupo, carece de certos princípios de equidade, sem os quais não poderia viver. Era o imperador Vitelio que entre duas orgias recomendava a virtude aos cavaleiros romanos. A virtude é precisa mesmo áqueles que a não praticam.

se separam em organismos externos à família como acontece aos sedentários. Aqui a família é tudo. É a imobilidade que se desloca através da estepe, em busca de novos pastos...

Quando os meios de subsistência se tornam insuficientes aparece o comércio de caravanas, que trás logo uma complicação porque a família já não basta: é necessário guardar as estradas do deserto com os seus poços, é preciso guardar as *pistas* e defender as mercadorias; aparece a tribo, organização superior à família.

Mas aqui ainda, nos *caravaneiros*, a sanção é natural.

Com a cultura em que a terra é mais ou menos apropriada a vida complica-se e a educação sem ser transformada sofre modificações; é a educação estática de *sanção artificial*.

A antiga Rússia do Mir em que a terra pertencia à comunidade da aldeia; a China e a Bulgária onde a terra não pertence ao indivíduo mas à família estão no caso.

Aqui a sanção é artificial porque os mais insubmissos ou mais ousados podem abandonar o grupo, sair da família, e estabelecer-se por sua conta sem que a natureza os execute como na estepe.

O grupo retira-lhe o apoio ou mesmo persegue-o com o ódio. A sanção é portanto artificial. Esta educação não prepara para a extensão das necessidades porque tudo é imóvel ou se evoluciona e com tal lentidão que a lei da extensibilidade das necessidades não se faz sentir. Quando, neste meio agrícola, o comércio aparece a cultura deixa de ser integral (produção de todos os artigos necessários ao consumo local) e passa a ser cultura especializada, em certos lugares, em vista da exportação; esta cultura especializada dissolve o grupo. Os mais capazes ou os mais ambiciosos afastam-se para gozarem exclusivamente do seu trabalho pessoal. A comunidade incomoda-os.

Bem sucedidos, incitam os outros a imitar o seu exemplo e a partirem também entre si as terras; mal sucedidos cáem na miséria, vendem o seu lote e aparece o trabalho servil ou a escravatura. As bases da educação estática são: a obediência, o respeito dos velhos e a solidariedade com o grupo.

As conseqüências são: aprendizagem técnica limitada às necessidades imediatas, respeito da lei moral, com solidariedade absorvente com grupo e com tradição; impede a eleva-

ção da mulher, a não ser pela rutura com o grupo; higiene rudimentar; ciência dedutiva (a iniciativa pessoal não existe e portanto a observação e a experiência são de efeitos nulos quanto à descoberta de leis gerais que só o método indutivo permite — isto explica a falta de inventores em certos povos aliás inteligentes); exploração dos fracos pelos fortes; impotência da elevação individual; o grupo tende a estender-se pelo domínio, donde o espírito de conquista com militarismo e autocracia; valor dos meios exteriores que asseguram o prestígio (a oratória, o luxo, as fórmulas — esta educação é infinitamente formalista); impossibilidade de manter a regra de conduta perante o luxo e a cultura especializada. Esta última conseguiu mostrar a falta de resistência individual, efeito da falta de formação da pessoa que desaparece afogada no grupo. A felicidade assegurada nestes meios imóveis desaba quando começa a evolução.

Construção estável na imobilidade, é incompatível com o progresso. Tais são as características da educação *estática*, segundo Paulo Descamps (1).

Educação dinâmica. Nesta forma de educação há como na anterior a aprendizagem duma técnica, evidentemente aqui muito mais complexa, dada a complicação do meio, e a lei moral, mas há de novo princípios conformes com a extensibilidade das necessidades (elemento da adaptação e progresso). É chamada educação dinâmica porque o indivíduo que a recebe fica adaptável às diversas modalidades da evolução; é também chamada particularista porque a sua base é o respeito do indivíduo, da pessoa humana, e não a subordinação ao grupo, como na forma *estática*.

Os seus atributos são, também segundo Descamps, os seguintes: aprendizagem técnica; lei moral; desenvolvimento completo das faculdades do corpo e da alma (vontade forte, raciocínio indutivo, isto é, capacidade de julgar as coisas e os homens); trabalho pessoal, autonomia, capacidade de isolamento; posse de si, sangue frio, concentração de espírito, tenacidade; sentimento de responsabilidade (lealdade, verdade); seriedade (gosto do confortável, desdem da futilidade); *caut*, isto é, reprovação do vício, da mentira, dos expedien-

(1) *Science sociale*, n.º 22, de 1906.

tes; sociabilidade limitada (simples diversão e não ocupação); associações livres, temporárias e com fim preciso, sem visar ao domínio dos outros, nem a apoiar-se neles parasitariamente; respeito da mulher; propriedade pessoal, com direito de testar; a religião é negócio de consciência individual e não uma homenagem prestada à autoridade do grupo.

A base geral desta educação é a *utilidade*.

Uma grande parte destes atributos, são necessários para ocorrer à lei de extensibilidade das necessidades, o que não seria possível sem o desenvolvimento das faculdades do indivíduo, da sua capacidade e da sua independência.

As duas formas de educação — estática e dinâmica — foram elaboradas em condições históricas diferentes: uma apareceu nos meios imóveis, na vida pastoril, e deu a família patriarcal de que já nos fala a Bíblia; estendeu-se por emigração aos territórios agrícolas que comportam ainda a conservação do grupo, mais ou menos alterado na sua organização; — a outra nasceu, segundo toda a probabilidade, no noroeste da Europa, com o isolamento forçado das famílias em simples casal ou antes casal duplo de herdeiro associado. Todos os encantos da comunidade, todo o apoio e segurança que o grupo oferecia aos indivíduos, tiveram de ceder diante da necessidade da separação imposta pela estreiteza das fachas de terra cultivável que ofereciam as montanhas da Noruega. A' comunidade sucede o indivíduo com a sua família. O lugar que quebrou a comunidade não deixa fixar uns ao lado dos outros os membros de família; é forçoso que todos à excepção de um, partam para novas terras e aí se fixem. Desde o nascimento é a perspectiva de ruptura, da emigração forçada. A educação toma necessariamente uma orientação diversa, acomodada à necessidade imposta pelo lugar. O camponês dos *fjords* sabe que os filhos, à excepção de um, devem abandonar cedo a casa paterna. Tem de receber uma educação apropriada, que os habilite a vencer sós as dificuldades da vida. O grupo não pode deslocar-se e acompanhá-los à América ou a Nova Zelândia para os amparar. Que diferença entre a sua mentalidade e a mentalidade dos patriarcais!

Uma prepara para a vida e faz como as aves que abandonam os filhos aos desígnios da Providência logo que elles teem asas para voar; a outra conserva e mantém debaixo das suas vistas e da sua protecção aqueles de quem julga dever

ser a universal providência. No comunitário patriarcal há ordem e disciplina mantida pela tradição. Estabilidade e imobilidade com exclusão de todo o progresso.

O indivíduo é somente uma peça do conjunto, na igualdade e segurança que dá o amparo do grupo, mas na mediocridade e na estagnação. A mulher não pôde elevar a sua condição; os mais aptos não se distinguem por um rendimento maior. O espírito, movendo-se automaticamente, dentro dum quadro fixo, não adquire as faculdades inventivas.

Observação e experiência, no sentido de generalização indutiva, não são possíveis, falta de personalidade capaz de tirar proveito dos factos. Só as sciências dedutivas, filosofia e matemática, podem brotar neste meio. Estes grupos reconhecem a lei moral na aplicação interna, isto é, para os membros do grupo somente; para os estranhos os deveres morais não existem. Um clan é inimigo doutro clan; uma tribo é inimiga doutra tribo. A história regista a ferocidade destas lutas. As lutas políticas de certos povos ocidentais resultam da hereditariedade do clan.

Como os indivíduos se não podem elevar pessoalmente, o grupo não pode prosperar por um desenvolvimento interno; a tendência é de conquistar outros grupos para os dominar e explorar; é a extensão por conquista e domínio. Esta educação estática conduz à guerra. É uma das características dos comunitários é serem dominadores, absorventes, autoritários. Quantas coisas da história e da vida corrente se não explicam por esta mentalidade! A solução dos problemas toma sempre a forma colectiva — na vida privada é a convivência, o apoio dos parentes e dos amigos; na vida pública é o predomínio da política e do militarismo. Uma outra consequência desta mentalidade é a dos programas teóricos para a resolução das questões gerais da vida pública — as constituições políticas, os códigos, teem um culto de divindade ⁽¹⁾.

O valor do homem mede-se pelo valor do grupo a que

⁽¹⁾ Um viajante inglês, Arthur Young, que viajava em França no começo da Revolução e via os franceses muito preocupados com o problema da constituição política, dizia: estes senhores imaginam que há uma receita para fazer constituições, como há uma receita para fazer chouriços.

pertence; é a convenção dos valores, o privilégio e o nascimento (1).

Como tudo é diferente nos particularistas! Para estes o grupo é um acidente que dura pouco; o homem é tudo. O homem é a peça dominante na sociedade; é preciso que esta peça seja forte; é preciso fazer o homem. Todos os embaraços à sua elevação devem ser suprimidos; tudo o que promove o desenvolvimento das suas faculdades deve ser respeitado. A natureza não é contrariada sistematicamente, posta em suspeição; a natureza é respeitada, estudada, para se descobrirem as aptidões e cultivá-las. Nem a liberdade assusta, nem as novidades metem medo. Nos comunitários as almas são vasadas num molde, como êstes artigos da indústria fabricados em série, que podem substituir-se uns aos outros; aqui o molde não existe; cada um é uma pessoa, com o seu carácter e a sua originalidade.

Posse de si, seriedade, amor da responsabilidade e da autonomia, respeito dos outros, são virtudes do particularista. O desenvolvimento faz-se, não pelo domínio sobre os homens, mas pelo domínio sobre si e sobre as coisas; O comunitário conquista os homens para os explorar; o particularista é um pioneiro que doma a natureza para produzir. Cada um é o senhor do seu destino, resolve por si os problemas da existência.

A propriedade é individual porque se entende que é o fruto do trabalho de cada um. Os meios de existência estão em harmonia com o valor do esforço, e não com a importância do grupo a que se pertence. A justiça aqui não é uma palavra vã: a cada um conforme o seu merecimento. Não se julgue porém que o particularista é um isolado, um

(1) Nos patriarcais a autoridade dos velhos é imensa; os pais têm direito de vida e morte sobre os filhos. É inexplicável pela ciência que no meio patriarcal bíblico aparecesse o preceito de obediência aos pais, apenas com esta forma — *honrarás pai e mãe*. Se o preceito derivasse naturalmente de formação social israelita, a sua forma seria bem diversa, porque o meio patriarcal exige uma subordinação absoluta; não se contentaria com o simples — *honrarás*, que é adaptável a todas as formações sociais. Como a *ciência social* ensina a lêr a Bíblia!! O quarto mandamento do Decalogo está formulado em termos que escapam a uma explicação social: nascido no povo de Israel não é filho da sua mentalidade. A ciência não pode apanhar a sua origem.

sêr anti-social; é pelo contrário eminentemente social porque nos grupos em que entra fornece esforço, actua, e não se abriga parasitariamente por detrás do esforço dos outros. A sua cooperação é leal e efectiva. A concepção que tem do grupo é diferente da concepção comunitária: para êle o grupo é uma associação temporária, com fins precisos, e necessária para realizar esses fins. É uma concepção dinâmica. Tirará vantagens do grupo em proporção do esforço que êle próprio realizar e do rendimento dêsse esforço.

O grupo no seu conceito é uma máquina de produção de que êle é uma rodagem útil; para o comunitário o grupo é um *encosto*, onde se buscam as maiores vantagens com o mínimo de cooperação (1).

Qual dos dois é o egoista? Aquele que só quer o produto do seu trabalho, ou aquele que aspira a utilizar-se do trabalho dos outros?

a) *Educação dinâmica simples.*

Esta forma de educação nasceu e conserva-se na Noruega, nas terras fracionadas dos fjords. Ali a vida em comunidade não é possível; só famílias se podem sustentar, dada a exiguidade dos lotes da terra cultivável. A família comunitária de múltiplos casais quebrou-se de encontro aos fjords. O norueguês agricultor é um isolado, um independente no seu *gaard* (domínio rural completo).

A sua independência, o sentimento da sua dignidade é tão grande que não reconhece nenhum superior, ninguém que tenha o direito de lhe dar ordens. «Este rural, diz Bureau que o viu de perto, é uma espécie de nobre que faz parte duma aristocracia democrática, cujos membros se parecem a reis» (2).

Quando vai à cidade de Cristiania com o seu fato domin-gueiro e encontra na rua o rei dirige-se a êle, aperta-lhe a mão e dá-lhe *os bons dias*. Quando Guilherme II visitou a casa dum dêstes camponeses, a velha dona da casa, já invá-

(1) É êste o conceito do Estado entre os orientais e... entre os latinos. Para estes povos o Estado não é um grupo necessário à conservação da ordem; é necessário à conservação das pessoas que conseguem incorporar-se nele.

(2) Vid. a excelente monografia na *Science sociale*, 1905, *Le Paysan des Fjords de Norvège*.

lida, exclamou sem nenhuma comoção: «ah! tu és o imperador; quanto folgo de ver o imperador antes de morrer; senta-te e está à tua vontade». Esta anedota dá a medida da independência norueguesa.

A propriedade é transmitida a um só herdeiro, herdeiro associado; esta transmissão faz-se em vida do chefe de família; é uma venda pelo terço do valor, com o fim de manter o domínio rural (1). Os outros filhos emigram e vão para América ou para Austrália buscar os meios de constituir a sua família. Durante a sua formação na família, na Noruega, fazem a sua aprendizagem técnica; adquirem experiência e recebem os conselhos do pai. Cultivam a responsabilidade e vão ao longe estabelecer-se afrontando riscos e perigos. O princípio fundamental desta sociedade é o seguinte: *cada um tem o direito ao completo desenvolvimento da sua personalidade*. É um ponto sobre o qual todos estão de acôrdo. O crime é olhado como um obstáculo a êste desenvolvimento, e não como uma ofensa que exige uma reparação (*vendetta*). Todos são interessados na repressão do crime e para isso se organizam; — é o *jùri*. «O cristianismo fez uma grande impressão nestas almas rectas e honestas, por isso o adoptaram como a imagem viva da lei moral».

Feliz povo o norueguês!

«A criminalidade é mínima (embora êste povo seja um pouco dado a rixas); não há iletrados, nem mendigos, nem vagabundos. A mulher é respeitada e honrada. Cada um no seu domínio resolve por si o problema da sua felicidade

(1) Logo que êste contrato se efectua o pai separa-se e vai viver com a mãe para outra casa. A promiscuidade é perigosa para a independência e para a paz da família. O herdeiro entra na gerência das terras e paga ao pai uma parte do que deve e juro do que resta. Além disso dá ainda gêneros (*sabido*). Os outros filhos aceitam de bom grado esta exclusão da herança; contentam-se em receber apenas uma quota, que às vezes o herdeiro não consegue pagar integralmente. O herdeiro não é o mais feliz: fica acorrentado à mediocridade do *gaard* e eles vão fazer fortuna...

O que caracteriza o norueguês, diz Bureau, é antes de mais nada o sentimento profundo e calmo da sua independência em relação aos homens e às coisas; a noção vivida de que é sempre possível tirarmo-nos de embaraços, e que é fácil, com presença de espírito, energia e perseverança triunfar dos obstáculos que aparecem no caminho da vida.

peçoal, sem perturbar o vizinho. Desde séculos que os conflitos armados são conhecidos apenas de nome.

Felizes os povos que não teem história»!

b) *Educação dinâmica desenvolvida.*

O isolamento e a pobreza das terras fjordicas constituem uma escola de coragem e de independência; ali ninguém póde contar senão com os seus próprios recursos; o auxílio da vizinhança não existe, mas também ninguém exerce vigilância ou coacção; toda a ingerência extranha seria repelida. A autoridade é pouco desenvolvida. Estan atureza exuberante e livre corre o risco de ser brutal e levar a excessos.

Nada de semelhante na educação dinâmica desenvolvida, cujo tipo é fornecido pelo anglo-saxão. Aqui aparece o *gentleman*, rodagem superior desta sociedade hierarquizada que é a Inglaterra (1). O *gentleman* não é hereditário, não é um produto do nascimento ou do privilégio, resulta duma selecção, é um valor pessoal. Na Inglaterra, os recursos do lugar permitem um desenvolvimento das capacidades naturais, uma elevação dos mais aptos, que não é possível nas terras pobres da Noruega. É por isso que aqui aparece uma classe superior, dirigente do trabalho, capaz de exercer o patronato e de orientar a vida social. O espírito de emprêsa, a capacidade para a produção em grande—indústria, comércio, grandes explorações, só aqui se podem desenvolver. «O *gentleman* é um pioneiro do progresso, o homem que dirige a colonização em terras virgens, que melhora a cultura nos países velhos, que cria indústrias novas, que lança as invenções e que figura sempre na cabeça do rol dos que combatem o vício e promovem o bem». É o *gentleman* que exerce gratuitamente as funções de interesse local, é o juiz de paz. Sabe-se como é modelar a justiça inglesa. Não é a lei que o designa para o exercício dêstes lugares, é o reconhecimento que os povos teem da sua competência.

John Bull teve patrões capazes que organizaram a vida de maneira a fazer o desenvolvimento de todas as aptidões e

(1) É da Inglaterra que se trata e não da Gran-Bretanha. Nem a Escócia, nem o País de Gales teem a mesma educação. De resto é preciso notar que mesmo na Inglaterra há a inclusão de elementos extranhos inferiores. Nalguns bairros das grandes cidades estes inferiores são numerosos.

ajudam a subir todos os valores. É o valor que decide, não é a recomendação, nem o nascimento. O patrão de John Bull «não julga as pessoas pelas aparências, nem pela obsessividade; detesta a lisonja porque é uma perda de tempo e leva somente em conta os serviços reais».

Formado nesta escola, entende que o melhor é cada um ter a felicidade na sua mão, em vez de a confiar a mãos estranhas; fará portanto caminho por si, sem medo e sem orgulho, cheio de optimismo, o optimismo que lhe dá a confiança nos seus braços experimentados.

O anglo-saxão tem um ideal, mas este ideal não reside nas nuvens; é um ideal prático, burguês, realizável. Procura melhorar constantemente a sua situação e elevar-se, desenvolvendo todas as capacidades do seu corpo e do seu espírito. Olha menos o homem que a natureza.

Para terminar este esboço de retrato, convém lêr a descrição que Henri de Tourville fez do anglo-saxão em 1893: «a força de educação anglo-saxónica consiste em fazer do homem um esplêndido selvagem, que, diferente dos outros e dos antigos bárbaros, é capaz de suportar, de sustentar e promover toda a civilização. Este selvagem recebe um desenvolvimento corpóreo perfeito, completo, sem exageração de nenhum lado. Conserva uma abertura de espírito absoluta, a frescura nativa das suas faculdades na expansão viril, a necessidade sincera de verdades palpáveis poderosas, a honestidade sólida, compreendida e querida, a disposição vital a bastar-se a si mesmo e a utilizar mais que a economizar as coisas. Criado no meio dos prodigiosos fenómenos modernos da actividade e da inteligência humana, como o selvagem em face das forças naturais da estepe ou da floresta virgem, considera estas energias suscitadas pelo homem como o selvagem considera os elementos: são dados primários a partir dos quais elle deve viver pondo-os ao seu serviço. A formação assim recebida não a adapta estreitamente a uma profissão determinada, mas assegura-lhe um temperamento físico e moral que lhe fornecerá os meios de dominar toda e qualquer empresa. Póde emigrar de officio em officio sem que pareça mudar de aptidão, porque a sua aptidão radical é servir-se bem de si próprio, e applica-se a tudo, como a mais indispensável e a mais segura condição de successo. Depois de ter atravessado dez situações diferentes e de ter virilmente

fornecido uma actividade de meio século, encontra-se ainda homem novo, capaz de coisas novas. Assim é feita pela simplicidade da sua educação esta esplêndida natureza, tão senhora da civilização e tão pouco atingida por ela».

É, em toda a sua fôrça e plenitude, a educação dinâmica desenvolvida, o que o autor nos dá naquela descrição.

Educação mista. Aqui as duas formas de educação, comunitária e particularista, encontram-se em combinação e às vezes em conflito. A França e a Alemanha oferecem exemplo desta forma de educação mista. É pela observação e não pelo raciocínio teórico que conhecemos esta forma de educação (como de resto as outras).

O particularismo entrou na França com os francos, emigrantes da planície saxónica e comandados pelo *truste* guerreiro merovíngio. Enquanto os emigrantes saxões cultivavam as terras, os merovíngios dominavam e exploravam o país.

Porém a *élite* franca (*gentleman*) em breve eliminou o elemento merovíngio e constituía o grupo carolíngio.

Os francos emanciparam as populações célticas dominadas pelos romanos, fazendo-as passar primeiro pela servidão e em seguida elevando-as à liberdade. Estes libertos tomaram alguns princípios da educação dinâmica, com o gosto do trabalho, a propriedade pessoal, mas não puderam ageitar-se ao isolamento rural. Criaram por isso as aldeias que constituíram um grupo patriarcal atenuado. Êste grupo da aldeia não possuía colectivamente já o solo e o capital, como nos comunitários, mas formava uma sociedade de assistência mútua e dominava ainda certos actos da vida privada. Esta raça céltica, embora tocada pelo fermento franco, não conseguiu criar o tipo do *gentleman*. Ficou numa estagnação relativa. Pelo seu lado o elemento superior, o franco, decaiu: o jogo normal das instituições feudais trouxe automaticamente a sua ruína. Os princípios feudais conduziram à libertação do suzerano (independência do rei) e em seguida à libertação do vassalo (independente do suzerano) e por fim à abolição da prestação de serviços (libertação do servo). O proprietário passou a ser, não um patrão agrícola, mas simples *cobrador de rendas*. Como tinha a escola da guerra, por necessidade de defender o domínio, (lutas internas com os outros senhores e externas com bávaros, turíngios, lombardos) uma

vez livre das ocupações agrícolas tornou-se aventureiro da guerra; foi a feudalidade guerreira.

O que se segue é a história da França, em que se encontra muitas vezes uma meia elevação do indivíduo com uma meia subordinação ao grupo. Às vezes são as faculdades do espírito que se desenvolvem com detrimento do corpo, outras vezes é o inverso. Há luta entre as idéas *a priori* e a experiência, entre o costume e a lei, entre a ciência e a religião. Ora é a tradição que vence, ora é a utilidade que triunfa. O tipo é necessariamente instável, dada a sua formação feita de elementos contraditórios em que se não desenha a predominância dum deles (1).

A Alemanha é muito complexa, mas póde classificar-se na educação mista, mais acentuadamente particularista que a França, mas sem se desembaraçar inteiramente da tara patriarcal, comunitária, salvo o Hanover e a Westfalia que são consideradas particularistas.

A educação familiar alemã desenvolve as seguintes qualidades: a minúcia, qualidade importante nas indústrias químicas; a limpeza igualmente importante no fabrico das drogas.

A autonomia é imperfeita, embora a emancipação seja precoce: os filhos na classe operária começam cedo a pagar pensão aos pais, e dispõem do excedente dos salários à sua vontade. Apesar desta independência material os filhos não tem a autonomia que se observa na Inglaterra, isto é, a educação não os prepara suficientemente. Não basta ser independente, é necessário possuir as qualidades morais capazes de assegurar essa independência. A família não tem, como em França e entre nós, o carácter da comunidade; na vida pública portanto não aparece o clan, que é um grupo artificial destinado a substituir a comunidade da família.

Na Alemanha a autoridade no lar é forte, mas não é exclusiva; permite a intrusão duma autoridade extranha. Este fenómeno é interessante porque explica a facilidade com que os alemães toleram as incursões do poder público nos domínios da vida privada.

O respeito da pessoa humana não é muito grande porque

(1) Descamps — *Les trois formes de l'Education*, 1906.

nas escolas populares admite-se a denúncia como meio de facilitar o governo e a ordem. A necessidade de ordem é fundamental naquele país. Todas as pessoas se sentem mais ou menos encarregadas de a manter.

Não existe o clan, mas o espírito de corpo é acentuado, certamente herança das antigas corporações.

No exército há privilégios. Para se ser oficial num regimento é preciso ter a acquiescência do corpo de oficiais do distrito. Nas universidades acontece o mesmo.

O postulante a oficial sofre um inquerito quanto a família, fortuna e relações. O coronel tem dalguma forma o encargo de almas — deve vigiar a conduta dos oficiais e mesmo das suas famílias. A mulher do oficial sofre indicações superiores quanto à sua forma de vestir.

Pela educação os indivíduos estão preparados para receber estas extensões de autoridade pública no que há de mais íntimo da vida privada.

O império tinha o aspecto duma «vasta corporação modernizada».

Na indústria há o paternalismo — o patrão julga ter obrigação de fazer a felicidade dos operários. Mas os meios de estes se elevarem naturalmente não lhes são fornecidos.

O paternalismo alemão, diz Descamps, ⁽¹⁾ não é propriamente uma concepção patriarcal, isto é, baseada nos laços pessoais; também não é um patronato particularista que prepare para a autonomia; é antes um patronato quasi — particularista (semi-particularista) porque se basea na dedicação ao domínio (rural) ou à oficina mas que espera muito do domínio e pouco do operário».

Os livros de Jules Huret, publicados antes da guerra, denunciavam uma Alemanha a caminho da formação particularista; a obra de Descamps posterior, e feita segundo o método da Ciência Social, veio mostrar em que ponto, em que altura, esta evolução se achava, no que respeita à Prússia, porque o seu inquerito foi feito somente nesta parte da Alemanha.

(1) Ver a obra: *Formation sociale do Prussien moderne*, 1916.

2.º— COMO SE FAZ A EDUCAÇÃO DINÂMICA

Conhecemos as bases e as consequências desta forma de educação, tanto na forma simples como na forma desenvolvida; vejâmos agora como se ministra esta educação, de que processos se socorrem os educadores para formar um particularista. É o ponto mais interessante de todo êste capítulo.

A observação metòdicamente conduzida descobre na Inglaterra um conjunto de processos educativos que são os verdadeiros organizadores da educação dinâmica desenvolvida.

Algumas obras se teem escrito sôbre a educação inglesa, mas nenhuma vale a obra de Paulo Descamps *La formation social de l'anglais moderne*, 1914. O livro de Max Leclerc, escrito há mais dum quarto de século, é um trabalho importante e geralmente apreciado, sendo coroado até o volume que trata das Profissões na Inglaterra. Mas êste livro literáriamente superior ao livro de Descamps é um trabalho sem método, em que se expõem vistas interessantes, em que se apontam factos importantes, mas tudo desligado, descosido, sem filiação, e sobretudo sem relação causal.

A sua leitura é agradável, porque não tem a secura a aridez dum livro de sciência; ora o livro de Descamps é um livro de sciência, elaborado com o método das sciências naturais e escrito na forma didática e concisa que convem a uma obra scientifica. É talvez por isso que a Academia francesa o ignora (¹).

Será dele que me servirei para redigir esta parte em que se estabelece a maneira de educar, de formar um particularista. O observador entrou numa fábrica inglesa, de fiação

(¹) Este livro tem a contestura dum livro de sciência. Ao lê-lo tem-se a mesma impressão que ao lêr um livro de fisiologia ou de química: factos bem observados, segundo um método, e expostos segundo o seu encadeamento.

Não é propriamente uma leitura amena, com vistas gerais e belas frases; é uma coisa precisa e técnica. É necessário lê-lo e *relê-lo* para se fazer bem a idéa da diferença que existe entre uma obra de sciência e outra que o não é.

e observou que os operários produziam mais que em França. Na Inglaterra para dirigir 600 fusos bastavam dois operários, em Reims e em Roubaix eram precisos três. Descamps escolheu uma indústria similar da que êle tinha estudado em França para fazer confrontos. Sendo as condições exactamente as mesmas, de que provinha esta diferença?

Não basta observar os factos, é preciso indagar as suas causas. Examinando o caso de perto verificou que o operário inglês não era mais destro que o francês, mas era mais atento, não se distraia, não virava a cabeça cada vez que entrava um visitante. Maior capacidade de atenção, tal era a causa da diferença, e esta diferença era importante porque permitia um salário mais alto e por conseguinte um conforto maior. Mas como se explica esta maior capacidade de atenção? Será um dado antropológico, uma consequência do temperamento frio do saxão?

O temperamento tem o seu valor, e os antropologistas esforçam-se por nos mostrar a tirania inelutável da hereditariedade (1).

O temperamento, nos casos médios, dificulta ou facilita a acção do educador, mas não é êle que decide do resultado. À parte os casos extremos, felizmente raros, é a educação que tem a última palavra.

Descamps, segundo o método da Escola de Leplay, foi estudar a família operária. O autor introduz-nos na família Smith, operário da indústria têxtil. É uma família normal representativa duma profissão principal no país, por conseguinte reveladora da formação social. A família tem a sua habitação separada, nada de casais múltiplos no mesmo lar.

(1) As geneologias estabelecidas sobretudo por americanos para as degenerescências não são demonstrativas como eles imaginam; trata-se de casos extremos, tão carregados, que na realidade ali a herança decide. Mas quando as taras são ligeiras, já não acontece o mesmo; o que decide é a educação.

Deus nos livre de que assim não acontecesse; seria o pessimismo e o desalento, dada a nossa impotência diante da fatalidade hereditária. Cada um se entregaria aos seus instintos, com a consciência tranquila da sua irresponsabilidade. Mas não é assim. A educação faz milagres — faz dum negro um homem civilizado e até consegue que as feras se domesticuem e façam habilidades.

É consolador verificar que a educação... até muda a natureza.

A casa é calma, tranquila. O *home* é silencioso. Não há ruído, não se chama alto pelas pessoas, não há disputas, nem há a alegria ruidosa que dessipa as almas; há recolhimento, concentração.

«É o lugar de paz, asilo que protege não somente da injúria mas de todo o medo, dúvida ou divisão. Se o lar não é isto então não é o *home*; se as ansiedades da vida exterior lá penetram; se um dos esposos permite ao mundo desconhecido ou hostil, sem seriedade e sem amor, vencer o limiar da porta, já não é o *home*. Não é mais que um pedaço do mundo exterior que se cobriu com um tecto e se iluminou por dentro. Se pelo contrário o lar é um lugar sagrado, um templo guardado pelos deuses domésticos, onde ninguém é admitido que não possa ser acolhido com amor, então é realmente o *home*. Merece este nome e irradia a sua glória»⁽¹⁾. Esta inviolabilidade do *home*, esta paz e recolhimento que ali se disfrutam explicam muitas coisas. As almas não se dispersam, não se dissipam; cada um vive dos seus pensamentos, vive verdadeiramente a sua vida. Pode compreender-se que num tal meio se forme a capacidade de atenção. «O *home*, diz por sua vez Descamps, tem pouca intimidade, mas também não conhece a discórdia; reina nele a tranquilidade. É nesta tranquilidade que as almas se recolhem e é segundo as reflexões da sua própria consciência que cada um se determina.

Em muitas famílias inglesas vivem lado a lado liberais e conservadores, anglicanos e dissidentes, imperialistas e pacifistas, sem choques e sem atritos. Tudo isto supõe muito império sobre si mesmo, *self-control*, mas o facto é evidente».

Esta tolerância é respeito; o silêncio que cria a capacidade de atenção favorece também o respeito, e o respeito gera a tolerância.

O respeito dos filhos pelos pais é absoluto, mas os pais respeitam também os filhos. As grandes questões de vida são resolvidas pelos filhos — religião, profissão, casamento. Os pais não impõem a sua vontade nestas matérias. O estudo da família mostra uma grande liberdade. Mas não se suponha que a autoridade não existe no lar. Todos os grupos sociais carecem de autoridade. Na família inglesa a autoridade é

(1) Ruskin citado por Max Laclerc.

forte e mais exclusiva que na Alemanha; não admite intervenções estranhas. Todos os observadores que viram a Inglaterra antes de Descamps já tinham notado o facto. Um deles dizia que a Inglaterra era o paraizo dos homens, porque na família são reis absolutos. A vontade de chefe de família é reconhecida como a lei da casa; ninguém pensa em a contrariar.

A muitas pessoas parecerá inconciliavel a autonomia e liberdade dos filhos com a autoridade forte dos pais. Que a China tenha um forte poder pátrio; que no Japão o chefe de família, mesmo longe, seja respeitado de todos e seja consultado por todos e que as suas opiniões sejam ordens ⁽¹⁾ não é para admirar, porque estamos no oriente, nas terras da família patriarcal mais ou menos intacta; mas na Inglaterra... É que esta autoridade é limitada a pontos precisos e essenciais, não é intervencionista a todo o transe, nem abusiva. Firme e inteira no seu domínio restricto, não é invasora, impertinente, dominadora.

Uma das causas (elas são numerosas) que compromete a autoridade nos comunitários é a sua demasiada estensão; a estensão compromete todo o poder, toda a autoridade.

Como se explica este poder forte na Inglaterra?

Max Leclerc julga que a razão do prestígio do chefe reside no facto de ser êle o sustentáculo da família. Como a mulher não tem dote, é o homem que adquire pelo seu trabalho os meios de subsistência. Sem desprezar o valor desta razão, devo dizer que a acho insufficiente; — nas famílias ricas em que o chefe não ganha os meios de subsistência a autoridade não deixa por isso de existir.

A influência religiosa também não a pode explicar; o protestantismo não parece favorável à autoridade ⁽²⁾. O res-

(1) *Science Sociale, Bulletin*, 1926.

É curioso notar que a religião japonêsa consiste no culto dos antepassados, como é a regra nos patriarcaes, portanto eminentemente favoravel à autoridade. «O que dá à família japonêsa a sua coesão é a religião, isto é, o culto dos antepassados que não é outra coisa mais que o culto da familia».

(2) Um bispo francês, Mgr. Grente, de Mans, num livro recente, atribue à influência protestante uma acção moléfica sôbre a autoridade paterna em França. «Se o chefe de familia tem o direito de discutir com Deus, aceitar tal dogma e regeitar outro, porque razão os filhos não

peito mútuo elaborado no silêncio do *home* é favorável à autoridade. Mas esta influência seria improfícua se a autoridade por si mesma não fôsse respeitável, isto é, restrita, firme e judiciosa. A discussão abole a autoridade; uma autoridade que se discute é uma autoridade que desce. O silêncio do lar afasta as discussões e deixa intacta a autoridade. O chefe de família é assim uma espécie de monarca absoluto; ao passo que nos latinos é um rei constitucional, que pela maior parte das vezes, reina mas não governa.

Esta autoridade não embaraça o desenvolvimento das crianças; pelo contrário a família promove a emancipação precoce e prepara para a conveniente autonomia. Como acontece na Alemanha, os filhos dos operários (o caso dá-se também noutras classes) devem começar a bastar-se aos 18 anos. Se continuam na casa, pagam pensão aos pais e dispõem do restante do salário.

Aqui a preparação para a autonomia é mais acentuada que na Prússia, porque a autoridade é menos extensa: cada um fica em face dos seus próprios sentimentos e encarregado de resolver por si as dificuldades da vida. A autoridade é forte no princípio, mas à medida que a criança se desenvolve vai-se restringindo, até à completa emancipação. A autoridade exerce-se no sentido da emancipação. Não é apenas, como na Prússia, uma salvaguarda da ordem, é um estímulo ao desenvolvimento das capacidades (1). Responsabilidade

imitarão a seu respeito esta independência? Porque motivo não submeterão eles as suas prescrições ao seu próprio juízo? Tudo se liga e se encadeia; a lógica leva a conseqüências imprevistas». *Aux Parents*, 1924. E contudo a autoridade forte existe em país protestante! Não é Lutero quem decide, é o pai de família. Os raciocínios *à priori* são péssimos defensores das boas causas.

(1) A disciplina feroz, mantida por uma autoridade esmagadora fazia as delícias dos nossos avós. O terror tinha um grande lugar na educação.

Chateaubriand escreveu: «minha mãe, minha irmã e eu, transformados em estátuas pela presença de meu pai, só depois que ele partia, retomávamos as funções da vida».

Poderá esta disciplina obter a ordem externa, mas não a põe nos espíritos e sobretudo é contrária ao desenvolvimento da personalidade, à elevação e valorização da pessoa humana. Êstes educadores do passado detestam a iniciativa que lhes parece um ataque à sua autoridade, porque dispensa o seu concurso.

porque se bastam a si mesmos ; liberdade porque são capazes de se dirigir. É por isso que as raparigas das famílias operárias, logo que estão noivas, tomam a liberdade que entre nós só teem os rapazes. É-lhes dada uma chave da porta e entram a que hora da noite lhes apetece. Certamente que pode haver abusos (mas que há no mundo que os não tenha?) contudo a experiência demonstra que o costume é aceitável. O carácter da rapariga é mais forte que no nosso meio; está mais preparada para se defender e além disso há o respeito de que os costumes a cercam e ainda a protecção da lei ⁽¹⁾.

Nas classes mais elevadas o recato é diferente, mas nestas mesmo o casamento é essencialmente da sua alçada e não das famílias.

Descamps resume o seu estudo sobre a família operária quanto à educação nos seguintes termos: há duas condições no lar para que se realize a educação — uma é o acôrdo externo entre o pai e a mãe; o outro o *home* tranquilo sem agitação nem ruído; há *dois meios* de que os pais se servem para realizar a educação — um consiste em deixar as crianças refletir e decidir por si mesmas, o que supõe uma autoridade pouco intervencionista; o outro é a intervenção muito energica e sem apelo duma autoridade firme. Naquelas condições e com o emprego destes meios consegue-se — primeiro formar uma disciplina interior da criança, o *self-control*; segundo formá-la para a disciplina social, baseado no sentimento da responsabilidade individual. Destas virtudes — disciplina interna e disciplina social — derivam como consequências: 1.º a emancipação moral e gradual das crianças até à idade adulta; 2.º o respeito da autoridade paterna e portanto o respeito das superioridades sociais bem como da autoridade pública. E é tudo.

Um latino ficará um pouco desapontado diante desta simplicidade. Esperava de certo encontrar sábias combinações, uma técnica complicada, uma química de elixires. E afinal é tudo singelo e muito limitado. Recordemos o que Tourville escrevia vinte anos antes do trabalho de Descamps, — «é

(1) Os esponsais obrigam quasi tanto como o casamento. O rapaz que arbitrariamente rompesse o contrato pagaria uma indemnização. É interessante, que se a rapariga é bonita a conta é maior; dir-se-ia que o dano é proporcional à beleza.

assim feita, pela simplicidade da sua educação, esta esplendida natureza ».

Bem simples uma tal educação. Mas refletindo um pouco descobre-se que é tudo ao contrário da nossa.

Os meios empregados do outro lado da Mancha consistem em deixar as crianças refletir e decidirem-se por si, mantendo ao lado delas uma autoridade forte, de aplicação limitada, mas decidida; entre nós temos uma autoridade fraca e ilimitada, intervindo em tudo e impedindo que as crianças deliberem por si e resolvam as questões que lhes interessam. Ali a criança habitua-se à ideia de ser ela o autor do seu destino, a sua própria providência, a contar consigo; é o caminho de fazer o homem.

Entre nós os pais julgam do seu dever serem eles a providência, prevêr tudo e regular tudo — o que hão de comer, vestir, dizer, pensar e fazer —; o futuro dos filhos está a seu cargo, são eles que antecipadamente resolverão os diversos problemas que a vida deverá trazer. A família que assim compreende a sua função é uma escola de incapazes.

O inglês procura habilitar a criança para ser homem o mais cedo possível, é a emancipação precoce; nós estendemos indefinidamente a tutela, com mêdo duma incompetência, duma incapacidade, que é o legítimo fruto da nossa absorvente solicitude. Os ingleses com o seu não intervencionismo habitual conseguem formar uma consciência (disciplina interna, com o *self-control*) e uma disciplina social fundada no sentimento da responsabilidade. É a ordem nas almas e a ordem nas coisas; na vida da família e na sociedade. Disciplina interna de quem se vigia (e não de quem é ordinariamente vigiado pelos outros), de quem se possui e se sente responsável; disciplina externa consequência necessária daquela. O sentimento da responsabilidade não pode nascer nas nossas educações em que o educador procura substituir-se em tudo à iniciativa do educando. Como se não aprende a nadar, sentado numa cadeira, a gesticular segundo certas regras, também se não adquire o sentimento da responsabilidade a ouvir discursos e sentenças. Aprende-se a nadar, nadando; e aprende-se a responsabilidade fazendo uso dela. Os nossos educadores não consentem que a criança faça uso da responsabilidade; são eles que assumem todas as responsabilidades.

A vaidade encontra satisfação em se sentir necessária, indispensável. Mas não é só a vaidade que obsta, é o receio de riscos inerente a toda a tentativa de quem começa.

Como não usamos dos mesmos meios não admira que cheguemos a resultado diferente: pela não intervenção acompanhada duma autoridade firme êles chegam a fazer homens, com autonomia e sentimento da responsabilidade; nós com a *carinhosa solitudine* de provêr a tudo e com uma autoridade fraca, conseguimos fabricar incapazes com temor do esforço e do horror das responsabilidades (1). Êles fazem estas esplendidas naturezas, optimistas de pioneiros, cheias de confiança em Deus e no trabalho; nós fazemos almas anémicas... de funcionários. Enquanto êles produzem companhias de accionistas das grandes empresas, capazes de lançarem um tunel por baixo da Mancha, nós constituimos clans para a exploração da política alimentar.

A sciência social mostra que postos certos factos, não está na mão de ninguém impedir certas conseqüências; montámos erradamente a educação dos nossos filhos não podemos evitar que êles sejam... idolatras adoradores do Estado Providência. É por isso que os nossos filósofos dizem que « política antes de mais nada ».

Confrontando os dois géneros de educação sente-se claramente a diferença entre o comunitário e o particularista: o primeiro é preparado para ser absorvido pelo grupo a que pertence, subordinado e amparado por êle, qualquer que seja o seu valor pessoal; o segundo é lançado na vida como uma ave a quem a Providência diz: não tens celeiro, mas se trabalhares, não te faltará o pão. Dois povos onde os homens são tão diversamente preparados para a vida, teem necessària-

(1) A solitudine cria incapazes. Os pais tendo a consciência desta incapacidade organizam a vida no sentido de evitar todas as dificuldades futuras: acumulam fortuna, procuram um dote com a noiva, cultivam relações políticas, etc. Desta mentalidade sai naturalmente o filho único, o nefasto filho único.

Um destes dizia: o papá, a mamã e eu fazemos tudo o que eu quero. A França despovoou-se porque não educa para a vida.

Logo que os pais sejam homens não temerão a vida; logo que façam dos seus filhos homens... não temerão os filhos.

Mudem a educação, a natalidade subirá.

mente destinos diferentes. Os comunitários esperam tudo da política, pela razão natural de que não sabem resolver as dificuldades da vida senão em grupo, colectivamente; ao passo que os particularistas, como a palavra está a dizer, actuam pelo indivíduo, pelo seu valor pessoal e portanto cada um é por si... e Deus por todos.

— O inglês constroe uma habitação confortável (mesmo na classe operária) e calma; o *home* é silencioso. Esta ambiência facilita o recolhimento e o respeito; as almas fortificam-se pela concentração e a falta de excitantes permite a posse de si, o *self-control*. Nós não suportariamos esta monotonia; queremos o ruído, a discussão, a animação, uma casa cheia. Êste nervosismo de que as crianças partilham não é salutar; a sisudez, o respeito e a fleuma não medram nesta atmosfera. Repugna-nos o silêncio do *home*, porque carecemos da convivência, da compenetração das almas, da excitação das palavras e dos gestos, de tudo o que constitue um meio comunitário, onde as sensações, os sentimentos, as ideias, as alegrias, as dôres, as esperanças e os desalentos, tudo é comum; não sabemos ou não queremos empregar os meios que formam a personalidade, o vigor do carácter, não podemos portanto ter os homens amantes do esforço e da independência.

— O sentimento da responsabilidade que se aprende na família operária e que tem a génese que fica indicada, subsiste em todas as classes da sociedade inglesa. O que o observador surpreende na monografia da família, vai encontrar-se em todos os grupos sociais. Ninguém antes de Descamps tinha descoberto o papel considerável que o sentimento da responsabilidade desempenha na vida social inglesa.

Vimos que o operário tem maior capacidade de atenção, produz por isso mais que em França, nas indústrias que exigem o automatismo; mas há mais, o operário tem uma aprendizagem mais curta e chega mais depressa aos graus superiores onde exerce as funções de direcção. O operário é mais consciencioso.

Nas fábricas não há *vigias*, fiscais numerosos como em França; o operário costumado ao sentimento da responsabilidade tem o vigia na sua consciência. É por isso que os contramestres ingleses se não ageitam a dirigir os operários em França — êstes carecem de ser excitados, vigiados porque

não tem um sentimento completo e suficiente do seu dever. O operário encarregado duma tarefa desempenha-se do encargo no tempo determinado, sem ser preciso o estímulo do patrão. Em Inglaterra, na fábrica como na família, não há a vigilância, a espionagem, apenas de tempos a tempos se faz a verificação. Se esta verificação encontra faltas, a repressão é decisiva. Êste sentimento de responsabilidade é tão forte que dá às pessoas uma altivez quasi selvagem.

Uma mulher da classe operária cujo marido se tornou ébrio incorrigível, responderá à filha que a incita a metê-lo num asilo: é meu marido, casei com êle para o melhor e para o peor, culpa minha se não escolhi bem; sustentá-lo hei. Culpa minha... Quem falaria em Portugal desta maneira? Nós estamos habituados a lançar sôbre outros a responsabilidade de tudo; e não admira, é a lógica da educação comunitária, da insuficiência do indivíduo e da onipotência do grupo.

O sentimento da responsabilidade está profundamente ancorado na alma britânica, ou antes falando com mais propriedade, na alma inglesa. Em Inglaterra existe, como em toda a parte, uma massa de infelizes, viciosos, indisciplinados, refugo social, composta principalmente por irlandeses, escoceses, orientais, mas onde há também saxões que por taras, vícios, sobretudo por embriaguês desceram a escala social. Pois mesmo nestes saxões se encontra um vislumbre de sentimento nobre da responsabilidade. «O sentimento da responsabilidade, diz Descamps, não se extinguiu neles inteiramente, como acontece nos outros povos. Teem consciência dos seus vícios, é sôbre si próprios que fazem recaír a causa da sua decadência; não se azedam, nem irritam contra a sociedade. Acusam-se dos seus pecados, mas não teem a fôrça necessária para os vencer. Quando a vontade e a energia sossobram vê-se que subsiste ainda uma certa luz de responsabilidade. É certamente a última qualidade a desaparecer o que mostra que ela é fundamental na raça inglesa».

Ê a razão porque a inveja não é freqüente entre os operários anglo-saxões, nem mesmo nas camadas miseráveis que se encontram em todas as grandes cidades industriais.

O estrangeiro, que visita as ruas pobres onde estes desgraçados vivem, não é olhado com rancor ou desprêso.

A responsabilidade, o sentimento correlativo da autonomia, descobertos pela monografia na família operária, vão encon-

trar-se em todas as classes e em todos os grupos sociais. O grupo educativo, depois da família, é a escola. O nosso autor estudou minuciosamente a escola inglesa, como antes d'ele ninguém o tinha feito. Estudou o grupo escolar no seu pessoal, na sua organização, nos seus meios de existência, e no exercício da sua função educadora; seguiu o método de análise preconizado pela Escola da Ciência Social. Esse estudo é um modelo de método e sagacidade.

A escola inglesa é uma instituição dinâmica, isto é, flexível e adaptável às necessidades da evolução. Como a sociedade inglesa é uma sociedade hierarquizada há escolas para todas as classes, acomodadas às necessidades de cada classe social.

Não contando a classe inferior em que se incluem os desqualificados, o autor distingue: 1.º a classe operária; 2.º a classe média inferior; 3.º a classe média propriamente dita; 4.º a classe média superior; 5.º a nobreza.

Estas classes são abertas, não são castas; cada indivíduo pôde transitar pela educação da 1.ª à 4.ª. O que distingue os homens é a educação, não é o nascimento (1).

À *classe operária* a escola fornece apenas uma instrução; a educação é feita só na família.

A classe *média superior* faz sobretudo a educação na família ainda, mas a escola procura desenvolver pelo sistema monitorial o sentimento da responsabilidade e pelo club as capacidades de direcção. Na escola para operários não existe o sistema monitorial nem o club (2). A classe média infe-

(1) A passagem da classe inferior à classe média superior, representa um perigo para a estabilidade da vida pública, quando se faz muito rapidamente, sem uma preparação conveniente. As capacidades de direcção e comando não se improvisam. Nas sociedades anarquizadas estas ascensões bruscas são frequentes; as pessoas teem a vertigem das alturas, e o país sofre. Nas famílias desorganizadas são os mais violentos que dão a lei; nas sociedades acontece o mesmo.

Nós portugueses sabemos alguma coisa a este respeito.

(2) Estas duas escolas (popular e secundária) são do Estado. Em vista da insuficiência da iniciativa privada, o Estado criou, regulamentou, fiscaliza e subvenciona, mas deixa a escola na mão dos poderes locais. O Estado vai onde não chega a iniciativa; coopera, não faz opposição, nem é absorvente. Em ambas existe a neutralidade religiosa. As crianças aprendem fóra a religião.

rior é composta de pequenos patrões que ainda trabalham com as suas mãos, mas que já exercem a direcção. A escola procura desenvolver as capacidades de direcção.

A *classe média propriamente dita* é composta de agricultores (grandes rendeiros), comerciantes, industriais, engenheiros, solicitadores, uma multidão de pessoas remediadas e muitas em via de se elevarem.

A sua escola (escola de gramática) tem internato que não existe nas duas anteriores; os alunos não saem sem autorização. Mas há também externato. Esta classe, dirigente do trabalho, carece de adquirir o mais possível a capacidade de direcção. Sistema tutorial e monitorial, isto é, há um superior (tutor) que procura actuar moralmente sobre os alunos, mas o número por ser muito grande torna a sua acção pouco eficaz; há o monitor (é um aluno) que vigia certos lugares e certos grupos com o fim de obter a ordem mas sobretudo com o fim de preparar para o exercício da responsabilidade o encarregado.

Para os pensionistas há capitães de jogos e monitores de classe ou de casa e para os externos há capitães de jogos e monitores de classe.

Os jogos são jogos educativos — o *foot-ball* que desenvolve a disciplina social, o espírito do corpo, porque tem um fim colectivo; o *criket* que desenvolve o *self-control*, a posse de si, porque obriga a ficar muito tempo imóvel mas atento; os distraídos perdem o jogo. É o verdadeiro jogo nacional (1).

O ensino é pouco didático. Cultiva-se o «hobby» isto é as predilecções, as manias de cada aluno.

Há clubs onde as discussões, ordenadas e correctas, preparam para a vida pública e para o comando.

Cada escola segue um culto, mas a tolerância é grande.

A *classe média superior* que compreende os grandes patrões, os grandes funcionários, as profissões liberais mais rendosas (é a parte da classe anterior mais rica e mais está-

(1) Aqui, como em toda a vida social, tudo se encadeia. Os ingleses preferem o jogo que exige mais capacidade de atenção; os latinos não conhecem este jogo, porque a sua eterna mobilidade e seu nervosismo os lança do lado do movimento.

vel) tem a sua escola própria chamada «escola preparatória» e a «escola pública». A instrução visa mais a ser uma educação do espírito, um desenvolvimento intelectual, que uma organização de conhecimentos variados. É o sentir geral em Inglaterra: antes forjar que mobilar o espírito, disse Montaigne.

Pouca coacção intelectual, o respeito pela pessoa, é a regra; mas procura-se o desenvolvimento da atenção e por isso o aluno é obrigado a fazer um resumo imediato da lição que acaba de ouvir. (Os portugueses ganhariam com este sistema).

Nesta «upper middle class» os princípios da educação são os seguintes: 1.º influência educadora dos desportos; 2.º desenvolvimento das faculdades naturais de preferência a decorar um programa; 3.º contacto permanente com educadores e simpatia; 4.º sistema monitorial; 5.º apelar o mais possível para os bons sentimentos; 6.º repressão imediata graduada; 7.º sentimentos religiosos. Estes colégios duma burguesia rica, aristocracia do trabalho e do talento, *gentry*, são casas confortáveis.

Em Harrow dorme-se sempre com a janela aberta, mas há aquecimento central. Há no verão o *criket* e no inverno o *foot-ball* (cá é mesmo no verão!) além doutros jogos com fins higiénicos, porque os primeiros tem sobretudo o fim social.

Estes jogos desportivos desenvolvem a coragem, a atenção, a disciplina e as faculdades de comando. É excluída a bicicleta e o *tennis*. O «hobby» é também favorecido; o gosto pessoal não é contrariado, é por isso que se formam especialistas nestes colégios ⁽¹⁾, autodidatas.

O sistema tutorial consiste em os professores viverem com os estudantes (*house masters*). O professor tem uma casa, espécie de hotel, pertencente à escola e que ele explora por sua conta e onde vive com os estudantes, professor e a

(1) Um discípulo de Harrow tinha o hobby das conchas, coleccionador. Adquiriu neste ramo de zoologia uma verdadeira superioridade. Descobriu no Museu de História Natural em Londres uma colecção de moluscos mal classificada. O conservador do museu depois de vária discussão acabou por aceitar a emenda do estudante.

O inglês não perde os valores como nós.

família. Cada colégio é uma série de famílias, grandes famílias, professor com 30 ou 40 estudantes.

Esta convivência permite ao professor compreender e actuar sôbre os alunos, despertar simpatias sem as quais a acção é pouco produtiva.

As regras da boa educação, da civilidade não são numerosas, mas são estritas: cada um deve estar convenientemente à mesa, sem fazer ruído (são proibidas discussões animadas) deve ser atencioso, etc. Em cada mesa um rapaz é encarregado de deitar o vinho e a água e estar atento para que não haja falta (exercício da responsabilidade).

O sistema monitorial é muito desenvolvido nesta escola. Para saber comandar é preciso ter aprendido a obedecer ⁽¹⁾. Cada aluno é encarregado duma tarefa qualquer: a limpeza do quadro, a arrumação da mesa, a tinta, a ventilação, etc. Distribuídos os encargos as crianças não são vigiadas, ficam entregues à sua consciência, mas quando são apanhados em falta sofrem o castigo. O inglês não tem a desconfiança organizada em sistema de govêrno, e muito menos a denúncia, que aliás o alemão tolera.

Nas primeiras faltas é-se indulgente, apela-se para o brio e para a confiança que afinal não foi correspondida. Na reincidência vai-se mais longe na punição. Uma vez feito êste treno da responsabilidade das coisas, acto de obediência, passa-se ao comando, isto é, responsabilidade das pessoas.

É aqui que aparecem os monitores que teem o cargo de vigiar pela boa ordem na ausência dos professores. Depois num gráu mais elevado — capitão de jogo, presidente de club monitor de casa. «Assim se tornam agentes de educação continuando a educar-se porque para ser monitor de casa é preciso ter influênciã moral sôbre os condiscípulos e transmitir aos outros os impulsos que partem do chefe».

O gráu mais elevado é o de monitor de escola. Na

(1) A muitas pessoas parecerá absurda esta asserção: obediência escola de comando. Não se trata duma obediência a autoridade arbitrária, insensata e absorvente; esta cria indisciplinados ou nulidades. A obediência a uma autoridade sômente constituída é a formação duma regra sem a qual ninguém sabe comandar. É ver as ordens religiosas e o exército — ninguém chega a comandar sem ter passado pela obediência. Ora tanto numas como no outro se sabe comandar.

a ausência do *tutor* o monitor substitui-o. Êste sistema dos capitães é uma aprendizagem da responsabilidade e uma habilitação para o exercício do comando (1).

As punições são estabelecidas no espírito, não de violentar ou de vexar, mas de ajudar a cumprir o dever a que se furtam as naturezas rebeldes ou descuidadas. As faltas morais são consideradas mais graves que as faltas no trabalho, ao contrário do que acontece entre nós. O educador emprega sobretudo a persuasão, inspirando-se na simpatia e no respeito que merecem as almas; caso êste meio falhe recorre às punições.

Então o professor toma o lugar do pai de família e, com o espírito calmo, mostra o êrro, o delicto, e obriga a criança a refletir e a compreender a desordem que há na sua conduta.

Muitas vezes é o próprio aluno que decide da qualidade da punição a aplicar. São os interessados que sentenciam. O castigo tem em vista o levantamento moral e não o rebaixamento e humilhação de pessoas. Rebaixar é diminuir o valor moral, o que é um crime aos olhos dum saxão.

A posse de si, a perfeita serenidade de espírito, é necessária para punir desta maneira; mas não basta, é preciso o respeito da personalidade da criança — duas virtudes incompatíveis com o *nervosismo* dos meridionais. Na realidade a Inglaterra possui os melhores educadores — mais firmes, mais atentos e mais respeitadores. A impassibilidade, a chamada e detestada impassibilidade britânica, não os impede de ganhar a confiança dos alunos e de simpatizar com eles. Na *Escola das Rochas* (tipo de escola nova à inglesa) Paulo Descamps notou a influência notável que os professores ingleses tinham sôbre os colegiais franceses sem que na aparência houvesse qualquer coisa que explicasse esta superioridade em relação aos mestres francêses.

Ao fim de muito tempo descobriu que esta influência resultava duma intimidade, duma simpatia, que se estabelecia entre professores e discipulos nos jogos, nos passeios, nos

(1) Na Alemanha o sistema dos capitães deu mau resultado: o autoritarismo filho do espírito militar prussiano tornou-o insuportável. (Comunicação oral de Descamps). Uma instituição não pôde transplantar-se dum país para outro sem preparação. A educação na família não prepara na Prússia para êste exercício de autoridade.

encontros do acaso, por toda a parte. O professor pouco a pouco descobria as virtudes, os defeitos, o character, as tendências da criança e procurava influir no seu espirito insensivelmente, sem ruído, nem sermão. Tornava-se um colaborador sem que o aluno o suspeitasse. Uma convivência inteligente e atenta (como costumam ser atentos os saxões) fornecia os ensejos e os meios de exercer esta benéfica influência educadora.

Os professores franceses mais eloquentes nas aulas, mas também muito ocupados não tinham estas ocasiões de estudar a alma dos seus alunos. Ora educar é a acção duma alma sobre outra alma.

As faltas ocasionais não são punidas; as habituais são punidas com uma energia crescente conforme o grau de indisciplina que revelam. Os grandes castigos são: censura pública, açoite, expulsão. Rarissimas vezes são applicadas e precisam dum processo especial prévio. O açoite é applicado — 1.º a mentira ou deslealdade ou malícia; 2.º a crueldade dum grande sobre um pequeno; 3.º a imoralidade.

As recompensas são também raras (só para trabalhos práticos) e não fazem apelo à vaidade — é a consciência, o dever, e não outros que se tem em vista.

Eterna diferença entre particularista e comunitário — um olha para dentro, o outro olha para fora.

Os clubs, casas de recreação e de tirocínio para a vida pública, são muito frequentados. Estes clubs têm uma fisionomia particular que os distingue da cervejaria alemã e do café francês.

Os estudantes são autonomos; no club estão em sua casa; ninguém vigia nem regula as matérias a discutir e a forma da discussão. Na Alemanha imperial não era assim; directa ou indirectamente tudo vinha regulado do alto.

Nos clubs académicos ingleses tudo se passa debaixo da responsabilidade dos estudantes e com muita correcção. O orador nunca é interrompido; o tempo de falar é estritamente limitado. É neste tirocínio que se formam os futuros membros do parlamento que tanto se distinguem pelo seu aprumo e correcção dos seus colegas irlandeses.

Nestas escolas de *classe média superior* a religião é considerada como um factor importante da educação moral.

Os programas do estudo são organizados em harmonia

com a universidade porque muitos dos alunos vão depois frequentar Oxford ou Cambridge, onde se encontra ainda o sistema tutorial, mas o sistema monitorial foi já suprimido.

Esta classe média superior é a que fornece os grandes patrões e os principais dirigentes da vida pública.

Ficou dito acima que o *gentleman* é uma rodagem superior da sociedade inglesa; é desta classe que sai o *gentleman*. O *gentleman* é um cavalheiro respeitavel, formado no esforço, no trabalho, e com o ideal de ser útil aos seus semelhantes. Deve ser polido, serviçal, pronto a gastar o seu tempo e o seu dinheiro em proveito da sociedade. O patronato não é para êle uma palavra de sentido vago; o patronato é um dever sagrado, inerente à sua posição de homem rico, educado, exercendo o papel duma autoridade social.

O *gentleman* não é sempre rico, e muitos ricos não possuem as qualidades de *gentleman*, porque o que constitui o seu atributo essencial é o de ser um valor moral útil à sociedade. É a forma superior do homem na educação dinâmica desenvolvida; o que o distingue é o valor pessoal, não é o nascimento nem o privilégio, nem a riqueza. Ser um *gentleman* é a aspiração de todo o inglês que deseja subir e elevar-se na hierarquia social.

Como se faz o *gentleman*? É uma classe aberta onde podem ingressar todas as capacidades que se elevam pelo esforço (não pela *chance*) dando-se uma educação superior. Muitos percorreram toda a escola social—partiram debaixo; mas muitos outros foram desde pequenos preparados para a classe dos *gentleman*. Como os filhos dos reis são preparados para serem reis, assim o filho dum *gentleman* é educado desde a *nurcery* para ser um rei nesta sociedade hierarquizada, escalonada sobre o valor pessoal. O filho do rei será rei por direito de nascimento; o filho do *gentleman* só terá êste nome se o merecer. Os povos têm voto na matéria; a função é electiva, por votação tácita. É a diferença.

Na *classe média superior* aparece a *nurcery*, já esboçada na classe anterior, mas apenas esboçada na *classe média* propriamente dita. Aqui a casa tem alguns compartimentos reservados para as crianças e onde elas vivem até aos dez anos, sem perturbar a vida da família. Tem a sua mestra, a *nurse* pessoa habilitada em questões de educação

e higiene infantil. A mãe vê duas vezes por dia as crianças para se informar da marcha das coisas.

O pai apenas uns minutos e raro intervem. As crianças não comem com os pais, não invadem todos os compartimentos da habitação, não vêem nem ouvem coisas que excitariam a sua emotividade. A *nurse* ensina mas deixa o mais possível que as crianças vivam entregues às suas reflexões, intervindo quando é preciso estabelecer a paz e a ordem.

A vigilância da *nurse* é discreta, longinqua; fala pouco para não excitar aqueles nervos tenros. A criança observa e forma sem compressão a sua personalidade. Diz-se à criança: uma *lady* não faz isso; um *gentleman* não faz isso. Não há longos discursos, complicadas recomendações, como um latino poderia esperar. Manter diante dos olhos da criança o ideal elevado dum correção superior é quasi todo o seu papel.

Os sentimentos de préstimo, de generosidade, de respeito e de justiça pouco a pouco vão-se desenvolvendo naquela atmosfera calma e sem mistura de elementos toxicos, que entre nós envenenam precocemente as almas juvenis.

O inglês assim formado não é precoce.

Com uma vida calma, a higiene, os passeios ao ar livre, será naturalmente robusto, equilibrado e um pouco selvagem, o esplendido selvagem de que falava Tourville (1).

A educação do *gentleman* é assim reduzida a pouco; é simples e muito distante deste amontoado de receitas que faz as delícias... do médico incipiente. Tudo simples, mas forte.

Uma ambiência própria onde nada perturbe o natural desenvolvimento, e por outro lado pessoas discretas a promover e não a impôr esse desenvolvimento. Educar é construir, mas o papel do arquiteto é aqui muito restricto. A personalidade forma-se dirigindo-se as forças naturais e não substituindo-nos a elas.

Ha a preservação, afastando-se as cousas deletérias, e há a direcção e excitação das forças construtivas, mais nada.

(1) Antes de fazer o intellectual, o ser pensante, o inglês faz o animal. Foi um inglês que disse: o homem deve ser primeiro que tudo um bom animal (Spencer).

O meio em que as crianças vivem mesmo nas famílias da classe média superior não é um meio são. E nós o que fazemos? Quem suportaria a *nurcery*? Não viver com os filhos, sentá-los à mesa para ter o prazer de os ver incomodar toda a gente e dizerem impertinências; não os mostrar às visitas para exibirem ditos, recitarem versos, espécie de macacos sábios, seria uma falta de afeição e de ternura, e o português tem a peito acima de tudo ser um afectivo, que estima a sociabilidade, a comunidade das almas, a franquesa.

A fria correção britânica parece-lhe uma rigidez cada-vérica e ele quer a vida, a troca de ideias, de sentimentos, a sensibilidade. É um emotivo, um sensível que adora a sensibilidade.

Mas a sensibilidade é uma rainha muito caprichosa e comprometedora; as almas em que ela impera são em regra muito mal governadas. O interior destas famílias meridionais é ruidoso, agitado, instavel. Quem vive muito pelos nervos — expansões, enternecimentos, irritações, disputas, ironias, risos e lágrimas, — não tem a alma estável ⁽¹⁾. A estabilidade é uma condição para o successo na vida porque é a continuidade, a constância, a tenacidade. O sobreexcitado, o nervoso, é necessariamente instavel, inconstante, nas afeições, como nas empresas. Além duma consideravel perda de tempo, esta sociabilidade *excessiva* é deseducadora. Cada inglês é uma ilha. Particularista, o inglês não entende a comunidade como uma forma habitual e superior da vida; nem a comunidade material das coisas, nem a comunidade moral das almas.

É esta reserva, este isolamento, que faz a sua força, ou

(1) Esta comunhão de sentimentos, esta intimidade das almas, a cordialidade tem o seu encanto, mas tem graves inconvenientes — o respeito perde-se e as feridas de amor próprio são frequentes quando o respeito se vai; as querelas, a grosseria, a impaciência não tardam.

As crianças sebreexcitadas neste meio não se preparam para a vida superior do *gentleman*. Esta falta de recolhimento, de reserva, despersionaliza, trás a falta de pudor das almas (almas a nú), trás atritos, vida tumultuária, em que se cruzam os bons e os maus instintos. Uma *mayonnaise*... muito indigesta para os estomagos delicados.

mais propriamente que resulta da sua força. Na realidade as almas fracas não suportam o isolamento (1).

A promiscuidade, mesmo das almas, é deselegante, sem nobreza e pouco higiênica.

A reserva é uma delicadeza; ha sentimentos tão recatados que se crestariam à luz do sol. Certas coisas só valem quando adivinhadas; confessadas desmerecem. Os santos não proclamam as suas virtudes, mas por escondidas, elas não ficam ignoradas. Irradiam involuntariamente; é a maneira forte e nobre de se fazerem conhecer. É um prazer altivo o prazer de descobrir, e cada um quer ter este prazer em relação às virtudes dos seus semelhantes.

A sociabilidade não é proscrita da vida inglesa; é mais limitada e mais discreta, por isso mesmo mais polida e mais elegante.

O anglo-saxão é caracterizado pela correcção impecavel das suas maneiras. O sentimento vivo das conveniências resulta do *self-control* e é um preventivo e uma salvaguarda da dignidade.

Uma mulher, miss Martineau, descrevendo a sociedade norte americana, diz: «é impossível que um ser humano possa arranjar convenientemente a sua vida, sem nunca estar

(1) Um dos nossos clássicos sentiu e descreveu as virtudes da solidão, do isolamento. Castilho era um cego, conviveu com frades e habitou no ermo. «A solidão medita, a solidão cria. Os sentidos poisam só no que lhes oferece a natureza, a fortuna, o acaso; a divindade interior, a alma, tem comércios inefaveis com o intimo e ignorado. S. João entre os nevoeiros de Pathmos divisa uma Jerusalem celeste; nas cogitações de Socrates aparece o Onipotente; nos calculos taciturnos de Galileu firma-se o sol e volteiam os planetas; Colombo faz surgir do fundo dos mares a América; e a solidão cismadora dá a Eneida a Virgilio e mostra a Lineu os amores e sono das plantas; a Dante o inferno, a Fourier o paraíso terrestre, a Newton e Leplace o código dos astros. Solidão, tu és para a sociedade o que as tuas montanhas são para os vales: nas tuas entranhas se filtram, dos teus reconcavos rebentam, os génios possantes e profundos que vão derramar por longe a fertilidade. Solidão, Egeria das almas eleitas! Solidão buscada por Cristo, abraçada por Jocelyn, adorada por Petrarca, em tuas minas de ouro por Zimmermann, inspiradora de Rousseau, do Infante de Sagres...» *A chave do Enigma*.

A *Sciencia Social* descobriu, na solidão das terras isoladas dos fjords, a origem da formação particularista que compreende a porção mais forte e mais prospera do genero humano.

só, frequentemente só. O silêncio, a liberdade, o calmo da solidão são absolutamente necessários à saúde do espírito e nada pode substituir este repouso ».

Não admira que sejam vãs as consciências quando as almas andam sempre fóra de si.

A *classe superior* é constituída pela nobreza.

É nesta classe que se conservam as tradições mais antigas.

Seguem a *escola preparatória* e a *escola pública* como a classe anterior, mas as escolas dos nobres são mais caras. Eton é o tipo.

Ser etoniano é um título, por isso os pais inscrevem nos registos do colégio o nome da criança logo após o nascimento.

A concorrência é grande. Muitos dos etonianos não aprendem grande coisa; a sua instrução é mais decorativa porque são destinados a quadros feitos. Há porém alguns, chamados *collegers* que fazem no colégio uma séria preparação para a vida. A educação é lançada nos mesmos moldes que a da classe anterior. Muitos membros da nobreza dão o tipo de *gentleman* perfeito, mas o maior número de *gentlemen* pertence à classe *média superior*.

Esta rápida excursão pelas escolas inglesas mostra-nos que a educação da escola tende a formar o homem de acção e de comando — é o patrão. O sentimento da responsabilidade é uma qualidade que se procura em todas as escolas, exceptuando a popular, destinada aos operários. Desenvolver o sentimento da responsabilidade é uma tarefa que inconscientemente todos os educadores se impõem.

Desenvolver as capacidades de direcção e as aptidões de comando é, além da responsabilidade, o fim da educação que se faz na escola inglesa. Para a instrução faz-se bem pouco ⁽¹⁾. A escola trabalha no mesmo sentido que a família. Vimos na monografia operária, monografia da família Smith, que a família tinha uma autoridade forte mas pouco intervencio-

(1) Depois da guerra as coisas vão mudar: a ciência merece hoje mais atenção porque a guerra mostrou o valor duma melhor preparação técnica. De resto a « Escola nova » fundada há um quarto de século reagia já contra o excessivo desleixo dos programas. Esta « Escola nova » abrange os dois sexos; há mesmo escolas mixtas como a de Bedales que tem hoje 100 rapazes e 100 raparigas.

nista; que as crianças no *home* silencioso refletiam e se formavam para a responsabilidade e para a emancipação — *self-control* e *self-help*.

Disciplinar-se é contar consigo. Êstes predicados da educação na família operária vão encontrar-se na educação de todas as famílias pertencentes às outras classes e vão encontrar-se nas escolas.

Leplay tinha razão!

A monografia da família operária normal, dum officio dominante, é reveladora de toda a sociedade. A monografia revela na família operária uma autoridade forte, por isso a autoridade será forte em todos os outros grupos; assim acontece em Inglaterra — a autoridade é forte na escola, no sindicato, no município, no Estado. A monografia descobriu que a educação familiar desenvolvia o sentimento da responsabilidade, o inquérito mostrará que os outros grupos terão o culto da responsabilidade; assim acontece na Inglaterra — a responsabilidade é promovida na escola, no município e no Estado.

Procura a família operária dar autonomia, e todos os grupos sociais gozarão dêste predicado de serem autónomos.

Leplay caiu bem quando caiu sôbre a família operária como ponto de partida dos inquéritos sociais. É na verdade o grupo inicial de que todos os outros grupos sentirão a influência. Bem entendido, a família ou antes as famílias escolhidas devem ser normais, isto é representativas (1).

A Inglaterra tem muitas famílias prósperas, com os caracteres que foram assinados à família próspera no Capítulo 1 (vid. pág. 12). É por isso que a Inglaterra é na realidade um país próspero. Não é por uma simpatia que o

(1) Um inquérito análogo feito na Prússia revelou a mesma dependência em que todos os grupos sociais estão da família operária. Descamps conta que quando estudava a família Schneider (operário fabricante de fitas) aconteceu que enquanto conversava com o dono da casa, as crianças assaz numerosas na família começavam a fazer ruído; um outro operário que estava presente, amigo de Schneider, distribuiu aos pequenos algumas bofetadas para os meter na ordem. O pai Schneider viu a operação, parou um momento a conversa, e não reclamou. A autoridade não é ciosa dos seus direitos, não é exclusiva. O inquérito mostrou a Descamps que era assim em todos os grupos sociais — a autoridade estranha é facilmente aceite e tolerada. Vid. *Formation du Prussien*.

investigador chega a estas conclusões: o adepto da Ciência Social não se determina por simpatias ou antipatias. A lógica afectiva não o decide no seu juízo de valores; o que o determina é a lógica racional, aplicada aos factos rigorosamente observados.

Vejamos por alguns exemplos como todos são responsáveis na Inglaterra. Teòricamente todos são iguais perante a lei em vários países; praticamente não é assim, mas na Inglaterra é assim.

Um funcionário que por ordem superior foi além da lei não lhe serve de escusa a ordem recebida. Um polícia prendeu um indivíduo que se apresentou ébrio em público, mas cometeu a imprudência de o ir prender à entrada da porta, no terreno sagrado do *home*. Foi chamado aos tribunais e condenado a pagar 40 libras, despesas do processo e mais outras 40 libras por calúnia.

Um ministro do interior mandou transferir um prisioneiro duma cadeia dum bairro para outro, por um motivo qualquer. Esta segunda prisão tinha um regime penitenciário mais severo, reservado a pessoas que tinham cometido delitos maiores. Tanto bastou para que o prisioneiro fizesse instaurar um processo ao ministro por ter excedido as suas atribuições e o ministro foi condenado a pagar uma indemnização.

Ao ler isto um português crê sonhar. Os governos são o que o país os fizer.

Em 1901 uma companhia de caminhos de ferro do País de Gales levantou processo contra um sindicato por causa duma greve. A câmara dos *lords* condenou o sindicato, por ter autorizado a greve a pagar perdas e danos.

Nós já vimos que o contrato de sponsais obriga a pagar uma indemnização quando o noivo rompe injustificadamente o contrato.

É um país onde não existe a irresponsabilidade, onde cada um é praticamente obrigado a responder pelos seus actos. De alto a baixo na sociedade inglesa existe o amor da responsabilidade.

Conta Descamps ter ouvido uma vez em caminho de ferro em França o seguinte diálogo entre dois passageiros: que é feito do teu filho? Ah! estou bem contente; arranjei-lhe uma nova situação. Não tem menos trabalho, mas *tem menos*

responsabilidade. Há realmente em França alguma coisa que se teme mais que o esforço — é a responsabilidade.

Em Inglaterra o mesmo autor ouviu um indivíduo perguntar a outro: que faz você agora? *I have a responsible situation in government*.

Um abraça com altivez aquilo a que o outro procura subtrair-se covardemente. Diferença de educação, diferença de mentalidade... e também diferença de destinos (1).

A autonomia, cultivada na educação e na escola, encontra-se na vida pública: os poderes são autónomos cada um na sua esfera e esta é delimitada pela lei.

O Estado não pode obrigar directamente uma cidade, um distrito ou um condado a fazer tal ou tal coisa; tem de obter primeiro uma sentença.

A Inglaterra é um país onde o Estado não é tudo.

O govêrno é uma emanação do país, como a vida pública é um corolário da vida privada. Nós os latinos costumamos inverter as coisas e dizer que o govêrno é que faz o país.

Na ditadura de Lloyd George, durante a guerra, o ministro decretou a mobilização das fábricas para o fabrico de munições de guerra. Os patrões e operários resistiram. O ministro não se encarniçou no amor próprio de vencer a

(1) Estas qualidades hoje criadas pela educação foram historicamente iniciadas pelas circunstâncias: foi nos fjords seguramente que esta formação começou. Os godos ainda patriarcais foram ali separados em simples famílias, condição imposta pelo lugar. Os fjords representam um lugar único no mundo — a temperatura que trás a *Corrente do golfo*; o peixe em abundância que penetra com o mar até muitas dezenas de quilómetros da costa; as terras isoladas, faixas estreitas, de cultura difícil; tudo se apresenta, com as rochas abruptas, como uma scena de mágica, ou antes « como uma harmonia superior das coisas em vista de um grande desígnio a realizar ».

A luta isolada fez o particularista e a emigração para terras *vagas* fez crescer êsse particularismo. Essas terras foram: a planície saxónica, as ilhas británicas, Orcadas, Hebridás, Dinamarca, etc. As terras *vagas* não eram acolhedoras; foi preciso reforçar a energia de carácter para se habituar ao isolamento. Assim nasceu há dois mil anos esta raça forte que povoa a Noruega, a Inglaterra e os Estados Unidos « com a mesma aptidão fundamental para a vida rural, a mesma separação da família em casal simples, o mesmo gosto do *home* e das suas alegrias profundas, a mesma independência da mulher, a mesma energia dos rapazes, a mesma desconfiança, a respeito dos poderes públicos desenvolvidos e a mesma confiança serena na eficácia da energia individual ».

sua, para fazer respeitar o poder — estas empresas ficam muito caras quando se luta com particularistas. Lloyd George apesar de galence, de origem celta, não o ignorava; por isso meteu na gaveta a pasta de ministro e foi como qualquer particular falar ao país, a vêr se o convencia. Ao fim dalgumas semanas o país tinha compreendido as explicações do ministro, dadàs nos comícios; tinha compreendido e tinha-se convencido. Agora a lei foi posta em execução.

Quem manda não é o govêrno; quem manda é o país. O que aconteceu com o serviço militar obrigatório dá a prova da superioridade que tem o país sôbre o govêrno. O serviço só foi decretado quando o país o consentiu, isto é, quando se convenceu de que era uma necessidade, mas isso levou tempo, quási dois anos.

Comtudo a Inglaterra não ficou inerte todo êsse tempo; os alistamentos voluntários ascenderam a milhões!

Que outro país, não militarizado, faria êste milagre? Deu milhões de soldados voluntários que iam sucessivamente morrer nos campos de França.

A autonomia vale quando não conduz as pessoas a desertarem do dever. O inglês é autónomo; não consente que ninguém toque nesta autonomia, porque não faz dela um uso condenável.

Tudo se passa na calma, na fleuma habitual daquele país.

Nas igrejas durante a guerra orava-se pelos inimigos. «Perdoai senhor aos nossos inimigos e ajudai-nos a perdoarlhes; dai-lhes o arrependimento dos seus crimes e recompensai os que são misericordiosos para os seus inimigos» (1).

Só um povo habituado a dominar-se, a conservar em tudo a posse dos seus nervos, é capaz desta grandeza de alma: orar em todás as igrejas pelos inimigos que nos campos de batalha se mostravam pouco acessíveis à compaixão. Os aliados da Inglaterra não a imitavam nesta longanimidade — o ódio era o labaro da guerra, ódio ao *boche*. A educação é outra. Nuns domina a lógica racional, noutros a lógica afectiva. A Inglaterra é um país forte pela educação: o amor da responsabilidade dá a autonomia, esta faz a independência e para se ser independente é preciso o esfôrço.

(1) Chevrillon — *L'Angleterre et la guerre*, 1916.

Não é por temperamento que o inglês ama o esforço; nem o inglês nem o norueguês teem naturalmente o *pluck*.

É por via de conseqüência da sua educação que o inglês é um activo empreendedor e tenaz. São as virtudes educativas que fazem o operário consciencioso, e fazem do patrão uma capacidade dirigente.

Queremos curar as nossas misérias sociais?

Não temos outro caminho; é preciso aceitar as operações cirurgicas necessárias e submeter-nos ao regime salutar, embora contrária aos nossos hábitos e aos nossos gostos. Quem quer os fins quer os meios, e não há outros meios (¹).

Mas nós teimamos na rotina do velho *cliché* dos poderes públicos — que falha sempre e que nunca nos desilude.

Potência dos sentimentos comunitários ancorados na alma da raça, como diria Gustavo Lebon. Não entendemos senão as soluções colectivas. Iludimo-nos com as aparências, as intervenções brilhantes do poder público, não vemos as realidades. Vemos só a cõpa da árvore, e, como as crianças, imaginamos que toda a árvore está ali; somos como elas que regam as folhas quando a planta tem sêde. O que está debaixo da terra, o que se não vê é que comanda o resto; é ali que se deve deitar água, sob pena de a vêr morrer de sêde.

Não é o Estado que importa remodelar, é a educação.

(¹) O Japão saiu nos últimos 50 anos da sua imobilidade oriental pela educação. Não inventou uma filosofia nova, nem transformou profundamente a constituição política — educou na Europa a sua mocidade de *élite* em bons meios. Não quer dizer que a acção dos governos seja indiferente; não, mil vezes não. Mas o Estado não tem a força mágica de que o teem revestido os comunitários, que o imaginam o principal motor da felicidade dos povos. É a sua mentalidade coxa que lhe deforma a visão das coisas. Nós os latinos quantas vezes temos recorrido em vão à remodelação do Estado, deixando a educação ao abandono?

Que o diga a França com as suas 22 constituições políticas em um século!! E pensar que a Inglaterra se contenta com uma... que nem sequer foi ainda codificada.



HISTÓRIA

CAPITULO III

A HISTÓRIA Á LUZ DA CIÊNCIA SOCIAL



VIMOS no capítulo antecedente como a *Sciência Social* com o seu método analítico permite estudar as formas diversas de educação e discriminar qual delas é mais apta à preparação do homem para o trabalho, isto é, para vencer as dificuldades da vida. De todas as formas de educação a ciência pôde extrair os motivos da sua fôrça e da sua fraqueza; da sua tendência ao progresso ou à estagnação. O valor da educação, — estudado metòdicamente pela ciência — é um resultado da observação, não é uma simples vista do espírito, uma especulação teórica, onde cada um introduz as suas preferências, conforme os seus prejuizos e as suas ideas feitas. A ciência ensina pràticamente, concretamente, a distinguir a educação progressiva, construtiva, da educação formalista, convencional, muitas vezes adaptada sòmente a um tempo que passou. A ciência social mostra que é da educação que depende o destino dos povos e não do clima ou das suas instituições políticas.

Vamos neste capítulo vêr como a *Sciência Social*, no campo da *História*, pode projectar uma luz esclarecedora das coisas mortas, que os historiadores, por maior que seja o seu talento, sem ela, são incapazes de acender. Como a *História*, a *Sciência Social* usa do testemunho, isto é, da observação de outrem. Ao lado do que se vê, do que se observa directamente, vêm os factos observados por outrem e de

que se não pode ter senão o conhecimento testemunhal; tais são as informações sôbre os rendimentos, os salários, usos e costumes da família operária. A maior parte dos elementos que compõem a nossa monografia da família operária são fornecidos pelo interrogatório das pessoas, são testemunhais. Há sempre, na ciência social como na história, uma observação, mas esta não é feita sempre pelos autores que escrevem. A ciência social tem porém uma superioridade, uma vantagem — pode tirar do testemunho dos outros muito mais que o historiador porque o seu documento é vivo, maleavel e, na história o documento está morto, inerte.

Um grande número de acontecimentos que são matéria da história podem ser julgados, apreciados, pelo simples bom senso do historiador; a sua interpretação é fácil, a determinação do seu alcance, da sua influência, impõe-se ao senso comum. As causas e as conseqüências dos factos são claras e portanto, neste campo, o senso comum basta para termos uma inteligência suficiente das coisas. Mas a história não é só isto: a história contém muitas partes, muitas questões em que a doutrina do senso comum falha inteiramente. Como na sociologia (1), na história, a intuição, e o senso comum, conduzem a explicações muitas vezes absurdas. As leis sociais, as repercussões, as coexistências, a formação social, fornecem meios de interpretar os factos históricos que os historiadores habitualmente não possuem. Não basta ter o facto; nenhuma ciência se contenta sômente com os factos; é preciso uma operação do espírito para ligar e explicar êstes factos. Os factos são necessários, indispensáveis; nenhuma ciência se pode constituir sem êles. Mas, necessários, não são suficientes.

Tomemos um exemplo na medicina. Dêsse a um leigo, a um profano das ciências médicas, uma lista dos sintomas que se observam no doente, todos os sintomas. Que vai êle fazer de todos êstes elementos, que diagnóstico vai êle construir com êstes materiais? Que terapêutica se deve empregar, e qual o prognóstico a fazer? Como ignora a ligação que existe

(1) Vid. capítulo 1 os êrros sociais resultantes do senso comum. Só um estudo metódico, científico, pode descobrir a verdade debaixo de aparências enganadoras.

entre as perturbações observadas e as causas profundas da doença; como não conhece o poder revelador dos sintomas, a sua conexão com as lesões orgânicas, não poderá fazer diagnóstico, e não podendo diagnosticar não poderá fazer terapêutica racional. Poderá somente fazer uma terapêutica sintomática... Terá os factos, mas escapa-lhe a sua significação. Quantas vezes acontece isto mesmo ao historiador que ignora a *Sciência Social*!

Há na história um domínio privado que pertence exclusivamente ao historiador, ao investigador, onde a *Sciência Social* não entra: é a crítica do documento, com todos os elementos que elle encerra para estabelecer os factos. A *Sciência Social* não faz esta crítica, mas pode contribuir indirectamente para a interpretação do documento e preencher as suas lacunas.

Uma vez estabelecidos os factos, a *Sciência* pode ensinar a construir com estes materiais um edificio mais ou menos sólido e mais ou menos elegante, conforme as circuntâncias.

No seu laboratório o químico determina a composição, faz a análise, de qualquer excreção do corpo humano; estabelece os factos, usando dos meios de que dispõe a química, mas só o médico é capaz de emitir sobre este dados analíticos um juízo, de lhe attribuir uma significação fisiológica. O estabelecimento dos dados pertence ao químico, mas a sua interpretação é somente da alçada da medicina.

Em história, por via de regra, os grandes eruditos são incapazes de fazer qualquer construção séria, com os materiais colhidos nos documentos. Estes eruditos, com a sua pezada bagagem, tem em regra o vôo curto.

Quais são os fins da história?

Não é certamente pôr em scena «os factos pitorescos e os homens sensacionais», quer dizer o que há no passado de romântico ou de interessante, mas pouco instrutivo.

Quando deseje fazer obra séria, quando o historiador não queira ficar apenas nos factos, como o cronista, tem de procurar a reconstrução e a evolução — reconstruir uma sociedade, um grupo social ou uma instituição; — analisar a evolução duma sociedade ou duma instituição (1).

(1) Vid. *Sciência Social* n.º 78, 1911.

Todas estas questões são da competência da Ciência Social que estuda os grupos sociais na sua estática e na sua dinâmica, em vista de estabelecer as leis de causalidade ou de coexistência e ainda a classificação das sociedades. O seu método é essencialmente analítico, mas pode prestar auxílio às sínteses, tantas vezes empreendidas pelos historiadores sem base sólida e segura.

A Ciência Social «descobre uma sucessão fecunda de causas e de efeitos onde até hoje ninguém tinha visto senão factos; encontra leis onde todas tinham visto unicamente sucessões fortuitas e livres. Passa dos fenómenos de superfície à profundidade e nota que os primeiros, mais brilhantes e os únicos que têm prendido a atenção, não são mais que acidentes na vida dos povos; ao passo que os segundos constituem a trama da vida das sociedade e dêles depende o crescimento, o apogeu ou a sua decadência».

A história é como diz um escritor canadiano — uma exposição *autêntica* mas *explicativa* dos factos. Que importam os factos que não podemos ou não sabemos compreender?

São outros tantos materiais de que ninguém sabe tirar partido.

«O cartista pode discutir os textos; o arqueólogo, o epigrafista, o numismata, o erudito verificar e coligir os factos; tudo vai bem e produz um conjunto, mas *construir* é outra coisa, porque todos êstes especialistas ignoram as leis do edificio» (Champault). Estes especialistas são os caboqueiros, os lavrantes da pedra, os pedreiros, os carpinteiros, os metalúrgicos, mas falta o architecto. Só êste conhece as leis do equilíbrio e do gosto; só êste pode lançar com segurança o edificio.

«A Ciência Social não pode suprir a documentação, nem o talento e o encanto do escritor. Mas entre a reunião dos materiais e a obra acabada, há a justa apreciação dos factos, há a sua interpretação, há o seu agrupamento em feixes luminosos» diz Gérin (*Rev. Trim. Canadienne*, 1925).

O engenho não basta para ajustar os materiais da maneira mais conveniente; é preciso uma sciência. O valor dum facto não está no documento que o atesta; a determinação dêste valor exige uma operação do espirito humano; ora esta operação é tanto mais eficaz quanto mais científica fôr.

A Ciência que estabelece os factos é diferente da ciência que os interpreta e valoriza.

Que representa um fóssil aos olhos duma pessoa ignorante em zoologia e botânica? Pouco, ou mesmo nada. Mas aos olhos do sábio que conhece as leis da organização dos seres vivos, a correlação das funções e dos órgãos, este resíduo duma planta ou dum animal, incrustado nas camadas terrestres, é revelador dum mundo. Com um dente, com um simples osso, é possível reconstruir um animal antediluviano. São as leis de correlação ou de coexistência que permitem esta reconstrução.

Como pode o historiador levar a cabo a empresa de reconstruir uma sociedade ou uma instituição sem o conhecimento prévio das leis causais ou de coexistência, estabelecidas pela Ciência na observação dos povos actuais? (1).

Paulo de Rousiers compara esta tentativa à tentativa dum arqueólogo que pretendesse reconstruir um relógio muito antigo, com o auxílio dalgumas peças descobertas em excavações dalguma velha cidade, sem nada saber dos relógios actuais.

(1) A Ciência Social descobriu relações entre o trabalho e certos factos sociais que permitem não só compreender mas até rectificar factos históricos. O trabalho pastoril conduz a uma certa maneira de fazer a guerra, por exemplo. Quando Mahomet fugiu para Medina, havia no seu exército um persa que conhecia a arte das fortificações e que aconselhou a fazer um fosso em volta da cidade.

Ninguém dentre pastores ou caravaneiros, como são os árabes, tinha tido uma tal ideia. O fosso fez-se e deu excelentes resultados contra os de Meca que vieram pôr cerco a Medina. Quando os assaltantes se retiraram o capitão Abu Ssofjan escreveu ao profeta uma carta grosseira em que classificava de indigno o tal estratagema do fosso. A mentalidade de pastores não se presta a estas obras em que há movimento de terras. Vid. *Oncken, vol. VIII.*

A chamada *Cava de Viriato* em Viseu não é, não podia ser, obra dum pastor. Não é preciso nenhuma espécie de documentação para o demonstrar. Se algum documento atestasse que a Cava tinha sido feita por Viriato, podíamos afirmar que era falso um tal documento. Os pastores não fazem guerra de reductos, fazem guerra de surpresas, de emboscadas, mas sempre com os movimentos livres. São nómadas; a sua imobilização dentro de muralhas ou de taludes seria a sua morte.

Atacam de chofre muitas vezes com imprevisto depois retiram e fogem. Foi a tática dos russos contra Napoleão.

A *Cava de Viriato* não é de Viriato é dos romanos; só povos agrícolas, presos à terra, podiam conceber semelhante obra guerreira.

A sua reconstituição gráfica (não digo mecânica porque essa depressa o desiludiria) faria rir o primeiro relojoeiro que passasse porque veria que um tal relógio era incapaz de marcar as horas. Tanto nas máquinas, como nos seres vivos, como nas sociedades, há planos de organização; quem os quiser conhecer tem de ser mecânico, biologista ou sociólogo. Os organismos sociais de que se ocupa a história viveram e foram elaborados pela vida; quem tiver a pretensão de os estudar carece de conhecer as leis da vida, da vida social, bem entendido.

«A realidade passada não a observamos nós; só a conhecemos por semelhança com a realidade actual. Para nós representarmos as condições em que se produziram os factos passados, é necessário procurar, pela observação da realidade presente, as condições em que se produzem os factos análogos do presente. A história seria assim uma aplicação das sciências descritivas (psicologia descritiva, sociológica ou sciência social); mas são sciências ainda mal constituídas e a sua enfermidade retarda a constituição duma sciência da história».

Quem escreve estas linhas não é um discípulo de Leplay, não é um colaborador da Sciência Social; é um historiador que certamente ignora os belos estudos desta escola; e Seignobos na *Intr. aux études historiques*, citado por Robert. E' à luz do presente que o historiador tem de ver o passado, sob pena de o não compreender ⁽¹⁾.

Com o aperfeiçoamento das sciências e nomeadamente

(1) Quando se reflecte nestas questões não se entende o que dizia Fustel de Coulanges no prefácio da *Monarchie Franque*, um ano antes da sua morte. O seu método consiste nas regras seguintes: — estudar directamente e unicamente os textos; não aceitar senão o que elles demonstram; afastar resolutamente da história do passado as ideas modernas que um falso método lá introduziu. Este grande erudito julgava poder fazer história só com documentos e contudo quem lê a sua obra encontra por lá várias tentativas de explicação, que muitas vezes não explicam coisa nenhuma a não ser a impotência dum tal método.

E' com razão que no seu livro *Elite*, Paulo de Bousiers diz: — a história deve refazer-se todos os trinta anos, mesmo quando não haja documento novo.

Na verdade com novas luzes sobre o presente é possível tirar dos factos antigos novas significações.

das sciências que se ocupam da sociedade, os factos do passado adquirem dia a dia uma nova importância e uma nova significação. Os progressos da medicina, por exemplo, permitem por vezes reformar certos diagnósticos, mal feitos na história, e assim explicar acontecimentos que foram devidos à acção de homens notáveis. Mas não é só a explicação da história que se modifica, é também o interesse dos factos. O historiador não tira do documento todos os factos que elle contém; extracta aquilo que o interessa, e cada época tem a sua maneira de se interessar. Os problemas que apaixonam os homens acêrca do passado variam consoante as suas disposições de espirito.

«A história no fim de contas, diz Gérin, não é mais que a Sciência Social em acção e movimento e mais ou menos afastada de nós. A observação sôbre o actual, sôbre o vivo, prepara-nos para melhor analisar e interpretar o documento inerte, único recurso do investigador no domínio do passado.

Esta análise, metódicamente feita, suscitará pontos de vista, aproximações, que doutra forma não seriam sequer suspeitados».

Nesta matéria é Seignobos que principalmente se deve citar. «Pode pensar-se que há de vir um dia em que graças à organização do trabalho, todos os documentos serão descobertos, purificados e postos em ordem, e todos os factos, de que se não apagou o vestígio, estabelecidos. Nesse dia a história estará constituída mas não estará fixada: continuará a modificar-se à medida que o estudo directo das sociedades actuais, tornando-se mais científico, fará melhor compreender os fenómenos sociais e a sua evolução; porque as ideas novas adquiridas sôbre a natureza, as causas e importância relativas dos factos sociais continuarão a transformar a imagem que teremos das sociedades e dos acontecimentos passados» (1). Seria impossível que um discípulo da Sciência Social dissesse melhor e com mais precisão.

Isto pelo que toca à imperiosa necessidade de conhecer o presente para entender o passado. Pelo que respeita ao método, à seriação dos factos, o autor compreende a necessidade que há de não ir ao acaso. Desconhecendo provável-

(1) Citado por Robert, *Sc. Sociale*, ns. 100 e 102 de 1913.

mente as sciências naturais, tem o pressentimento de que na humanidade, como na botânica ou na zoologia, há caracteres dominantes, e caracteres dominados — factos directores e factos dirigidos.

«Construindo, diz êle, a lista dos fenómenos fundamentais que devem encontrar-se na vida de todo o homem e de toda a sociedade, obter-se-á um questionário universal, sumário, mas suficiente para classificar a massa dos factos históricos num certo número de grupos naturais».

Quem escreve história tem sempre, embora inconscientemente, no espírito uma seriação dos factos, um questionário, uma hierarquia mais ou menos arbitraria. Tomará nos documentos os factos que, diante dêste questionário, se apresentam como factos principais, mais importantes. A razão desta preferênciã seria por vezes difficil de produzir; o valor attribuído a certos fenómenos, a certas instituições, é meramente convencional.

O autor dum manual de história tem de proceder a uma escolha, não pode narrar tudo; pode perguntar-se que critério presidiu à sua escolha, porque razão retêm certos acontecimentos e regeita outros? E' que são mais importantes, responderia êle. Mas demonstrar esta importância é uma operação difficil. E' uma simples presunção a tal superioridade. Até há pouco os factos políticos eram olhados como os mais importantes, os que melhor traduziam a fôrça e a fraqueza dos povos e os mais oporantes em toda a mecânica social. Era uma convenção, uma idea *à priori* que não resiste a um estudo aprofundado da vida social (1). Nós

(1) As batalhas eram sobretudo narradas minuciosamente como sendo os factos culminantes da história. E' o seu interesse dramático mais que o interesse social que lhes dá a preponderância. A interpretação das batalhas exige uma sciência que não é a sciência militar.

Wellington dizia que quem venceu em Waterloo foram os campos de criket de Eton. Foi a disciplina da atenção que êste jôgo desenvolve naqueles que o praticam.

Aljubarrota não foi um acaso; obedeceu a uma tática e explica-se pelo temperamento dos espanhóis. Aljubarrota é filha de Crecy; em ambos os casos é a posição que vence, e o nervosismo que perde.

Nuno Alvares foi discipulo do Principe Negro, mas sem a impulsividade dos espanhóis não teria vencido. Em Crecy os franceses na pressa de atacar esmagaram os seus próprios archeiros. *Tuez toute cette ribaudaille.*

Foi o que os perdeu.

sabemos hoje pelos estudos de eminentes sociólogos que os factos mais importantes da vida das sociedades pertencem ao domínio da família; são os factos de ordem privada que decidem, que determinam a trajectória, que na sua evolução descreve uma sociedade.

Os factos da vida pública são mais determinados que determinantes. Os grupos da vida pública são mais dirigidos do que dirigentes. Tudo tem o seu lugar; mas o lugar que compete às instituições políticas, olhadas até há pouco como decisivas, como motores essenciais, não é o primeiro, é o segundo lugar.

A história devia pois ser escrita às avessas do que se tem feito; devia começar pelos factos importantes da vida privada. Infelizmente os documentos faltam dêste lado, e esta falta é insuprível. Não podemos portanto, faltos de conhecer a vida íntima, penetrar no íntimo, na mentalidade, das sociedades antigas.

O questionário reclamado por Seignobos para escrever a história existe há quarenta anos, é a Nomenclatura de Tourville.

Um estudo profundo das obras de Leplay permitiu a êste pensador genial aquela descoberta. Com ela o historiador pode encetar o estudo do passado, como o sociólogo pode empreender a análise duma sociedade viva, actual. A Nomenclatura, estabelece a ordem de importância e de filiação dos fenómenos sociais. Gérin fez uma tentativa de aplicação desta Nomenclatura à história do Canadá. As lacunas dos documentos, redigidos num ponto de vista muito diferente, tornam muito restrita esta aplicação, infelizmente.

Tourville dispôs os factos na ordem da sua complicação crescente e marcou as interdependências. Seignobos sente, sem conhecer a obra de Tourville, esta interdependência.

«Não há factos independentes; os actos e os usos dum homem ou dum grupo de homens estão ligados entre si, reagem uns sobre os outros e são causa uns dos outros. O estudo destas reacções recíprocas (a Ciência Social chama-lhes — *repercussões*) é um dos objectos de investigação do historiador». Pode dizer-se que êste mestre da metodologia histórica tem a intuição da verdadeira Ciência Social.

Alguns exemplos vão mostrar como o método, e sobretudo as conclusões da Escola de Leplay permitem, com-

preender a história e dar ao espírito clarezas que são impossíveis fora dela.

PRIMEIRO EXEMPLO: *A origem da família e da propriedade.*

Fustel de Coulanges na sua obra célebre *La Cité antique* diz que a família antiga foi mais uma associação religiosa do que uma associação de natureza. Para este autor a religião deu a constituição à família, fundou a autoridade paterna e criou o direito de propriedade. São muito graves as consequências de uma tal teoria, porque ainda hoje muitos espíritos são inclinados a ver na religião o princípio organizador das sociedades, e pensam que dela depende *toda a reforma social* que no fundo seria apenas uma reforma religiosa.

A religião, diz Paulo de Rousiers (1) «está bem longe de determinar a forma e o fim dos grupos sociais; porque se adapta a todas as sortes de grupos». A religião influe nas sociedades pela moral, mas a moral não é, como dizia Tourville, o *gerador principal* dos actos humanos, é o seu regulador, é sobretudo o *regulador* da actividade humana.

Examinemos o primeiro ponto: *a religião e a constituição da família.*

O autor lê muito bem os textos, mas lê muito mal os factos ou antes lê bem, mas entende mal.

Se tivesse conhecimento das obras do padre Huc, *Via-gem atraves da Tartária*, ou de Atkinson, publicado no *Tour du Monde*, ou se tivesse estudado a religião nos japoneses, teria visto, teria surpreendido nestes trabalhos um certo número de factos que o teriam esclarecido acêrca das origens do culto dos antepassados, culto que o autor estuda nos gregos e nos romanos.

Os povos nómadas da Mongalia ainda hoje tem um culto exclusivamente familiar; não teem padres, não teem igrejas. O culto faz-se na família e é particular a cada família, porque o nómada, o pastor, vive só com a sua família e para a sua família.

Foi desta organização pastoril, patriarcal, que saiu o

(1) *Élite dous la Societi Moderne*, 1914.

culto dos antepassados. Quem conhecer por exemplo os Tartaros-Kalkas compreende como os povos saídos dos pastores — tais foram os gregos e os romanos — tenham o culto dos antepassados.

Estes nómadas não teem a religião dos antepassados porque são nómadas; para ter o culto dos antepassados é necessário possuir a vida sedentária a fim de guardar os seus maiores (1). Mas o respeito que teem os patriarcaes pelos velhos é uma disposição favorável ao culto dos antepassados. — Os povos que tiverem um passado pastoril carecem duma profunda transformação pelo comércio ou pela agricultura para construirem uma religião e um poder público estranho à família.

É assim que os turcos não puderam ainda constituir um poder público forte e não teem senão uma religião emprestada pelos árabes, porque desde os prados do Turkestan não experimentaram ainda a necessária transformação social (1).

O que nos diz a observação social quanto às funções da família? Diz-nos que as famílias se constituem em vista duma dupla função que consiste em *procriar e educar* as novas gerações. É assim no ocidente; é assim no oriente. Quem se lembra de tomar a religião japonesa como fundamento da família japonesa? Este povo tem a religião dos antepassados, como os gregos e os romanos; o que a religião fez foi dar coesão à família, porque como diz um missionário de Sciência Social, vindo há pouco do oriente: «o culto dos antepassados não é mais que o culto de família no Japão (3).» A observação mostra que a religião fortifica a família tanto no ocidente como no oriente; não mostra que a religião seja o fundamento da família.

Tomando os factos que Fustel de Coulanges encontra nos

(1) Neste ponto Fustel de Coulanges viu bem; a intuição do sábio serviu-o maravilhosamente. Mas o respeito dos chefes nos patriarcas conduz ao culto dos antepassados. Na Tartária a morte do patriarca é seguida de funerais famosos e durante um ano todos os dias ao nascer e ao pôr do sol é recitado o hino funerário.

(2) É mais fácil encontrar nos turcos um bom soldado que um bom contra-mestre, capaz de dirigir o trabalho industrial ou agrícola. É que a educação guerreira é mais fácil que a formação agrícola.

(3) Sciencie Sociale, 1926.

textos e examinando-os à luz da Ciência Social, depressa se compreende que a sua interpretação é bem diversa da que o autor lhe assina.

Na vida antiga a religião impregnava todos os actos importantes da vida, ligava-se a tudo, em tudo punha o sêlo da divindade. Os actos rituais do casamento antigo são acompanhados de cerimónias religiosas; a religião abençoa, consagra a família mas não a cria. Quando o legislador hindú diz «aquele a quem a natureza não deu filhos pode adoptar um para que não cessem as cerimónias funebres» nós devemos entender que as cerimónias fúnebres eram uma função exclusiva da família, como são ainda hoje na China e no Japão, mas de modo nenhum concluir que a família é fundada expressamente para esta função.

As famílias ocidentais que teem tradições empregam muitas vezes a expressão: ao menos um rapaz para continuar o nome da família; isto não quer dizer que as famílias se fundam exclusivamente para que o nome não acabe, porque as famílias desprovidas de tradição fundam-se pelos mesmos processos das outras.

Vejamos agora a *origem religiosa do pátrio poder*.

A autoridade absoluta do chefe de família tem em Roma como na Grécia uma origem patriarcal, mas em Roma certas circunstâncias fizeram que o pátrio poder fôsse mais absorvente ⁽¹⁾. A observação mostra nos povos da Mongália a consideração, a veneração, de que são cercados os patriarcas. Depositários da tradição, juizes, padres, exercem ao mesmo tempo funções civis e religiosas. O seu poder é absoluto, sem nenhuma espécie de limitação. Estudando as condições do meio e a organização do trabalho, fâcilmente se compreende a razão desta autoridade ilimitada de que goza o patriarca. Esta autoridade nos pastores é hoje o que era nos tempos bíblicos. A observação não encontra hoje que os patriarcas gozem duma tamanha autoridade por motivos religiosos; são as condições de meio, é a organização social que explica a natureza da sua autoridade. Logo que o traba-

(1) A luta difficil que os banidos tiveram a sustentar com povos circunvizinhos e a conquista da terra pantanosa, explicam esta concentração dos poderes no chefe da familia.

lho se complicar, a organização social será modificada e paralelamente a autoridade do chefe descerá.

É vêr o que se passa do outro lado das montanhas que separam a região das ervas dos povos redentários: tanto na China, como na Bulgária o poder do patriarca diminui à medida que o trabalho se complica; o patriarca já não basta para resolver as diversas dificuldades que assoberbam a vida da família; aparece o conselho, o grupo auxiliar, bem como a eleição, escolha do patriarca. A religião não criou e não sustenta esta autoridade latitudinária do patriarca que baixa quando o trabalho se complica. As flutuações da autoridade não dependem da religião, dependem do estado social. Nestes povos a própria religião está subordinada à organização social, porque é uma emanação do estado social, intimamente casado com ela ⁽¹⁾.

Examinemos a *origem religiosa da propriedade*.

Fustel de Coulanges supõe que a posse da terra se fez para ocorrer ao culto dos antepassados; êste culto exige a sepultura, a posse duma porção de terra que conserva as cinzas. O culto conduziu assim à propriedade. «Sem discussão, sem trabalho, sem sombra de limitação, o homem chegou directamente pela crença à concepção do direito de propriedade».

É uma explicação de pura fantasia; e quantas explicações análogas nos não apresentam os historiadores que julgam poder fazer história apoiados sòmente nos textos!!

A religião nos antigos como nos modernos não criou a propriedade, sancionou-a, consagrou-a e protegeu-a.

A propriedade não tem uma origem religiosa; a sua origem está na imperiosa necessidade que tem o homem de

(1) Quando uma religião se encontra assim ligada ao estado social é difficil de a desalojar para implantar outra religião; os missionários católicos sabem alguma coisa a êste respeito. O islamismo, harmónico com o estado social dos negros e doutros selvagens, uma vez instalado nestes povos, é difficil de o substituir pelo catolicismo, religião independente dos estados sociais e das fórmulas políticas; fóra e acima das organizações sociais é compatível com todas elas. Mas a acção do catolicismo é tanto mais eficaz quanto mais perfeita fôr a organização social.

Pode comparar-se a um artista que trabalhe com todos os materiais, mas a estátua será tanto mais bela quanto mais perfeito fôr o material.

obter os meios de existência, os meios de se alimentar e de se vestir. Esta origem não é de pura fantasia. A observação pode ir encontrá-la nas regiões dos confins da *terra das ervas* onde começam a ser insuficientes os recursos da pastoreia. Se Fustel de Coulanges tivesse conhecido as monografias de Leplay feitas antes de a *Cité Antique* ter visto a luz, teria encontrado uma outra maneira de entender os textos, ou antes, de interpretar os factos que os textos lhe ofereciam.

Os comunistas dizem que a origem de propriedade foi o roubo; mas não foi o roubo nem a religião, foi a necessidade. Para mostrar que foi a necessidade não basta o raciocínio; entregues ao raciocínio tanto os sábios como os comunistas chegam a concepções de pura fantasia.

A monografia de Leplay sobre os bakires, habitantes da vertente oriental do Caucaso, colocados entre a zona das pastagens que se estende a nascente, e a zona agrícola que se desenvolve a poente, é um instantâneo do homem apanhado em flagrante no momento de fazer a conquista da terra. O observador recolhe ali os diversos fenómenos que acompanham a iniciação na vida sedentária, na cultura: esforço, paciência, previdência.

O pastor das estepes ricas vive feliz na sua família patriarcal que ocorre a todas as necessidades, satisfaz as modestas exigências que lhe impõe o clima e a sua civilização rudimentar. O rebanho dá tudo, ou quasi tudo o que é preciso ⁽¹⁾.

A independência é completa e a paz inalterável, neste império das ervas. Os contos à noite debaixo das tendas constituem o melhor dos seus prazeres intellectuais, para aquelas almas simples, semi-selvagens. Os corpos são robustos e ágeis; suportam os rigores do clima e desafiam a ligeireza dos cavalos. São robustos, mas não tolerariam o esforço necessário à vida agrícola, porque a vida agrícola é bem diferente. Infinitamente mais penosa e menos atraente, exige previdência para defender as culturas da intempérie e

(1) Os chineses vendem chá, em ladrilhos, farinha de cevada e utensilios aos tártaros que pagam com animais. Estas vendas são verdadeiros roubos de usurários que a habilidade chinesa faz aceitar aos ingenuos habitantes da estepe. Vid. Huc, *Viagem na Tartaria*, 1845.

dos animais daninhos, exige esforço para arrotear, desbravar e colher; e além disto é preciso esperar, pacientar longos meses à espera de colheitas incertas.

Compreende-se que o pastor tenha apego à arte pastoril que o mantem na mediocridade, mas sem esforço e sem as incertezas da vida agrícola. É coagido pela necessidade que o homem abandona a vida pastoril para se entregar à agricultura; a posse da terra não é um roubo nem um acto religioso, é a obediência à imperiosa lei da vida. O homem, tomando a terra, não pratica um roubo, é antes roubado, porque perde os encantos da vida nómada, a que aliás o homem civilizado se ageita e habitua com certa rapidez, segundo o testemunho pessoal do padre Huc.

Os bakires teem ainda um suplemento de recursos pastoris que elles desenvolvem quanto podem, mas os prados escassos não lhes permitem ter mais que uma dúzia de cabeças, que durante o inverno são estabuladas e alimentadas com a provisão do feno, recolhido na estação quente. É-lhes preciso cultivar as plantas hortícolas e arranjar cereais, porque o leite e a carne são insufficientes. Aparece assim a posse da terra, e uma cultura rudimentar. A propriedade é dada em usufruto por 15 anos, voltando à comunidade se não tiver sido amanhada ao fim dêste tempo.

A monografia dos bakires mostra o homem cultivando o menos possível, e pelo contrário apegando-se aos rebanhos o mais que pode, para fugir ao esforço que exige a terra. Semi-pastores de coração, semi-agricultores de necessidade. Não é sem violência que o homem passa da vida nómada à vida sedentária; que abandona a vida livre e sem esforço, para se prender à terra que o alimenta mas que o esmaga.

Se Fustel de Coulanges tivesse debaixo dos olhos êstes factos, os seus textos ter-lhe iam dito coisas muito diferentes sôbre as origens da propriedade.

Os devaneios architectados sôbre os velhos textos acabariam diante duma observação social exacta, que permite dar-lhes uma interpretação scientifica e não de pura fantasia.

Nem a família, nem a autoridade forte dos povos saídos de patriarcaes, nem a propriedade foram fundadas pela religião, pelo culto dos antepassados. Certamente a religião protege tudo isto; reforça e defende todas estas coisas, mas não as criou. Todas elas existem com qualquer religião ou

mesmo sem religião porque correspondem a necessidades da natureza humana. A religião não cria as formações sociais, as suas diversas organizações; conforma-se com elas e procura dar-lhes um carácter elevado e elevar o homem dentro da sua formação.

O êrro de Fustel de Coulanges pode ser funesto, porque pode induzir os espíritos à crença de que a reforma das sociedades se reduz a uma simples reforma religiosa. Por grande que seja o valor social da religião não é permitido atribuir-lhe a faculdade de criar formas sociais. As instituições nascem debaixo da solicitação das necessidades sociais; a religião dá a estas instituições a sua consagração, o seu apoio. Mais nada (1).

SEGUNDO EXEMPLO: *Grandeza e decadência de Roma.*

Os historiadores explicam a prosperidade do povo romano pela sabedoria da legislação e pelo valor militar. As armas e as leis teriam sido as alavancas produtoras da sua grandeza.

A queda do colosso é explicada pela sua extensão, pela sua composição heterogénea, pelo luxo e pela corrupção. Nem Gibbon, nem Montesquieu, compreenderam as causas sociais da grandeza e da decadência romana. A constituição da família não podia ser compreendida por êstes historiadores, nem determinada a sua influência nos destinos dêste grande povo.

A família romana é uma comunidade, mas uma comunidade forte, isolada, independente. O romano realizou uma forma social muito particular, uma forma híbrida, meio comunitária, meio particularista. É comunitário na família, é particularista na sociedade. Esta feição é enigmática e inexplicável fora das luzes ministradas pela Sciência Social.

(1) Num povo essencialmente agrícola compreende-se que a religião cerque a propriedade térrea de ritos e a coloque debaixo da protecção divina. Em Roma os limites da propriedade eram sagrados. O deus Termo era um potentado que nem Júpiter podia desalojar. Entre nós existe um residuo desta influência romana: em certos povos da Beira a mudança dos marcos seria o maior de todos os crimes. A religião não criou a propriedade; apoz-lhe o sêlo divino e colocou-a debaixo da protecção dos deuses.

É à independência da família que Roma deveu a sua grandeza; a forte organização da vida privada foi a causa da sua força. Enquanto a vida privada domina a vida pública, Roma cresce; logo que os papéis se invertem, logo que a vida pública domina a vida privada, a decadência começa.

Estas vistas sintéticas são conclusões dum trabalho analítico que aqui não pode ser senão esboçado.

Pela sua origem o romano é um descendente da comunidade patriarcal; rompeu com a comunidade; é um banido, um desadaptado do seu meio; é um bandido.

Emigrado da Lácio ou da Etrúria ou da Sabínia é como indivíduo que se estabelece nos terrenos pantanosos de que Roma será feita depois das drenagens e dos arroteamentos. Embora desligado da comunidade, a sua alma ficou impregnada das tradições patriarcais. Livre por si, não compreende a família livre em cada um dos seus membros. A vida dura no desbravamento da terra, na sua conquista às águas e à malaria, na luta com os vizinhos montanhesees que o assediam com sortidas, o romano organiza a família como convém à sua situação difícil. É o capitão do navio com direito da vida e morte sobre a equipagem no alto mar. O perigo cria o despotismo, despotismo tanto mais fácil quanto mais impregnada se encontra a alma de tradições comunitárias. Êste particularista de necessidade é ainda de tradição um comunitário. O pátrio poder tem esta origem, com todas as suas vantagens e os seus inconvenientes. Êste banido, vinha de terras cultivadas; era de origem um agricultor, será aqui no seu novo meio um rural, independente, e agricultor reforçado. Esta independência que as famílias teem umas das outras e o seu carácter agrícola explica a vitalidade do povo romano; foi, dizia Demolins, menos pela espada que pela charrua que Roma conquistou o mundo.

Esta concentração dos poderes é útil nos tempos de crise, nas circunstâncias difíceis, anormais; nas condições normais a concentração é pelo contrário compressiva, inconveniente (1).

(1) Na última guerra esta concentração do poder foi adoptada por todos os governos que entraram na luta. Alguns escritores de curtas vistas, em matéria social, tiraram daqui um argumento para condenar o regime da livre concorrência e para opôr o regime politico actual ao antigo. Maurras, no prefácio da última edição de *Enquête sur la Monarchie*, navega nestas

A organização burguesa da *cidade* enfermará desta concepção da família; originará a desconfiança, o medo das competições das outras cidades conquistadas, às quais será denegada a autonomia. Daqui saiu o procônsul e do procônsul saiu o império.

O império foi o triunfo definitivo da vida pública sôbre a vida privada, foi a hipertrofia do poder público, o esmagamento da vida local, a anemia das extremidades, que caminha da pereféria para o centro, progressivamente até ao coração, e que produz a morte. O império romano morreu pela hipertrofia do poder público; o centro absorve a seiva espalhada na vida local. Durante um momento a concentração desta seiva dá a ilusão dum grande vigor; depois tudo cai na inanição. Felipe II e Luís XIV morreram desta maneira, depois dum grande clarão que deslumbrava e cegava os espíritos ⁽¹⁾.

O povo romano é antes de tudo um povo agrícola, económico e burguês. Catão dizia que o pai de família devia fazer dinheiro de tudo, não perder nada. Este mesmo Catão afirmava que os antigos quando queriam fazer o elogio de alguém diziam que era *um bom lavrador*. A fisionomia rural aparece em tudo, e, no começo, tudo é subordinado aos interesses agrícolas.

A *cidade* foi organizada para defender êstes interesses e o militarismo era ainda uma salvaguarda dos interesses agrí-

guas. É confundir as coisas e ignorar que o regime do doente não é o regime do que tem saúde. Seria uma enormidade em medicina, como é uma enormidade em sociologia. Tempos normais, regime normal; tempos anormais, regime de excepção.

(1) Nos fjords a família isolada passou do comunitarismo ao estado particularista, o que Roma não pode fazer porque na Noruega os filhos eram obrigados a emigrar e em Roma não. Onde os filhos têm de abandonar cedo a casa paterna, o pátrio poder não tem sentido; pelo contrário tudo induz os pais a preparar os filhos para a emancipação precoce quando a natureza do lugar impõe a emigração inevitável. O romano fica na família, é dominado por ela, absorvido nela, esmagado debaixo do pátrio-poder. Depois das suas expedições militares volta à família (salvo os que se fixavam colonos nos países novos onde fundam famílias). O norueguês parte cedo e não volta; fixa-se em regiões desabitadas em países vagos, que êle tem de amanhoar, e forçar à produção das coisas necessárias à vida. A educação no meio familiar tem de ser orientado no sentido do esforço pessoal e da independência. Na Roma ante-imperial nada disto era preciso.

colos, interesses privados. Instrumento de defesa, o militarismo transformou-se com o tempo em instrumento de conquista.

Quando os Torquínios quiseram implantar em Roma o sistema da Etrúria, seu país de origem, isto é, quando o poder público tentou dominar a vida privada, a realeza foi substituída pela república.

A organização da *cidade*, corpo de burgueses, proprietários fundiários, como lhe chama Tourville, levou à centralização.

A cidade romana era uma corporação desconfiada, ciosa da sua superioridade, no meio das outras cidades conquistadas. Assim como o pater-famílias é senhor absoluto na sua casa e não permite a independência de ninguém debaixo do seu teto, assim a cidade romana é senhora e governadora do mundo romano. Não foi a extensão que fez a fraqueza do império que já oscilava quando tinha a Itália por limites; mais extensa é a América do Norte e não padece de fraqueza pela sua extensão. Não é com efeito a extensão nem a diversidade de tipos que enfraquece Roma, é a sua constituição social.

A cidade é um sindicato de proprietários terreneos independentes, mas que temem a independência das cidades conquistadas.

«Recrutava com prudência os seus dirigentes; governava com habilidade os novos vindos a quem não concedia a participação no poder». As terras conquistadas não possuíam o título de romanas; a egualdade de direitos produziria rivais e rivais perigosas que a mentalidade do pater-famílias entendia dever evitar. Só Roma mandava; só o corpo burguês romano tinha direitos; só em Roma se exerciam estes direitos quando concedidos a qualquer pessoa fóra de Roma. O direito de sufrágio e a admissão às funções só em Roma podia ter lugar.

Esta mentalidade acanhada, resultado da concepção absolutista do pater-famílias, criou um monstro que não podia viver: uma cidade única a governar um grande império. A base do govêrno é Roma; ali está o tronco, mas os ramos estendem-se ao largo no oriente e no ocidente.

Uma base pequena para uma copa tão frondosa.

O seu equilíbrio é necessariamente instável.

Mas para que a árvore tombe, para que o colosso oscile nos pés de barro, é preciso que um tufão poderoso o venha açoitar.

Este tufão não foi o bárbaro, como geralmente se diz, porque o bárbaro quando chegou encontrou o tronco carcomido. Não houve mesmo tufão; a onda dos bárbaros invadiu Roma quando a Roma do direito quirritário já não existia.

Como vai Roma governar as suas conquistas?

Á romana, isto é, com as mesmas instituições, com liberdade de se desenvolverem e de progredirem, auxiliando Roma êste progresso? Não; a corporação burguesa desconfiada, vai governar à bárbara; quer dizer, vai explorar a província, da qual só quere tributos e soldados. É uma mina que deve engrossar as receitas da cidade, constituída em sindicato.

Para realizar êste desígnio mandou às províncias um governador, que será o procônsul. « O procônsul não era mais que um chefe de classe, instituído pela república, que se substituína na realidade ou se sobrepunha aos chefes das classes bárbaras, junto dos quais era enviado » (1).

A entidade proconsular representa o verme que háde corroer o tronco da grande árvore. E' preciso lêr os belos artigos de Gabril d'Azambuja (2) para compreender a acção corrosiva dêste agente, desta peça governativa, no sistema romano.

O procônsul tem o seu clan na província e tem outro clan em Roma; o primeiro é constituído por amigos em que naturalmente entrará o questor, embora encarregado de o vigiar, mas que terá mais interesse em ser comprado do que em ser fiscal; no segundo entram os amigos que ficam na cidade para o defender e para lhe preparar a reeleição visto o cargo ser anual.

O clan provincial explora descaradamente a província; o clan romano explora hàbilmente o procônsul.

A sustentação de dois clans é dispendiosa, mas a província é uma vaca gorda que dará para tudo: Salustio desmolido de recursos na mocidade, edificou um palácio no seu

(1) Tourville, *Hist. de La Formation Particulàriste*, 1903.

(2) *Science Social*, 1892 a 1893.

regresso de África; Cesar cheio de dívidas voltou rico da Espanha; até o honrado Cícero, o acusador de Verres, economizou milhões na Silícia. Na província o procônsul tem uma côrte e tudo o que é preciso para fazer um govêrno à bárbara: o poder militar, porque tem um exército de occupação, o luxo, a centralização. Chefe militar é livre no uso da fôrça; o senado não tem acção sôbre êle a uma tão grande distância e de resto cada um prepara o seu proconsulado. Chefe militar, é também legislador e juiz.

O direito romano não se acomoda aos usos bárbaros, terá de sofrer modificações; a lei romana é uma teoria, a prática será um arranjo hábil, em harmonia com os interesses dêste ditador de província. Juiz tomará para si as questões rendosas e inventará mesmo processos aos ricos para se locupletar. Será também administrador e negociará com a sua qualidade de vencedor. Os povos não se revoltam (salvo na Lusitânia e na Gália nos primeiros tempos) porque estavam habituados à exploração. Além disso terá o concurso dos colonos romanos, velhos soldados, a quem eram destribuídas terras e que se tornavam agricultores. O *peculium constrense* era uma instituição progressiva porque o pai de famílias não tinha autoridade sôbre ela (1).

Esta colonização dividia o povo das províncias e dava ao domínio do procônsul uma base territorial, base estável e progressiva se o parasitismo a não abafasse.

Em resumo: o procônsul é um rei à maneira bárbara; êste rei prepara-se para dentro em pouco ir reinar dentro de Roma. O império não é mais que a conquista de Roma pela província, a substituição do sistema bárbaro ao sistema romano. Quando os bárbaros invadiram Roma já lá encontraram as suas instituições.

Fustel de Coulanges não parece ter presentido esta transformação, esta barbarização de Roma, quando diz que os germanos não tinham uma idea sua, não trouxeram uma instituição nova, e que tomaram tudo aos romanos. Estes

(1) A função emancipadora dêste pecúlio de guerra (terras de colonos) não pôde realizar-se porque as circunstâncias precipitaram a queda do império: a evolução militar, e a centralização.

germanos entraram tão facilmente no sistema romano, porque Roma se tinha lentamente barbarizado.

O procônsul tem os meios de marchar sôbre Roma com um exército porque é rico, imensamente rico, e porque tem em Roma um clan que lhe prepara o terreno. A passagem do Robicon deixará de ter a maldição dos deuses, não será já uma aventura temerária, será a conquista do poder, dêste poder que só existe em Roma. O procônsul não poderia tornar-se independente na sua província; a insubordinação atrairia as represálias da cidade mãe. O procônsul acabaria sempre por ser batido. Era preciso que à sua rebelião se seguisse a posse de Roma.

Foi o império!

O império organiza de modo diferente a administração provincial mas não consegue deter os pronunciamentos militares, as rivalidades, as lutas, a desorganização que arrasta a queda do colosso.

O império será primeiro dissimulado até Vespasiano, constituir-se há com os Antoninos e marchará para a desorganização depois de Decio, até à sua queda no ocidente.

A centralização é progressiva; os direitos fiscais sucessivamente aumentados, de modo que as ovelhas não são apenas tosquiadas como recomendava Tibério, passam a largar a própria pele. Pouco a pouco estabelece-se a igualdade diante de César. «Todos os velhos usos quiritários, saídos duma sociedade burguesa, corporativa, em que cada família tinha a sua existência própria, ciosamente independente, desabam debaixo do choque do direito das gentes, isto é do direito dos bárbaros» diz d'Azambuja. Pelo seu lado Taine escreve, citando Gibbon, «todas as velhas comunidades nacionais ou municipais, desagregadas e esmagadas, todas as vidas colectivas, resfriadas ou extintas, o desaparecimento lento dos patriotismos locais, a diminuição crescente da iniciativa individual, e debaixo da ingerência, da direcção e da providência invasora do Estado [ha] cem milhões de homens cada vez mais desunidos e passivos» (1).

Tudo se barbariza e se transforma. O imperador é o procônsul reforçado e ampliado, com uma autoridade incon-

(1) *O Regime moderno*, tomo 1, pág. 221.

testada, a magestade, a divindade mesmo. Decio é o primeiro imperador que morre aos golpes dos bárbaros. Os bárbaros penetram por toda parte na administração como no exército. «Encontro-os, diz Ozanam, a soldo de Marco Aurélio, de Caracalla, de Valeriano, de Galiano, de Probus, de Diocleciano. Quarenta mil godos seguem Constantino nas batalhas de Andrinopola e de Calcedónia, onde foram derrotadas, na pessoa de Licinius, as últimas esperanças da idolatria: o reinado dos bárbaros começa com o do cristianismo (1)». Numa outra passagem o autor fala da invasão pacífica e regular que durou sete séculos; mas Ozanam não lhe reconheceu senão duas portas — a escravatura e o exército. A porta principal foi aberta pelo procônsul.

Um estudo minucioso ter-nos-ia provado (aqui não pode fazer-se senão o esboço) que a constituição da família produziu a cidade burguesa e desconfiada; esta criou o procônsul, que as circunstâncias transformaram no imperador; o império trouxe a centralização, a anemia da vida local, a penetração dos bárbaros e a decadência.

TERCEIRO EXEMPLO: *A queda da Polónia.*

A história de Roma pode esclarecer-se com duas noções tiradas da Sciência Social: constituição da família e forma do trabalho. É à luz destas noções ou destes grandes factos que se compreende a prosperidade e a decadência daquele povo.

E' possível estabelecer analiticamente o mecanismo, o modo como actuaram aqueles elementos para se dar a hipertrofia da vida pública, com a inevitável sufocação da vida privada, o definhamento social da raça e a penetração parasitária dos bárbaros. Este final da história romana é dalguma maneira um facto geral, uma lei da história: *sempre que a vida pública se hipertrofia, os povos marcham para a sua decadência, mas antes da queda, o luxo, as sciên-*

(1) *Les Germains*, pág. 364.

cias, as artes, as letras, dão a ilusão duma grande prosperidade (1).

A Polónia oferece-nos alguma coisa de semelhante; mas aqui a hipertrofia não está tanto na vida pública como no desenvolvimento duma classe parasitária, pseudo dirigente, que explora e avilta a classe trabalhadora. A história da Polónia é a história duma luta de classes, ambas inferiores — uma classe nobre que não exerce a função patronal, e uma classe rural desprovida de qualidades fortes. Toda a história deste povo inteligente e simpático vai sair desta luta secular.

Os historiadores, como de costume, atribuem a anarquia polaca às deficiências da sua constituição política.

Mencionam algumas causas secundárias da sua decadência, mas as causas profundas escapam-lhes inteiramente. Os factos incriminados tiveram o seu papel, mas a análise mostra que são acidentes e não causas primárias; são agentes de corrosão que actuam numa sociedade predisposta, que sofria duma *diátese* e que, sem esta diátese, não teriam nenhuma importância. As causas desta fraqueza constitucional que permitiram o desenvolvimento das ervas más é que a Sciência Social procura determinar.

A análise social das duas classes postas em presença, e em luta quási permanente, dão a inteligência do abaixamento dum povo que parecia fadado para altos destinos.

A classe rural polaca é verosimilmente de origem céltica.

Em tempos remotos apascentou os seus rebanhos nas planícies da Polónia. Com o aumento da população, os recursos pastoris tornaram-se insuficientes e forçoso foi curvar-se ao amanho da terra, uma terra fértil que produzia, sem grande esforço, os meios complementares do leite e da carne produzidos pelos gados, cada vez mais restritos. A vida era pacífica e feliz; mas um dia surgiram os invasores vindos do oriente e grande foi a perturbação. Fugir era impossível,

(1) A hipertrofia do poder público é muitas vezes olhado como um sinal de força dos povos, porque num dado momento eles podem repelir vitoriosamente uma agressão ou oprimir os povos menos centralizados embora dotados duma constituição social forte. O desenvolvimento excessivo do poder público só pode enganar o espirito dos legistas que facilmente confundem os governos com as nações; para o sociólogo a hipertrofia política é sempre uma causa de fraqueza.

porque as saídas estavam fechadas, para êste povo insuficiente numeroso para repelir os outros no seu caminho. Foi necessário sofrer a lei imposta pelos vencedores. Nos fins do século iv chegaram os eslavos que eram também pastores, emigrados do planalto central da Asia. Encontrando uma população meio sedentarizada, desprovida de qualidades guerreiras, os eslavos sobrepuzaram-se a esta população e constituíram-se em classe dominadora, isto é, exploradora.

Os nómadas cavaleiros costumam assim tratar os povos sedentários; assim procederam os turcos na Asia Menor, os tártaros na China e os árabes na Península hispânica. Talvez até ao século xi estes eslavos conservaram os hábitos nómadas, aventureiros, guerreiros e ladrões.

O território polaco é uma espécie de corredor entre o oriente e o ocidente, percorrido primeiro pelas invasões e mais tarde pelo comércio. A partir do século sétimo, os árabes fazem um comércio importante através da Polónia. A formação pastoril sucede a formação comercial. A escola de Leplay conhece as conseqüências que derivam das diferentes formas de trabalho. O comércio não cria laços estáveis, entre os diversos grupos sociais, e favorece o espírito de aventura e de pilhagem. Os mercadores árabes partiam das bordas do Cáspio, subiam as águas mansas e profundas do Volga até Novogorod e daí partiam em caravanas através de Pinsk e da Lituania e caminhavam sôbre o Niemen e o Vistula até ao Oder, limite das suas excursões. Por êstes rios atingiam o Báltico e ganhavam as ilhas escandinavas.

A via marítima, muito mais simples, estava então fechada aos árabes. Êste comércio entre muçulmanos e os piratas escandinavos foi explorado pelos cavaleiros polacos (1) ou por operações de pilhagem ou por tributos e subvenções para fornecerem a escolta.

A Sciência Social sabe que a vida pastoril constitue sociedades simples e estáveis, imprevidentes, fatalistas, fortemente concentradas e pacíficas. Esta formação foi desviada no território da Polónia para os celtas pela cultura e para os eslavos pelo comércio.

(1) Os árabes traziam especiarias, tapetes, joias, armas, perfumes do oriente que trocavam no Báltico por âmbar, peles e escravos.

A apropriação das terras era naturalmente imperfeita. Nós sabemos pela monografia dos bakirs, acima citada, como a propriedade do solo é precária na passagem da pastorícia à cultura. A terra na Polónia era comum, e durante muitos séculos o Estado foi o senhor; no século décimo $\frac{3}{4}$ do solo ainda lhe pertenciam; e em 1758 o rei distribuiu 670 domínios aos chefes, reservando-se dêste número para seu uso sete. Esta situação favorecia a classe dominadora que naturalmente procurava chamar a si o maior número possível das terras para as fazer cultivar pelos camponeses, como simples rendeiros. A terra foi uma das principais causas da luta.

O comércio desenvolveu nos eslavos o espírito de exploração e de pilhagem e afastou-os da cultura durante séculos (o comércio árabe durou três séculos) porque lhes fornecia meios de existência, sem os obrigar ao trabalho de cultura. Uma vez contraídos êstes hábitos de viver fora do esforço contínuo, que exige o amanhã da terra, não é fácil adquirir as qualidades que êste amanhã exige.

«O seu maior defeito, diz Réclus, é de não terem respeito pelo trabalho; tanto os senhores como os servos aprenderam de seus pais a desprezar ou a detestar o labor material... Com a sua imprevidência e a sua generosidade os polacos são fáceis de enganar». A família ficou organizada, unida, nos celtas agricultores; nos eslavos, vivendo de razias e dos despojos da guerra, a riqueza mobiliária, o luxo, a instabilidade que resulta da guerra, trouxeram a desorganização das famílias que tinham, como as famílias celtas, uma origem patriarcal (1).

Os eslavos exercem um poder que é pessoal, não deriva da posse da terra, da direcção do trabalho, duma acção patronal que fizesse dêles autoridades sociais. É a fôrça, a violência, que os impõe. Neste pé a sua acção social é desorganizadora, parasitária, funesta. Os conquistadores eslavos, diz Poincard (2), não se ocupam dos seus domínios senão para receberem as rendas. Desde o começo do século 11 (quando

(1) A escola de guerra dando o triunfo aos mais fortes levou à emancipação da gente moça. Os golpes de mão frutuozos conduzem à imprevidência. Cêdo aparece a partilha da fortuna mobiliária entre esta classe aristocrática. Foi a destruição das tradições familiares.

(2) *Science Social*, 1888.

faltou o comércio árabe) as revoltas agrárias são suscitadas pelas exigências destes proprietários pouco esclarecidos. Enquanto o camponês trabalha para o senhor, este guerreia os inimigos de fora ou os rivais de dentro.

O senhor está longe e Deus muito alto, diziam os camponeses, esmagados por esta casta ociosa, violenta e corrompida. Ao comércio árabe sucedeu um outro comércio de sul ao norte, mas este duma natureza diferente; não era somente de trânsito, era comércio de troca. Exigia qualidades que a casta nobiliária não tinha. Foi a ocasião de entrarem na Polónia os judeus e numerosos alemães. Estes tomaram dentro em pouco a direcção económica do país; os polacos assustados reagiram pela perseguição. Mas, como observa Poincard, quando as causas sociais que deprimem uma nação criam um desnivelamento que faz apelo a elementos exteriores para encher o vazio, as medidas de rigor não são eficazes. Contra causas sociais não bastam decretos e medidas de administração. O rio segue imperturbável o seu curso.

Um escritor polaco contemporâneo, Starczewski, faz derivar a fraqueza da Polónia da entrada dos judeus em tão grande número e do deslocamento dos polacos para nascente, para a Ruténia e para a Ukrânia (1). O autor é um homem muito inteligente, com vistas largas e claras sobre os problemas da Europa (que a guerra veio confirmar), mas não consegue discriminar as causas profundas que arrastaram a queda do seu país. Antes destes factos já a Polónia sofria da moléstia que veio a dar-lhe a morte.

A entrada dos judeus foi uma consequência da sua fraqueza social — impotência de ocorrer às necessidades dum comércio que exigia aptidões estranhas à capacidade da classe superior, classe pseudo-dirigente; a colonização das terras férteis de Ukrânia é ainda uma consequência da fraqueza social — opressão dos camponeses pela nobreza parasitária. Certamente estes dois factos tiveram repercussões nefastas sobre a vida social, principalmente os judeus, mas são sintomas duma doença mais profunda e por sua vez se tornam causas de novas perturbações. Os judeus acolheram-se à sombra duma nobreza inferior, formaram corpo com ela contra os camponeses e

(1) *L'Europe et la Pologne*, 1913.

conseguiram explorar ao mesmo tempo as duas classes — nobre e plebeia.

O lucidíssimo Starczewski pretende distinguir as causas aparentes, das causas profundas e olha a ausência do govêrno, a licença da nobreza, o *liberum veto* (1), a decadência das cidades, a servidão do povo, como conseqüências, como derivados de factos primordiais que seriam aqueles dois. A demonstração não convence o leitor como não parece ter convencido o próprio autor, porque ao fim dumas dezenas de páginas, apela para a « inverosimil constituição política ».

Faz-se tijolo, diz êle, com barro e não com areia ; para fazer um Estado é necessário ter uma sociedade cujos elementos se possam aglutinar. É o bom senso mesmo que ditou ao autor esta consideração, mas o prejuízo, a idolatria do poder político, surge logo e então Starczewski conclue — a areia que impediu de nos aglutinarmos foi a *desgraçada constituição política*. A sua admiração toca o assombro quando vê a Inglaterra do século XVIII resistir às desordens da nobreza (influência maléfica da Índia), à demagogia, à guerra com a França, à interdição do rei, ao aviltamento do herdeiro ; e então exclama com Klaczko — é o milagre da sua constituição política. Esta cegueira, que obscurece até os espíritos mais finos e penetrantes, dissipar-se-ia com um pouco da Sciência Social. O que determina os destinos dos povos não é a constituição política, é a constituição social, é esta que condiciona e valoriza aquela.

Os escritores polacos conhecem muito bem um facto da sua história que poderia abrir-lhes os olhos nesta matéria. Em 1814 Alexandre I da Rússia fundou o reino da Polónia de que ficou sendo êle o rei. Deu-lhe, debaixo do império das ideas da época, uma constituição copiada da constituição inglesa. Os resultados foram desastrosos. O país cobriu-se de sociedades secretas e a revolta estalou por toda a parte, com o pretexto de que as liberdades eram insuficientes. Alexandre, feita a experiência de que cada país deve ter o govêrno que merece, retirou a constituição.

As constituições políticas são instrumentos que produzem

(1) Consistia em um voto só ser bastante para suspender as deliberações dos dietas.

bom ou mau serviço consoante as aptidões da mão em que estiverem. A constituição inglesa era um instrumento muito delicado para mãos polacas.

A casta nobre era muito numerosa, nobreza de primeira classe e nobreza inferior; oito por cento da população era nobre (1).

Senhora da terra que não cultiva exerce sôbre o pobre camponês toda a espécie de vexames e violências. Não encontrou uma classe média que lhe embaraçasse os abusos e que exercesse sôbre a plebe uma acção salutar de direcção e de levantamento.

A ascensão na escala dos privilégios e exenções é progressiva: exenção dos cargos em 1374 em paga de ter aprovado uma regra de sucessão ao trono; inviolabilidade da propriedade nobiliária em recompensa da guerra contra os cavaleiros teutónicos; *habeas corpus* pela sucessão ao trono; imunidade judiciária em 1454; e supremacia na Dieta em 1505. Limita a emigração para ter a mão de obra e exenta-se dos direitos de alfândega (1496) (2).

A igreja participou dos benefícios da nobreza; calcula-se que metade do rendimento nacional passava às mãos do clero.

A riqueza adquirida pelo privilégio e pela opressão corrompeu os nobres e o clero. Os levantamentos e as lutas são a consequência da opressão e dos abusos. Em 1768 quando a Rússia invadiu a Polónia, os camponeses não é contra ela que se insurgem, é contra os nobres e o clero. Enforcaram um nobre, um frade e um cão; e puzeram por baixo um escrito que dizia: *é tudo um* (3). O rei era fraco porque

(1) A França antes da Revolução tinha apenas um por cento de nobres. Pode fazer-se idea da extensão dos abusos que a casta nobiliária exercia na Polónia.

(2) *The Reformation in Poland*, 1924 citado no *Bolletín de la Science Sociale*.

(3) A Polónia foi sempre um país profundamente católico; alguns terão pensado que o cotolicismo foi uma das causas da sua queda. A análise social demonstra que a religião não tem culpa das desgraças deste povo; não foi causa da sua decadência, mas não a pôde impedir. Os vícios da sua desorganização foram a consequência de causas sociais nas quais a religião não pode actuar eficazmente para lhes restringir o alcance. Mais uma vez se demonstra que a religião não pode suprir as deficiências da formação social, como não pode apagar no individuo certas taras e deficiências de carácter, que são da alçada da medicina.

não tinha uma classe em que se apoiasse: a plebe era demasiado fraca e a nobreza muito interessada nos abusos e muito dividida. Estas divisões em clans rivais são sempre funestas aos povos; o espírito da nacionalidade, o patriotismo, não são possíveis quando impera o espírito da classe. «E' próprio do espírito de classe colocar os interesses do grupo acima dos interesses do conjunto do país; em outros termos, a idea nacionalidade desaparece diante da idea muito mais estreita da classe» diz Poincard.

Os clans rivais perderam a Polónia como tinham perdido a Gália no tempo de César e como teem enfraquecido a Irlanda. Os clans são agentes de perturbação e de fraqueza, porque embaraçam o trabalho e a administração e por cima de tudo não teem pejo de fazer apêlo ao estrangeiro quando vencidos pelos grupos adversos. Foi o que succedeu na Polónia.

Esta divisão em clans resulta da insuficiência da vida privada, da má formação social.

Quando a educação se faz no sentido particularista, no sentido de cada um se apoiar em si, no próprio esforço e de resolver por si as dificuldades da vida, o clan não tem razão de existir. Quando pelo contrário cada um deseja viver do trabalho dos outros, parasitariamente, colado ao organismo social para se eximir ao esforço, o clan aparece naturalmente. A sociedade deixa de ser uma cooperação de energias conjugadas na resolução das dificuldades da vida, para ser uma corrida atrás das situações vantajosas, em que cada qual se apresta a tomar o maior quinhão. Como a acção individual seria insuficiente para atingir êste fim de espoliação pela fôrça ou pela habilidade, surge a organização dos grupos em que dominam os laços pessoais, muitas vezes laços de sangue, para a conquista das vantagens materiais, sem recorrer ao trabalho, útil, produtivo, que os clans tem sempre em horror.

A educação da classe nobre na Polónia era guerreira e aventureira.

«A nobreza polaca, diz o marquês de Noailles, era cavalleiresca, brava e guerreira; tinha um espírito maldizente e móvel e um humor independente ao excesso. Era pródiga, sem ordem nos negócios privados e ávida dos prazeres da mesa. Os nobres polacos mostravam em todas as

ocasiões um desejo excessivo de brilhar e punham ênfase nas menores palavras». Estas competições dos clans produzem a inveja, o ódio a toda a superioridade, donde resulta o espírito igualitário que tem a sua expressão mais notável no *librum veto* (1). O governo electivo conforma-se com estas disposições.

A eleição dos reis polacos foi uma causa de discórdias, mas era uma consequência da sua viciosa formação social. A eleição na Polónia foi pernicioso porque fomentou perturbações e discórdias; em outros povos não teve as mesmas consequências, por exemplo entre os saxões, cujos reis eram também eleitos.

As instituições produzem efeitos variáveis segundo a formação dos povos.

Nos meados do século xvii Sobieski, com todo o prestígio de que dispunha já a êsse tempo, fez uma tentativa para estabelecer na Polónia um governo forte, dando a corôa a um homem de guerra notável como Turenne ou Condé apoiado pela França.

Sobieski foi mal sucedido. O clan oposto apoiado na Austria inutilizou os seus esforços. A anarquia continuou.

Nem mesmo depois da popularidade que lhe adquiriu a batalha contra os turcos no cêrco de Viena, Sobieski conseguiu acalmar as intrigas dos clans rivais. A anarquia Polaca é célebre pela sua duração e pela sua violência, em que se afundam as melhores figuras da sua história.

Anarquia na nobreza, duelo entre esta e o povo escravivado. No século xviii, nas vésperas da primeira partilha (1772) os clans continuam as dissensões e o povo o seu ódio. Em 1768 o povo favorece os russos contra a nobreza opressiva; a nobreza chama em seu auxílio o estrangeiro. O ódio do povo era tão grande que os nobres não se atreveram a fornecer-lhe armas contra os estrangeiros depois da partilha, durante as insurreições, com medo de vêr o povo voltar as armas contra os nobres.

A Polónia não tinha um rei que governasse, mas tinha,

(1) Para reunir a unanimidade dos sufrágios as sessões da Dieta tinham de se prolongar debaixo das vistas da tropa e da nobreza até que o cansaço, a corrupção ou o medo reduzissem o recalcitrante.

na sua democracia nobiliária, um sem número de monarcas que se não entendiam uns com os outros (1).

A instabilidade social, que afecta a vida particular, transmite ao Estado a enfermidade de que êle padece; a anarquia é permanente porque está em todos os espíritos—na plebe pela revolta, na nobreza pela rivalidade dos clans. Esta anarquia é ora ostensiva, manifestando-se em tudo,—conspirações e represálias quando o clan triunfante se apodera dos pretórios e põe do seu lado os órgãos da justiça para se viar cruelmente contra os clans inimigos; ora é latente, encoberta, aparentemente apagada, mas fermentando sempre no meio dos ódios irreconciliáveis.

Quais são as causas desta eterna anarquia?

Foi a instabilidade dos espíritos resultante da não-educação das classes que compunham o país. As famílias tinham uma formação fruste, tanto no povo como na nobreza.

O povo sofria a miséria, a mais negra miséria, a opressão e a falta de apoio. Era-lhe impossível elevar-se pelo trabalho, porque lhe estava vedada a propriedade da terra e faltava-lhe uma classe patronal, que lhe desse mão, que lhe fornecesse os capitais e a instrução técnica indispensável ao seu levantamento. As suas origens eram inferiores porque eram patriarcais e nós sabemos como esta formação inabilita para um trabalho sério e fecundo. A cultura da terra pode transformar esta mentalidade mas carece de socorro duma classe já formada e do direito à posse do solo. Tudo isto falta ao povo polaco.

No campo da nobreza encontramos os mesmos obstáculos quanto à origem, porque esta era também patriarcal e não

(1) Havia uma nobreza inferior, plebe nobre, com todos os vícios da multidão—«impulsiva, incapaz de vistas largas e de compreender as necessidades gerais, egoista, parcial, apaixonada pela igualdade social e mesmo intelectual, fácil de enganar com a miragem de belos programas irrealisáveis». E' bastante o feitio português e muito da nossa história.

Starzenski dá nas seguintes linhas o carácter do eslavo: «doçura, alegria que vai até à ligeireza, falta de paciência e de disciplina, temperamento impulsivo, predominância dos sentimentos sobre as faculdades racionais». E' o retrato aproximado do meridional. E comtudo o eslavo habita um clima tão diferente do meio-dia, que bem se pode afirmar, sem receio de séria contestação, que não é o clima que dá o temperamento, é a educação.

se transformou visto ter-se desviado do trabalho, da cultura e nem o comércio de que viveu durante séculos,—um comércio de trânsito exercido por estrangeiros—, nem a exploração do povo rural, puderam dar o ensejo à transformação. Ficou guerreira, ociosa; amiga do luxo e parasitária. As lutas de clan são inevitáveis dentro duma classe assim desorganizada, quando falta uma classe sólidamente estabelecida para apoiar e dar força ao poder público.

À Polónia faltou uma classe média dirigente do trabalho, capaz de fornecer o esqueleto social sobre que deveriam apoiar-se os músculos, os motores da vida pública e ao mesmo tempo as alavancas do progresso de toda a vida social. A Polónia não teve classe média. Teve somente duas classes — uma oprimida, outra opressora. Todo o heroísmo, que depois da queda, os nobres polacos audaciosamente desenvolveram, não pode resgatar os defeitos da sua viciosa formação social. As letras, as artes e as sciências tomaram grande brilho, graças à vivacidade natural da raça e aos vagares e ao luxo das classes favorecidas.

Este brilho não significa, como muitos pensam, uma prosperidade social. A sciência tomou a feição própria aos patriarcais não transformados pela cultura — a feição abstrata, filosófica.

Faltou à Polónia uma *classe média* suficientemente numerosa e eficaz para conter os ímpetos e as turbulências da nobreza, por um lado; e capaz por outro lado de elevar a condição do povo, dando-lhe a mão e os meios de subir na escala social, de maneira a recrutar nele elementos, e individualidades, para a sua própria renovação.

Esta classe média representaria o bom senso e organizaria sólidamente os interesses materiais, dirigindo o trabalho, e seria ao mesmo tempo o sustentáculo do Estado, a melhor garantia da sua estabilidade e das liberdades públicas. Mas esta classe moderadora e dirigente faltou.

Só por milagre um tão fértil e tão grande país, cercado de vizinhos poderosos, deveria prolongar indefinidamente o seu estado de anarquia.

Foi por isso que a Polónia caiu.

QUARTO EXEMPLO: *Expansão moderna da Gran Bretanha.*

A noção das formações sociais ajuda-nos a esclarecer o mistério, inexplicável para os historiadores, da prosperidade recente da Inglaterra. É a partir do reinado de Isabel, isto é, desde o século XVI, que este país apresenta uma virilidade, uma força de expansão que os historiadores não compreendem.

« Passando em revista todos os elementos que produziram a grandeza da Inglaterra, chegamos a esta conclusão: o país que nós conhecemos hoje com a supremacia marítima, comercial e industrial é inteiramente moderno. Os seus traços característicos não se desenham claramente senão no século XVIII; e foi durante o século anterior que a nação tomou gradualmente este aspecto. Se quisermos marcar o momento preciso em que esta transformação começou, a resposta é nítida e fácil — foi no reinado de Isabel. É a época em que o novo mundo começou a exercer a sua influência; desta maneira os factos sugerem a seguinte conclusão: a Inglaterra deve ao novo mundo o seu carácter moderno e a sua grandeza particular. Não é o sangue dos vikings que nos faz dominadores do mar, não é o génio industrial dos anglosaxões, que nos tornou poderosos pelas manufacturas e o comércio; é uma circunstância bem mais especial que se não manifestou senão depois de bastantes séculos, durante os quais fomos agricultores, pastores, guerreiros e indiferentes ao mar». Tal é a opinião de Seeley, historiador inglês de grande reputação, citado por Max Leclerc. Foi uma circunstância especial, foi a descoberta dum mundo novo que trouxe à Inglaterra um novo campo de emprêsas lucrativas e um ensejo de empregar o esforço produtivo que até ali não existia. Mas pode perguntar-se com Max Leclerc — «porque razão os portugueses e os espanhois ou os franceses, que tiveram nas descobertas um maior quinhão, não experimentaram a sua benéfica influência senão num grau muito inferior? Porque motivo Portugal, nação agrícola, se não tornou, depois das descobertas dos seus capitães, uma nação industrial?»

Max Leclerc supõe que o novo vigor da Inglaterra, esta transformação, foi operada, não pela descoberta do novo mundo, mas por uma educação nova em que domina o espírito de emprêsa e o ideal forte de viver para actuar e não para gozar.

Mas quais as circunstâncias que levaram o século xvi a transformar os seus velhos processos de educação, é o que Max Leclerc nos não diz, nem sequer deixa entrevêr.

O desconhecimento das formações sociais impediu Seeley, e Max Leclerc, de compreender a razão dêste acontecimento.

No século anterior ao reinado de Isabel, deu-se um facto notável de que vai depender a evolução política e social do povo inglês; êsse facto gerador dum novo estado de coisas é o extermínio na nobreza normanda, durante a guerra das Duas Rosas. Desde o século xi que a Inglaterra sofria os vencedores normandos, que exploravam os saxões, raça particularista que trabalhava e produzia.

Temos aqui como na Polónia duas camadas de formação diferente, postas em face uma da outra — uma que explora, outra que é explorada. Os normandos são comunitários guerreiros muito parecidos com os eslavos conquistadores da Polónia; os saxões porém em nada se parecem com esta massa fruste e de fundo celta que era a classe serva na Polónia.

Comtudo os saxões tiveram de sustentar com o seu trabalho a nobreza normanda, comunitária, e recrutada em grande parte ao acaso entre aventureiros por Guilherme o conquistador. Por certo que a formação dos normandos, ao menos em algum dos seus elementos, era superior à dos eslavos, mas no conjunto não devia exceder muito a sua craveira. Uma dissidência dos nobres com o rei valeu aos saxões a magna carta, em que são consignadas as liberdades de Eduardo confessor.

Mas a nobreza continua depois a sua função parasitária tomando conta dos lugares, sempre mais rendosos e menos difíceis do que o trabalho útil; a terra é constituída em feudos à maneira franca com a diferença porém de que o suzerano não dirige o trabalho.

A guerra das Duas Rosas foi a ocasião de se dividirem os nobres em dois bandos — um a favor da casa de Lancastre (rosa vermelha) e outro a favor da casa de York (rosa branca) — que durante trinta anos se exterminaram mutuamente. Desde então os saxões ficaram livres da classe opressora e podiam de ora ávante ter chefes saídos das suas fileiras. Os saxões iam depois de quatro séculos ter chefes saxões.

Esta é que é a «circunstância especial» que faz mudar a evolução do país. As descobertas dos portugueses e dos

espanhóis são apenas valores acessórios, que lhes permitem explorar com os novos chefes um campo mais largo e mais produtivo.

A partir de Henrique VII a *gentry* vai substituir-se à nobreza normanda, agora reduzida a muito pouco. Esta ascensão brusca dos saxões não se fez sem inconveniente (todas as mudanças bruscas teem a sua desvantagem); a história dos Tudor tem uma fisionomia absolutista que derivou desta circunstância. «Seguramente, diz Tourville, os membros da *gentry* colocados pelos Tudor na posse de grandes bens, de títulos, de funções da alta nobreza encontraram os meios de desenvolver as suas aptidões e de se substituírem a ela nos grandes negócios rapidamente. Mas deve atender-se a que os Tudor tiveram o cuidado de os escolher de maneira que estes novos ricos, estes favoritos, não prejudicassem os interesses dinásticos. E' assim que a côrte dos Tudor se tornou uma côrte de verdadeiros cortesãos. Por isso usaram largamente das facilidades que esta côrte lhes deu de seguirem os caprichos reais; foi o que deu ao seu reinado o aspecto da impotência e à nobreza o carácter de servilidade».

Fora desta *gentry* cortesã e corrompida que não contrariava a realeza mas que a comprometia, ficava a verdadeira *gentry* que dirigia o trabalho, que enriquecia e tomava o lugar de autoridade social. Nos grandes domínios agrícolas aparece uma actividade nova; desenvolve-se o fabrico de tecidos de lã, a cal, a destilação, etc.

Esta indústria foi favorecida por um facto externo — a entrada no país de numerosos flamengos, fugidos às iras do duque de Alba.

Por outro lado a guerra dos *Cem anos* deixou criada uma marinha que os reis tinham sido obrigados a construir para se transportarem a França.

Os Tudors tripudiaram e exerceram o despotismo emquanto a nobreza nova se constituía nos domínios agrícolas, no silêncio do trabalho produtivo, agora livre dos encargos e da opressão normanda. A maturação desta nova classe chegou finalmente; foram os Stuarts que lhe experimentaram o pulso. A *gentry* chegada ao termo da sua formação não toleraria aos Stuarts o que se havia sofrido aos Tudors porque o despotismo destes aparecia aureolado por

um brilho deslumbrante, brilho que se encontra quasi sempre no comêço dêstes períodos de centralização autocrática (Tourville).

A revolução de 1648 marcou o predomínio dos Comuns sôbre o rei e sôbre a câmara dos lords. O govêrno de Cromwel demonstra a capacidade eminente que esta classe tinha adquirido. Se o inglês tolerou tão fâcilmente o govêrno dum só é porque êste govêrno se fazia no sentido em que a *gentry* compreendia os interesses do país. O govêrno era proficuo e estava de acôrdo com as ideas e sentimentos da nova classe dirigente.

Um povo prático e positivo como o saxão não se embaraça com as fórmulas quando as realidades mostram que se está no verdadeiro caminho de bem servir os interesses gerais. Os comunitários são mais formalistas; sacrificam os interesses reais às doutrinas e aos princípios, que só valem ou deviam valer emquanto servem eficazmente a prosperidade da nação.

Nos fins do século xv a Inglaterra tinha também as suas descobertas — a Terra Nova, o Labrador e a Florida pertencia-lhe, mas não lhe foi possível aproveitar estas possessões.

Só depois de constituída a classe superior, classe dirigente, de origem saxónica, é que foi possível o movimento de emigração ⁽¹⁾.

A distinção na história da Inglaterra entre saxões subju-

(1) Esta emigração fez-se debaixo da direcção de chefes capazes; um gentleman assumia a responsabilidade de organizar e dirigir o grupo; esta personagem saía da *gentry* constituída depois do extermínio dos normandos. A prosperidade das colónias foi rápida. A conformidade de vistas juntamente com os hábitos de independência e do esforço deu-lhe os meios de resistir às dificuldades do clima. Nesta luta pela independência a observação social mostra que os americanos possuíam três elementos que lhes asseguraram a vitória: vigor físico; iniciativa pessoal e recursos do domínio agrícola. Com o vigor físico supriram os meios de fazer a guerra que lhes faltavam; povo de agricultores não tinha nem armas nem organização militar para se bater com a nação poderosa que era a Inglaterra. As guerras com os indios e com os franceses do Canadá tinha dado um tirocinio aproveitável.

Com a iniciativa pessoal supriram a organização militar.

Com os recursos do domínio agrícola encontraram os créditos necessários pela hipoteca das suas terras como Franklin lhes aconselhou. Vid. Tourville, *Hist. de la Formation particulariste*.

gados mas particularistas, e normandos conquistadores e quasi comunitários, é indispensável para compreender a sua expansão a partir do século XVI. Os historiadores, ignorantes, desconhecedores da importância das formações sociais são incapazes de compreender muitos fenómenos fundamentais da história.

QUINTO EXEMPLO : *Portugueses e ingleses na India.*

A nossa história do oriente é o produto duma formação social, colocada em frente doutra formação.

Dum lado os invasores arrogantes e destemidos, comerciantes guerreiros, resolvidos a explorar a India pela astúcia ou pela força, mas sobretudo pela força; doutro lado um povo comunitário, esmagado pelo peso da comunidade e sofrendo a tirania da casta. Povo imóvel, incapaz de sacudir as peias consagradas pela tradição. Os fortes éramos nós, não só pela superioridade das bombardas, mas pela coragem dos capitais e dos nossos homens de guerra, adestrados por uma longa escola no exercício das armas. Com esta feição guerreira e com os nossos meios de dominar, tendemos, como era natural, a subjugar e a representar no oriente o mesmo papel que os eslavos representavam na Polónia e os normandos na Inglaterra. Os acontecimentos foram diferentes porque cada facto é o produto de causas múltiplas e o produto varia com a variação dos factores. Alterar por pouco que seja um factor é alterar o produto. A nossa história do oriente tem uma fisionomia que a separa da Polónia, porque embora análogos os factores não eram iguais e não operavam em meio idêntico.

No fundo porém as coisas passaram-se do mesmo modo: exercemos violência, abusamos da superioridade, espoliamos os fracos muitas vezes sem vergonha nem pudor. O sonho dum grande império, o domínio político, para cobrar tributos e fazer um comércio de exclusivo, tentavam naturalmente os nossos homens de guerra. Albuquerque realizou um momento êste sonho; de Ormuz a Malaka a nossa bandeira, sacudida pelos ventos do oriente, flutua em numerosas fortalezas.

A nossa mentalidade guerreira, conquistadora, não com-

preendia a colonização pacífica, quer dizer a verdadeira colonização que assente no trabalho e não sôbre o domínio político. Transportamos ao oriente os hábitos belicosos que nos tinham servido para fundar e consolidar a nacionalidade. Lutas seculares com os mouros e com a Espanha tinham formado o vinco e criado a feição batalhadora, aliás bem adaptada à mentalidade dos povos, que se encontram no subsolo da nossa história. Chegámos ao oriente como guerreiros e como guerreiros quisemos conservar-nos. O sonho de Albuquerque era quimérico; nada de duradouro é possível fundar sôbre o ódio e a violência. Um país pequeno, distante, não podia manter um domínio detestado, por muito tempo, empregando a fôrça. Mas com a nossa formação poderíamos nós proceder doutra forma? Militares e aventureiros caíamos sôbre a Índia.

A Corôa queria um comércio lucrativo e glorioso; o país queria um enriquecimento fácil e rápido. Estas disposições de espírito, muito conformes com a nossa feição comunitária, não se harmonizavam com a estabilidade das nossas fundações.

O sonho de Albuquerque é uma utopia, mas está de acôrdo com o sentimento da nação.

Francisco de Almeida tem outras vistas. Homem de guerra não quer a guerra senão em último recurso. Para fundar em Cochim uma fortaleza de pedra ensaiará todas as seduções, todas as habilidades diplomáticas, afim de obter a bem o que todos queriam conquistar pela fôrça. Além de pacífico quer ser leal para o seu aliado, quer cumprir a sua palavra.

Bem, sabia que com verdade se ganharia a Índia que havia de perder-se com mentiras e embustes.

Almeida foi um homem prudente e compreendeu melhor que ninguém os nossos interesses e as nossas possibilidades na India. Não queria de fortalezas senão o mínimo indispensável para proteger o comércio. Queria a posse do mar mas não do território. O domínio político não o seduzia. Verdade, honestidade, a posse do mar, tais eram as suas vistas. Estes princípios estavam nos antipados das mentalidades de soldados e aventureiros. Almeida não foi compreendido.

Um século mais tarde, o inglês Tomás Roé, delegado em missão à côrte do Grão Mogol, aconselhava a mesma

doutrina de *comércio pacífico* à companhia que o tinha enviado. Os holandeses fizeram o tráfico à ponta da espada, com grandes capitães e dominaram muitas cidades mas gastaram todos os lucros; os portugueses apesar de belas residências mendigam para sustentar os seus soldados, dizia Tomás Roé, no começo do século xvii.

O estabelecimento dos ingleses no Indostão foi feita sem violência. Os ingleses não se apresentaram como conquistadores. A sua formação social inclina-os às operações pacíficas e não á expoliação violenta dos outros.

Durante todo o século xvii os ingleses quási não deram sinal de si (salvo uma experiência em 1685, aliás infeliz). Comerciararam e lançaram raízes. Quando no século xviii as circunstâncias os arrastaram à luta êles collocaram-se por detrás dos principais indígenas e com fôrças indianas conquistaram a Índia. A desagregação do império do Grão Mogol facilitou a operação. Aproveitaram as circunstâncias, não violentaram o meio.

Positivos, homens de realidades, inspiraram-se nas indicações da ocasião. Nós somos outra coisa; temos um programa, uma teoria na cabeça e queremos que a realidade se curve diante dos nossos princípios. Foi assim que destruindo inútilmente os pagodes irritamos os índios.

Os ingleses, diz Seeley, queriam fazer uma coisa e fizeram outra; queriam fazer comércio e por fim conquistaram um império. A aquisição da India, diz o mesmo autor, foi feita de olhos fechados. É que na realidade o programa não era de conquista, era de comércio pacífico.

A ironia de história! nós pretendemos fundar um império e enviamos os nossos melhores capitães que desenvolveram toda a energia, todo o saber da sua arte, empregaram todas as violências até a crueldade fria, e não conseguimos nada de sólido e duradouro; os ingleses queriam somente commerciar, sem veleidades do domínio e acabaram por edificar o famoso e sólido império que ainda dura!

O citado historiador inglês imagina que êste império é obra do acaso; «nenhuma das grandes coisas feitas pelos ingleses foi tão involuntária, tanto ao acaso, como a conquista da Índia». Não há acasos na história, há ignorância. Uma análise dos diversos grupos que entraram em contacto e por vezes em conflito, no Industão, indicará as razões lógicas

da formação dêste enigmático império. Este trabalho é impossível porque faltam os elementos necessários; faltam as monografias de família, ponto de partida de toda a análise social científica. O que a história nos legou deixa intervir, à luz da formação social hoje conhecida, as razões do seu triunfo. Foi uma invasão pacífica e útil. O desenvolvimento do comércio honesto, sem violências, era proveitoso tanto para os ingleses como para os nativos. Ser útil é o primeiro passo para adquirir fôrça, simpatia e prestígio. Conhecendo o terreno social, os costumes, o temperamento foi fácil aproveitar as circunstâncias para dominar, sem ter o ar de o fazer. A Companhia inglesa chegou a ser uma delegada do Grão Mogol; à sombra desta qualidade foi estendendo as suas raízes e servindo os seus interesses.

Foram de vagar que é o melhor meio de ir depressa. *Festina lente*, foi a política de Augusto. Mas para ir de vagar é necessário ter paciência, não ter nervos; e os hábitos de guerra, que nós transportámos no oriente, são pouco compatíveis com esta lentidão. Os conquistadores, desde Alexandre, não conhecem melhor processo de cortar as dificuldades do que a espada.

Foi a pressa, a violência, conseqüências da formação social que nos perderam. Não chegámos à Índia com espírito de trabalho; o nosso intuito era apoderar-nos das riquezas acumuladas e monopolizar o comércio em nosso favor. Vasco da Gama (2.^a viagem) ordena ao samorim a expulsão de todos os mouros de Calicut. São mercadores nossos concorrentes, é preciso eliminá-los. Pouco importava que fôsem muito numerosos (4 ou 5 mil famílias e opulentas) o aguerrido chefe não conhece dificuldades. A intimação naturalmente não foi cumprida, mas a cidade foi bombardeada. O descobridor do caminho das especiarias começava assim as nossas cordiais e pacíficas relações com os índios.

Se juntarmos às violências das conquistas, as violências da exploração, a imposição de tributos e a entrega gratuita ou a preço ínfimo da pimenta; os vexames inúteis só para experimentar o prazer de nos sentirmos o mais forte, teremos explicado o mistério do nosso insucesso.

Dizem que a Inglaterra é pérfida, desleal, egoísta e que por isso conquista o mundo. Se fôsem essas as virtudes próprias para constituição dos grandes impérios, ninguém mais

de que nós possuiria títulos para ter o império do oriente. Na vida dos povos, como na vida dos indivíduos, o trabalho e a honestidade são as melhores garantias do sucesso.

Poderá objectar-se: porque fomos nós assim na India corsários, aventureiros e expoliadores, quando ao mesmo tempo no Brasil fazíamos uma colonização à inglesa?

No oriente havia riqueza criada, havia um comércio rico cujo monopólio só poderia manter-se à ponta da espada; era a guerra permanente com todos os seus ódios e violências. No Brasil a riqueza não existia senão potencialmente; era preciso trabalhar e dirigir o trabalho para que a riqueza se formasse.

As plantações trouxeram a escravidão dos selvagens do Brasil. Um mal inevitável, imposto pela falta de braços.

O mais forte explora ainda aqui a riqueza que havia — o braço indígena. Mas os portugueses foram coagidos a dirigir o trabalho, e constituíram-se patrões. Foi a cultura do solo, a verdadeira colonização.

Com uma intensidade maior e com outra espécie de denodo e independência procederam os ingleses nas plantações da Virginia no século immediato.

Na India os ingleses apesar de operarem no mesmo terreno e com o mesmo povo, procederam de maneira bem diversa da nossa. Estabeleceram-se comerciantes, modestos e pacíficos; foi a prosperidade adquirida no comércio e as circunstâncias, que não criaram mas que souberam aproveitar, que os conduziram ao domínio político. Nós começamos por onde eles acabaram; por isso foi tão fruste o nosso império. Não foi o acaso que lhes colocou nas mãos o domínio do Indostão; como ainda hoje não é o acaso que lá os mantem.

Os seus funcionários são escolhidos em harmonia com as necessidades da colónia. Os postulantes são admitidos à carreira da India por uma escada de três degraus: 1.º um exame em que há uma parte geral (cultura universitária) e uma parte especial (noções de árabe, sanscrito e história da India); 2.º um estágio, período de prova de dois anos que se passa numa universidade ou colégio; neste período deve dar provas de ser bom cavaleiro, capaz de suportar muitas horas a cavallo; 3.º depois dum inquérito sobre a sua conduta, a sua robustez, é submetido a um exame em que deve mostrar

conhecimento do persa e da língua da província a que se destina.

Uma vez chegado à India não assume funções independentes; vai praticar durante certo tempo debaixo da direcção dum funcionário. E' o período de adaptação local.

Por outro lado os ingleses muito pouco numerosos exercem o poder indirectamente por delegação nos indigenas. O índio não obedece a um estrangeiro, obedece a um da sua raça, o que evita melindres e atritos.

O contacto com os ingleses é raro; aparentemente tudo se passa como se o domínio estrangeiro não existisse. E' a velha tática de governar por detrás dos indigenas (1). Nós quisemos sempre governar abertamente, e fazer sentir todo o péso da nossa fôrça.

Estas diferenças de conduta explicam a diferença dos resultados: nós conquistamos a India pelas armas para a perder num curto período de tempo; os ingleses empregaram também as armas mas a sua conquista começou pacificamente e foi pacífica durante mais dum século.

Quando foi preciso recorrer à fôrça já as suas raízes eram fundas. O tempo e a paciência foram os agentes da expansão britânica.

Nem Portugal nem a Holanda, operando sôbre o mesmo

(1) Os holandeses encararam os indigenas das suas colónias como alfaias agrícolas; os portugueses e espanhois teem a peito a sua conversão; os ingleses são mais hábeis e mais práticos — a massa indigena é para elles um elemento fiscal e prático; exigem que trabalhem e que estejam quietos. Vid. *Les anglais dans l'Inde*, por E. Aubin.

Comerciar, promover a riqueza que aproveita a todos, obter lucros mas sem matar a galinha dos ovos de ouro, é a história da India inglesa.

A probidade comercial e a moderação são os melhores meios de enriquecer. Os ingleses não espremem o limão até à casca.

Quando temos a impressão de sermos o mais forte, é bem difficil de resistir à tentação de colocar esta fôrça ao serviço dos nossos interesses. Os portugueses na India sentiam-se os mais fortes.

A consciência desta superioridade explica os numerosos abusos cometidos, as extorsões e o roubo.

Os ingleses tiveram a habilidade de pôr do seu lado numerosos príncipes indigenas e com êste auxilio puderam bater os inimigos; nós tivemos arte de pôr todo o oriente em fogo e de impelir os príncipes indianos a coligar-se contra nós. Fomos demasiadamente conquistadores para podermos ter a paz e os lucros.

terreno, chegaram a estes resultados. Não é pela grandeza da Inglaterra que se explica o seu triunfo, porque a Inglaterra conquistou a Índia alistando índios nas suas fileiras. Foi com índios que ela conquistou a Índia. Outro tanto poderíamos nós ter feito se tivéssemos seguido uma tática igual.

Mas esta tática exige uma formação diferente. Em última análise, é a diferente formação que explica a diferença dos resultados.

Os historiadores não costumam contar com a diferença de mentalidade para explicar os factos; raciocinam com o homem em abstrato, como se os homens fossem iguais por toda a parte. A Ciência Social analisa a formação, isto é, as disposições sociais do homem, as suas virtudes, os seus defeitos.

São estas disposições que constituem a mentalidade social e que explicam a sua função dentro dum grupo.

Para estudar a história dos portugueses na Índia seria preciso dissecar cada grupo que entrou na composição desta história — o grupo militar, o grupo burocrático, o grupo comerciante. Na Índia não houve grupo colonial propriamente dito.

O estudo analítico destes grupos para ser completo exigiria uma monografia de família por cada um; trabalho hoje impossível porque nos faltam os elementos necessários.

A história não nos dá uma reconstituição exacta duma sociedade ou duma instituição, não nos descreve a evolução dessa sociedade ou dessa instituição porque lhe faltam os meios; não há documentos. Os melhores documentos são os que dizem respeito à vida privada e esses não existem.

E' por isso que a história será sempre uma ciência imperfeita, inferior às ciências naturais.

Comtudo a Ciência Social, aproveitando o que existe e aplicando as suas descobertas, — leis causais e leis de coexistência, — obtidas na observação dos povos actuais, pode fazer avançar consideravelmente o conhecimento do passado.



INDICE DOS CAPÍTULOS

	Págs.
CAPÍTULO I — Ciência Social e Educação	I
> II — Educação	33
> III — A História à luz da Ciência Social	75



RÓ
MU
LO



1329648069

CENTRO CIÊNCIA VIVA
UNIVERSIDADE COIMBRA

